



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS



A.H – Laúca.

RELATÓRIO DE BALANÇO DAS ACTIVIDADES

MINEA/2020

Rua Cónego Manuel das Neves
Nº 234, Telefone 222 43 05 76 / 222 43 06 78
Caixa Postal Nº 2229 Luanda - Angola



INDICE

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | 05 |
| ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS | 05 |
| ORGANIZAÇÃO GERAL | 06 |
| ACTIVIDADES E ACÇÕES DESENVOLVIDAS | 07 |
| CAPÍTULO – I | 07 |
| RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | |
| 1.1 Distribuição dos Efectivos por Unidades Orgânicas | 07 |
| 1.2 Ausências no Trabalho | 09 |
| 1.3 Remunerações e Encargos | 09 |
| 1.4 Formação Profissional | 10 |
| 1.5 Despesa com Formação | 11 |
| 1.6 Avaliação de Desempenho | 11 |
| CAPÍTULO – 2 | 11 |
| ORÇAMENTO, FINANÇAS E PATRIMÓNIO | |
| 2.1 Orçamento | 11 |
| 2.2 Orçamento Rectificado | 12 |
| 2.3 Quotas Financeiras Disponibilizadas | 13 |
| CAPÍTULO – 3 | 16 |
| INVESTIMENTO PÚBLICO, PROJECTOS E PROGRAMAS | |
| 3.1 Programa de Investimento Público – PIP | 16 |
| 3.2 Acompanhamento e Execução do PDN | 16 |
| 3.3 Acompanhamento e Execução do PIP | 22 |
| 3.2 Projectos Estruturantes (Energia) | 23 |
| 3.3 Projectos Estruturantes (Águas) | 24 |
| CAPÍTULO – 4 | 26 |
| INTERCÂMBIO | |
| 4.1 Actividades Realizadas | 26 |
| CAPÍTULO – 5 | 28 |
| TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA | |

| | | |
|----------------------------|---|------------|
| 5.1 | Sistema de Gestão da Segurança de Informação..... | 28 |
| 5.2 | Comunicação..... | 29 |
| 5.3 | Organização de Eventos Institucionais..... | 35 |
| CAPÍTULO – 6..... | | 35 |
| JURÍDICO | | |
| 6.1 | Actividades Desenvolvidas..... | 35 |
| 6.2 | Contratos Visados..... | 35 |
| CAPÍTULO – 7..... | | 37 |
| SERVIÇOS EXECUTIVOS | | |
| 7.1 | Direcção Nacional de Energias Renováveis e Electrificação Rural..._ | 37 |
| 7.2 | Direcção Nacional de Energia Eléctrica..... | 41 |
| 7.3 | Direcção Nacional de Águas..... | 46 |
| CAPÍTULO – 8..... | | 53 |
| ÓRGÃOS DEPENDENTES | | |
| 8.1 | GAMEK..... | 53 |
| 8.2 | CFPQECHYH..... | 56 |
| 8.3 | GABHIC..... | 60 |
| 8.4 | BAYNES..... | 66 |
| 8.5 | INRH..... | 70 |
| 8.6 | AREA..... | 72 |
| 8.7 | IRSEA..... | 75 |
| ANEXOS..... | | 110 |

Constam como anexo a este Relatório, Mapas de Execução e Relatórios elaborados pelos Gabinetes e Direcções Nacionais, bem como os distintos Órgãos Dependentes do MINEA do qual foi extraída a informação para compilação e elaboração do presente Relatório Final.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

| | |
|------------|--|
| MINEA | Ministério de Energia e Águas. |
| R.H | Recursos Humanos. |
| GEPE | Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística. |
| G.I | Gabinete de Intercâmbio. |
| G.J | Gabinete Jurídico. |
| GTICII | Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional e Imprensa. |
| DNEE | Direcção Nacional de Energia Eléctrica. |
| DNA | Direcção Nacional de Águas. |
| DNERER | Direcção Nacional de Energias Renováveis e Electrificação Rural. |
| GAMEK | Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza. |
| ARÉA | Agência Reguladora de Energia Atómica. |
| GABHIC | Gabinete de Aproveitamento da Bacia Hidrográfica do Cunene. |
| IRSEA | Instituto Regulador dos Serviços de Energia e Águas. |
| INRH | Instituto Nacional de Recursos Hídricos. |
| AHE BAYNES | Aproveitamento Hidroeléctrico Binacional de Baynes. |
| RNT | Rede Nacional de Transporte. |
| ENDE | Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade. |
| PRODEL | Empresa Nacional de Produção de Electricidade. |
| ENCEL | Empresa Nacional de Construções Eléctricas. |
| EPAL | Empresa Pública de Águas de Luanda. |
| EAS | Empresa de Água e Saneamento. |
| CIPOZ | Centro de Investigação e Pesquisa de Onga Zanga. |
| CFPQEHYH | Centro de Formação Profissional de Quadros de Electricidade Hoji – ya – Henda. |

A – SUMÁRIO EXECUTIVO

O Ministério da Energia e Águas, abreviadamente designada por MINEA, é o Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo, que tem por objectivo propor a formulação, conduzir, executar e controlar a política do Executivo nos domínios da Energia e das Águas.

A principal actividade do sector continuou a ser dedicada à implementação das acções previstas para o alcance dos objectivos sectoriais definidos para o ano económico de 2019, como fundamentais para o relançamento da vida económica do país e melhoria do bem-estar social da população.

Tais objectivos consubstanciam-se fundamentalmente em:

- i) Satisfazer as necessidades de Energia Eléctrica e Água Potável, assegurando a oferta permanente e crescente destes serviços para a população e para o desenvolvimento económico Nacional;
- ii) Melhorar a qualidade de prestação destes serviços públicos; e,
- iii) Garantir a utilização racional e sustentada dos recursos energéticos e de água potável a nível nacional.

B - ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

O presente documento apresenta o balanço das actividades mas relevantes no período de 2018, relativamente às acções dos sub-sector de energia e águas inseridas no Plano Desenvolvimento Nacional.

O Objectivo Estratégico no Período 2019 consubstanciou-se em dar continuidade no seguinte:

- i) Materialização da estratégia que visa o acesso a energia eléctrica à todo o Cidadão Angolano nas zonas urbanas, periurbanas e rurais;
- ii) Criar disponibilidade de energia eléctrica como factor de desenvolvimento socioeconómico do País.
- iii) Contribuição para fixação das populações nas zonas rurais, o combate à fome e respectiva inclusão social das populações;
- iv) Facilitar o desenvolvimento Industrial como forma para geração de empregos;
- v) Melhorar a qualidade e fiabilidade do fornecimento de energia eléctrica;
- vi) Contribuição na redução da pobreza;
- vii) Melhoria das condições de vida da população.

C - ORGANIZAÇÃO GERAL

A estrutura orgânica do Ministério da Energia e Águas compreende os seguintes Órgãos e Serviços:

ORGÃOS DE DIRECÇÃO

Ministro.

Secretário de Estado da Energia.

Secretário de Estado das Águas.

TITULAR DO CARGO

Eng^o. João Baptista Borges.

Eng^o. Belsa da Costa.

Eng^o. Lucrecio Costa.

ORGÃOS DE APOIO CONSULTIVO

Conselho Consultivo.

Conselho de Direcção.

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretaria – geral.

Gabinete de Recursos Humanos.

Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Gabinete Jurídico.

Gabinete de Intercâmbio.

Gabinete de Tecnologias de Infor. Imprensa

Dr^a. Filomena Vasconcelos.

Dr. Bendinho Freitas.

Eng^o. José Salgueiro.

Dr. João Paiva.

Dr. Kiala Pierre.

Eng^o. Marcolino Yava.

SERVIÇOS EXECUTIVOS

Direcção Nacional de Energia Eléctrica.

Direcção Nacional de Energia Renováveis e Elect.

Direcção Nacional de Águas.

Eng^o. Osvaldo Gonçalves.

Eng^o. Serafim da Silveira.

Dr^a. Elsa Ramos.

SERVIÇOS DE APOIO INSTRUMENTAL

Gabinete do Ministro.

Gabinetes dos Secretários de Estado.

Dr^a Fátima Martins.

ORGÃOS DEPENDENTES

Autoridade Reguladora de Energia Atómica-AREA.

Centro de Formação de Quadros - CFPQECHYH.

Gabinete do Aprov. Hidroeléctrico - GABHIC.

Gabinete Baynes.

Gabinete do Aprov. Hid. do Médio Kwanza-GAMEK.

Instituto Nacional dos Recursos Hídricos-INARH.

Eng^o. Pedro Lemos.

Eng^o. Armindo Mussungu.

Arq^o. Carolino Mendes.

Eng^o. Mateus Catumbela.

Eng^o. Fernando Barros.

Eng^o. Manuel Quintino.

Instituto Reg. Serviços de Electricidade e Águas-IRSEA. Eng^o. Luís Maurão.

Ministério da Energia e Águas.

Para assegurar o cumprimento das suas atribuições com a necessária eficiência na utilização dos seus recursos, o Ministério da Energia e Águas, exerce a sua dupla função de Unidade Orçamental e de Órgão Dependente.

Como Unidade Orçamental a sua estrutura é composta por:

- ❖ 08 Gabinetes;
- ❖ 03 Direcções Nacionais e Equiparadas;
- ❖ 08 Órgãos Dependentes.

D - ACTIVIDADES E ACÇÕES DESENVOLVIDAS

As principais actividades e acções desenvolvidas pelas distintas áreas envolvidas na execução do presente relatório, basearam-se nos seus Planos de Actividades, aprovado pelo Conselho de Direcção do MINEA, para o ano de 2020.

CAPÍTULO 1

➤ RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Gabinete de Recursos Humanos é o serviço de apoio técnico do Ministério da Energia e Águas responsável pela concepção e execução das políticas de gestão de quadros, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento do pessoal e de carreira, recrutamento, avaliação de desempenho e rendimentos.

1.1 DISTRIBUIÇÃO DOS EFECTIVOS POR UNIDADES ORGÂNICA

Em 31 de Dezembro de 2020, exerciam funções neste Ministério 207 funcionários sendo: 103 Efectivos, 6 em Regime Probatório, 37 em Regime de Contrato, 40 em Destacamento (Proveniente das empresas), 12 em Comissão de Serviço (Proveniente das Empresas) e 10 eventuais, cuja situação profissional foram analisadas com base nos seguintes critérios:

- Distribuição segundo o grau/cargo/carreira;
- Estrutura etária;
- Funcionários com Deficiência;
- Admissões;
- Mobilidade segundo o motivo;
- Mudanças de situação dos trabalhadores, segundo o motivo;
- Modalidades de trabalho;
- Efectividade (ausências no local de trabalho);
- Complementos remuneratórios;
- Higiene e Segurança no Trabalho;

- Acções de formação profissional
- Participações em acções de formação, segundo o tipo de acção e Avaliação de Desempenho.

De forma a permitir uma análise dos dados mais enriquecedor foi elaborado um conjunto de indicadores de gestão-índice e taxas.

Distribuição dos trabalhadores por unidade orgânica

| Unidade Orgânica N.º Funcionários | |
|---|------------|
| Gabinete do Ministro | 16 |
| Gabinete do Secretário das Águas | 13 |
| Gabinete do Secretário de Energia. | 09 |
| Gabinete de Inspeção | 12 |
| Gabinete de Estudos Estatísticas e Planeamento | 11 |
| Gabinete Jurídico | 07 |
| Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa | 08 |
| Gabinete de Intercâmbio | 04 |
| Direcção Nacional de Energias Renováveis | 09 |
| Direcção Nacional de Electrificação Rural e Local | 06 |
| Direcção Nacional de Energia Eléctrica | 15 |
| Direcção Nacional das Águas (DNA) | 41 |
| Gabinete de Recurso Humanos | 12 |
| Secretaria-Geral | 34 |
| Gabinete de Tecnologia e Informação | 10 |
| Total | 207 |

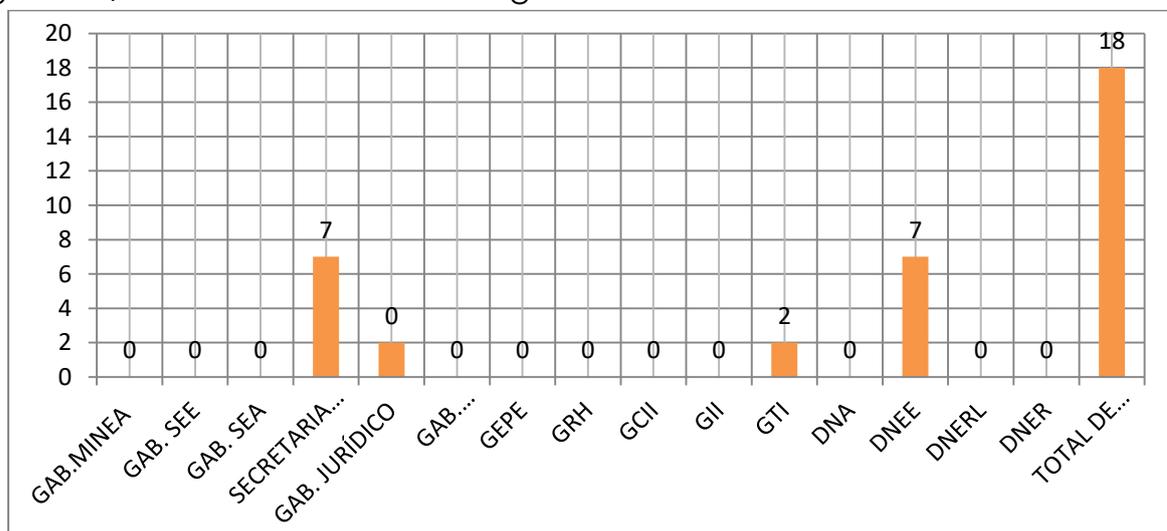
Distribuição segundo o cargo/carreira

| Categoria ocupacionais | Regime Geral | | Regime Especial | | N.º de funcionários |
|------------------------|--------------|-----------|-----------------|----------|---------------------|
| | M | F | M | F | |
| Dirigente | 3 | 0 | - | - | 3 |
| Direcção e Chefia | 28 | 9 | - | - | 37 |
| Técnico Superiores | 27 | 20 | - | - | 47 |
| Técnicos | 8 | 2 | - | - | 10 |
| Técnicos Médios | 12 | 24 | - | - | 36 |
| Administrativos | 6 | 8 | - | - | 14 |
| Auxiliares de Limpeza | 0 | 10 | - | - | 10 |
| Operários/Encarregados | 20 | 9 | - | - | 29 |
| Motoristas | 21 | 0 | - | - | 21 |
| TOTAL | 120 | 80 | - | - | 207 |

Dos 207 trabalhadores, 1,5%, corresponde a direcção e chefia, 17,5%, Técnicos Superiores 17%, Técnicos, 5,6%, Técnicos Médios, 22,7%, Administrativos, 6,7%, Auxiliares de limpeza, 4,8%, Operário/Encarregados, 14%, e 10,1% correspondente a Motoristas.

1.2 AUSÊNCIA NO TRABALHO

No decurso de 2020, os dias de ausência ao local trabalho dos 207 trabalhadores que exerceram funções neste Ministério distribuíram-se por Unidade Orgânicas/áreas de acordo com o gráfico



A taxa de absentismo de acordo com o peso assumido pelo número de dias de faltas relativamente ao número anual de dias trabalháveis, considerando o total de funcionários que exerceram funções neste Ministério no ano de 2020. No ano em referência a taxa situa-se nos 0,03%

1.3 REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

No que concerne a Salário, fez-se um processamento global de Akz. 381.175.918,80 sendo, Akz. 348.683.588,20 para efectivos e Akz. 32.492.330,60 para Contratados.

Processamento de salários dos funcionários Efectivos, constantes da base de dados do SIGFE.

| Meses | Vencimento Base | IRT | S.S | Total Liquido |
|-----------|-----------------|--------------|------------|---------------|
| JANEIRO | 24 891 523,80 | 3 901 156,50 | 749 409,50 | 28 792 680,30 |
| FEVEREIRO | 24 048 450,10 | 3 829 756,80 | 770 039,80 | 27 878 206,90 |
| MARÇO | 23 123 059,20 | 3 840 201,30 | 741 921,60 | 26 963 260,50 |
| ABRIL | 23 478 866,70 | 3 873 114,70 | 746 777,90 | 27 351 981,40 |
| MAIO | 23 454 157,80 | 3 790 591,00 | 748 037,00 | 27 244 748,80 |
| JUNHO | 24 855 555,00 | 4 104 981,30 | 770 220,30 | 28 960 536,30 |
| JULHO | 24 017 282,30 | 3 851 769,30 | 761 434,30 | 27 869 051,60 |
| AGOSTO | 24 827 121,10 | 4 075 628,70 | 749 091,10 | 28 902 749,80 |
| SETEMBRO | 22 468 056,60 | 4 033 336,30 | 753 992,30 | 26 501 392,90 |
| OUTUBRO | 21 503 512,20 | 4 102 092,00 | 753 765,00 | 25 605 604,20 |
| NOVEMBRO | 22 466 801,40 | 4 326 806,70 | 748 861,70 | 26 793 610,10 |

| | | | | |
|--------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|
| DEZEMBRO | 23 145 739,00 | 4 496 914,80 | 741 676,80 | 27 642 653,80 |
| DECÍMO TERCEIRO | 21 196 783,20 | 3 016 423,60 | | 18 177 111,60 |
| TOTAL | 303 476 908,40 | 51 242 773,00 | 9 035 227,30 | 348 683 588,20 |

Processamento de salários dos funcionários contratados, constantes da base de dados do SIGFE.

| Meses | Vencimento Base | IRT | S.S | Total Liquido |
|-------------------|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
| JANEIRO | 2 767 667,70 | 211 693,00 | 83 437,00 | 3 077 664,70 |
| FEVEREIRO | 2 790 942,70 | 204 535,00 | 83 437,00 | 3 093 781,70 |
| MARÇO | 2 558 599,00 | 173 415,00 | 80 515,10 | 2 924 796,10 |
| ABRIL | 2 623 131,40 | 182 204,00 | 80 610,00 | 2 995 047,20 |
| MAIO | 2 737 416,80 | 191 073,00 | 83 379,70 | 3 028 645,50 |
| JUNHO | 2 559 930,80 | 173 242,00 | 80 739,80 | 2 828 779,60 |
| JULHO | 2 734 334,50 | 197 177,00 | 80 739,80 | 3 027 118,30 |
| AGOSTO | 2 798 521,40 | 221 406,00 | 80 739,80 | 3 115 534,20 |
| SETEMBRO | 2 543 433,80 | 142 199,00 | 80 739,80 | 2781239.60 |
| OUTUBRO | 2 465 644,10 | 80 739,80 | 80 739,80 | 2691331.90 |
| NOVEMBRO | 2 839 268,60 | 219 252,00 | 80 739,80 | 3 154 127,40 |
| DEZEMBRO | 2 465 644,10 | 80 739,80 | 80 739,80 | 2 691 331,90 |
| DECÍMO TECEIRO | 2 691 334,00 | 139 078,00 | | 2 555 504,00 |
| TOTAL | 34 575 868,90 | 2 216 753,60 | 976 557,40 | 32 492 330,60 |

1.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Números de participantes em acções realizadas neste Ministério, no ano de 2020

| Cursos/Acções Internas | Instituição | Grupo/cargo Carreira | N.º de participantes | |
|--|--|-------------------------|----------------------|---|
| | | | M | F |
| Noções sobre Contracepção | MINEA | Secretária Geral | - | 1 |
| | | Técnico Superior | 2 | - |
| Certificação de Cyber Segurança – Via On line | Mear – Middle East & África Networkes | Director | 1 | - |
| PPP NOCP3P - Via On line | Radar PPP | Secretária Geral | - | 1 |
| Sob total | | | 3 | 2 |
| Total Geral | | | 5 | |

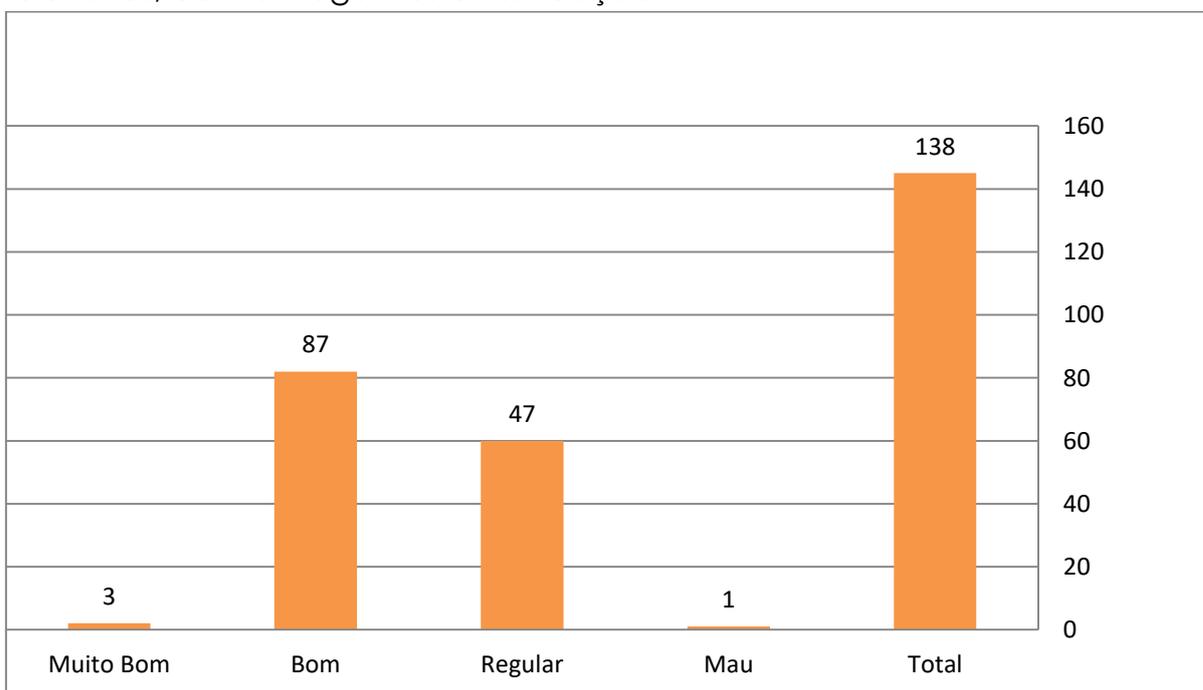
1.5 DESPESAS COM FORMAÇÃO

Despesas Anuais com Formação

| Tipo de acção | Valor (Kwanzas) |
|------------------------------|----------------------|
| Despesas com acções Internas | 2.356.373,50 |
| TOTAL | 20.329.846,84 |

1.6 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MINEA

Durante o ano de 2020, foram Avaliados no Ministério de Energia e Águas 138 funcionários, com as seguintes classificação:



CAPÍTULO 2

➤ ORÇAMENTO, FINANÇAS E PATRIMÓNIO

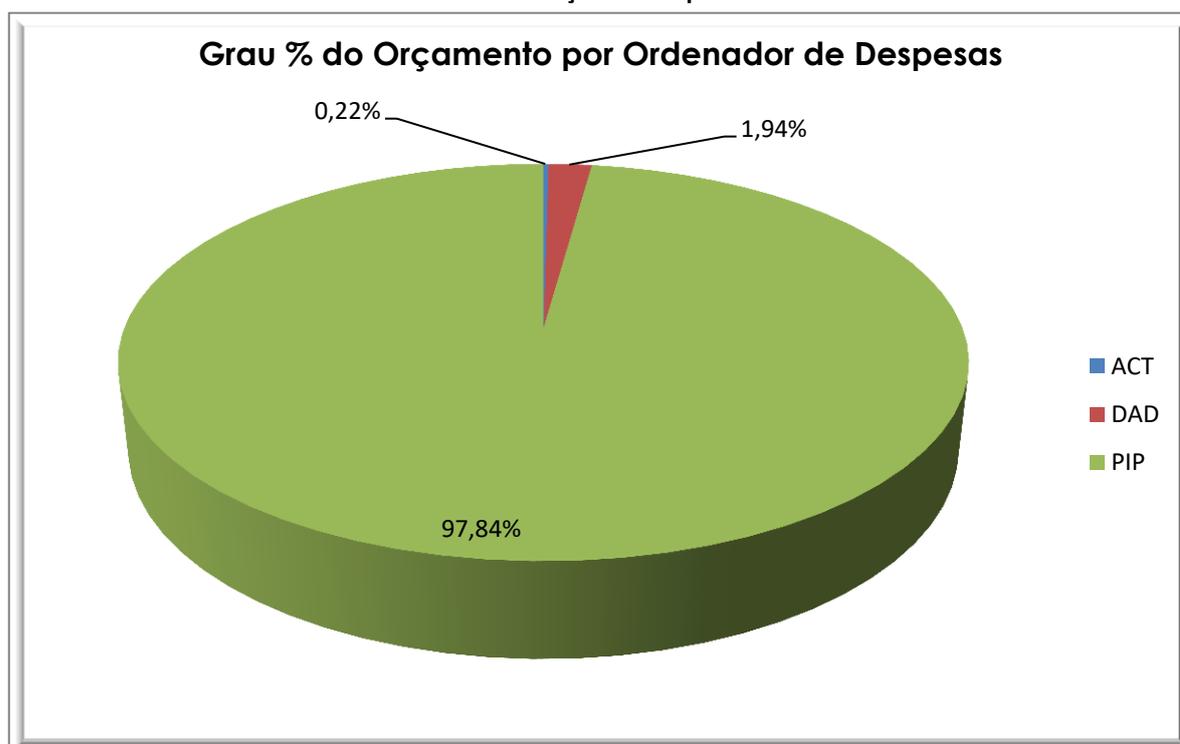
2.1 ORÇAMENTO

A Lei n.º 30/19 de 27 de Dezembro, aprova uma cobertura Orçamental para Unidade Orçamental MINEA, no montante total de **AKZ 265.593.768.959,00**, assim repartidos:

Quadro 1: Orçamento Aprovado para o ano 2020

| Categorias de Despesas | Orçamento Aprovado |
|---|---------------------------|
| ACT - Actividade Básica | 596 018 649,00 |
| Despesas com o pessoal | 401 175 385,00 |
| Despesas em bens e serviços | 171 228 216,00 |
| Despesas em Bens de capital | 23 615 048,00 |
| DAD - Despesas de Apoio ao Desenvolvimento | 5 145 799 327,00 |
| Despesas em bens e serviços | 4 054 892 536,00 |
| Despesas em Bens de capital | 1 090 906 791,00 |
| PIP - Programa de Investimentos Público | 259 851 950 983,00 |
| Despesas em bens e serviços | 27 268 380 787,00 |
| Despesas em Bens de capital | 232 583 570 196,00 |
| Total Geral | 265 593 768 959,00 |

Gráfico 1: Orçamento Aprovado



2.2 ORÇAMENTO RECTIFICADO

Quadro 2: Orçamento Rectificado

| Categorias de Despesas | Orçamento Aprovado | Contrapartidas Internas | Cativações e Descativação | Revisão OGE | Orçamento Rectificado |
|---|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|
| ACT - Actividade Básica | 2 056 535 690,00 | 68 235 138,77 | -9 739 508,29 | -456 170 835,01 | 1 658 860 485,47 |
| Despesas com o pessoal | 1 482 094 910,00 | 132 777 892,02 | -9 739 508,29 | -183 881 242,51 | 1 421 252 051,22 |
| Despesas em bens e serviços | 462 983 928,00 | -29 023 464,41 | 0,00 | -210 596 681,50 | 223 363 782,09 |
| Despesas em Bens de capital | 111 456 852,00 | -35 519 288,84 | 0,00 | -61 692 911,00 | 14 244 652,16 |
| DAD - Despesas de Apoio ao Desenvolvimento | 5 639 632 772,00 | -1 649 453 014,88 | 0,00 | -1 416 516 516,08 | 2 573 663 241,04 |
| Despesas em bens e serviços | 4 492 386 395,00 | -919 705 628,33 | 0,00 | -1 170 838 121,82 | 2 401 842 644,85 |
| Despesas em Bens de capital | 1 147 246 377,00 | -729 747 386,55 | 0,00 | -245 678 394,26 | 171 820 596,19 |
| PIP - Programa de Investimentos Público | 259 851 950 983,00 | 247 440 280 042,00 | 0,00 | -1 734 749 175,00 | 505 557 481 850,00 |
| Total Geral | 267 548 119 445,00 | 245 859 062 165,89 | -9 739 508,29 | -3 607 436 526,09 | 509 790 005 576,51 |

2.3 QUOTAS FINANCEIRAS DISPONIBILIZADAS

De Janeiro a Dezembro de 2020, foram atribuídas, mensalmente, quotas financeiras para o MINEA, num total de **AKZ 504.734.682.104,73**, distribuídas pelos três Ordenadores, conforme se apresenta no Quadro 4, abaixo:

Quadro 3: Quotas Financeiras 2020

| Descrição | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | Total das Receitas |
|--|---------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| ACT - Actividade Básica | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 | 443 003 340,34 |
| Receitas Orçamentais | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 | 443 003 340,34 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 | 443 003 340,34 |
| 1- Pessoal | 88 092 387,80 | 88 059 018,10 | 99 528 883,60 | 96 290 405,60 | 371 970 695,10 |
| 2- Bens e Serviços | 23 669 862,56 | 9 350 680,63 | 13 621 391,98 | 24 390 710,07 | 71 032 645,24 |
| 3- Bens de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DAD - Despesas de Apoio ao Desenvolvimento | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 | 2 372 491 861,04 |
| Receitas Orçamentais | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 | 2 372 491 861,04 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 | 2 372 491 861,04 |
| 1- Bens e Serviços | 424 494 423,03 | 346 000 000,00 | 588 015 941,14 | 662 622 723,65 | 2 021 133 087,82 |
| 2- Bens de Capital | 53 383 194,76 | 0,00 | 0,00 | 71 187 667,89 | 124 570 862,65 |
| 4- Transferências Correntes | 0,00 | 145 665 630,57 | 0,00 | 81 122 280,00 | 226 787 910,57 |
| PIP - Programa de Investimentos Público | 115 837 478 004,15 | 51 996 027 479,38 | 152 483 114 108,65 | 181 602 567 311,17 | 501 919 186 903,35 |
| Receitas Orçamentais | 115 837 478 004,15 | 51 996 027 479,38 | 152 483 114 108,65 | 181 602 567 311,17 | 501 919 186 903,35 |
| FE - Financiamento Externo | 104 732 994 278,57 | 51 755 164 465,60 | 146 781 119 508,93 | 157 960 415 099,07 | 461 229 693 352,17 |
| 1- Bens e Serviços | 0,00 | 1 357 569 561,94 | 2 190 687 224,24 | 6 886 571 883,18 | 10 434 828 669,36 |
| 2- Bens de Capital | 104 732 994 278,57 | 50 397 594 903,66 | 144 590 432 284,69 | 151 073 843 215,89 | 450 794 864 682,81 |
| FI - Financiamento Interno | 101 044 414,81 | 240 863 013,78 | 605 797 157,06 | 436 223 418,98 | 1 383 928 004,63 |
| 1- Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- Bens de Capital | 101 044 414,81 | 240 863 013,78 | 605 797 157,06 | 436 223 418,98 | 1 383 928 004,63 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 11 003 439 310,77 | 0,00 | 5 096 197 442,66 | 23 205 928 793,12 | 39 305 565 546,55 |
| 1- Bens e Serviços | 7 179 669 718,61 | 0,00 | 2 064 288 937,87 | 263 409 018,69 | 9 507 367 675,17 |
| 2- Bens de Capital | 3 823 769 592,16 | 0,00 | 3 031 908 504,79 | 22 942 519 774,43 | 29 798 197 871,38 |
| RNO - Receitas não Orçamental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total Geral | 116 427 117 872,30 | 52 585 102 808,68 | 153 184 280 325,37 | 182 538 181 098,38 | 504 734 682 104,73 |

Quadro 4: Quotas Financeiras por Acordos de financiamentos

| Descrição | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre |
|---|---------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|
| ACT - Actividade Básica | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 |
| Receitas Orçamentais | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 |
| Tesouro | 111 762 250,36 | 97 409 698,73 | 113 150 275,58 | 120 681 115,67 |
| DAD - Despesas de Apoio ao Desenvolvimento | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 |
| Receitas Orçamentais | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 814 932 671,54 |
| Covi19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 265 432 830,66 |
| Tesouro | 477 877 617,79 | 491 665 630,57 | 588 015 941,14 | 549 499 840,88 |
| PIP - Programa de Investimentos Público | 115 837 478 004,15 | 51 996 027 479,38 | 152 483 114 108,65 | 181 602 567 311,17 |
| Receitas Orçamentais | 115 837 478 004,15 | 51 996 027 479,38 | 152 483 114 108,65 | 181 602 567 311,17 |
| FE - Financiamento Externo | 104 732 994 278,57 | 51 755 164 465,60 | 146 781 119 508,93 | 157 960 415 099,07 |
| B.D China | 11 789 054 722,02 | 10 132 644 730,12 | 11 640 479 844,49 | 20 811 189 833,60 |
| Bad | 0,00 | 1 357 569 561,94 | 491 642 317,92 | 2 861 562 587,52 |
| Banco Mundial | 0,00 | 0,00 | 1 699 044 906,32 | 4 025 009 295,66 |
| BBVA - Espanha | 0,00 | 30 321 199,92 | 257 204 588,62 | 776 056 817,27 |
| Brasil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| China-Eximbank I | 173 274 338,04 | 1 042 388 619,88 | 290 832 985,34 | 15 592 514 591,53 |
| Eurobonds | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ICBC-China | 0,00 | 0,00 | 86 377 659 999,98 | 0,00 |
| Linha Credito Desin | 2 746 281 714,67 | 1 921 464 643,88 | 1 441 771 069,60 | 7 377 215 568,22 |
| Luminar Finance | 0,00 | 4 801 879 866,20 | 0,00 | 21 270 777 418,16 |
| Por definir | 90 024 383 503,84 | 32 468 895 843,66 | 44 582 483 796,66 | 85 246 088 987,11 |
| Sociaté Generale | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| FI - Financiamento Interno | 101 044 414,81 | 240 863 013,78 | 605 797 157,06 | 436 223 418,98 |
| BAI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| BFA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Por definir | 101 044 414,81 | 240 863 013,78 | 605 797 157,06 | 436 223 418,98 |
| Tesouro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ROT - Recursos Ordinários do Tesouro | 11 003 439 310,77 | 0,00 | 5 096 197 442,66 | 23 205 928 793,12 |
| Bónus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 14 070 411 318,03 |
| Eurobonds | 1 708 056 950,10 | 0,00 | 1 816 908 504,79 | 0,00 |
| PIIM | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8 872 108 456,40 |
| Tesouro | 9 295 382 360,67 | 0,00 | 3 279 288 937,87 | 263 409 018,69 |
| Total Geral | 116 427 117 872,30 | 52 585 102 808,68 | 153 184 280 325,37 | 182 538 181 098,38 |

Classificação da Solicitação de Pagamentos por Natureza de Despesa ACT e DAD e PIP

A execução Orçamental e Financeira do exercício económico de 2020, foi de Kzs 504.734.682.104,75, correspondente a cerca de 99,26% do orçamento rectificativo, dos quais, 98% executado em ACT, 94,59% em DAD e 99,28% no PIP.

Quadro 5: Mapa resumo da Execução Orçamental e Financeira

| Descrição | Orçamento Aprovado | Orçamento Rectificado | Despesas Cabimentadas | Despesas Liquidadas/ Executadas | Despesas Cabimentadas a Liquidar | Despesas Pagas | Ordem de Saque a Pagar | Grau de Execução |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------------------|--|---------------------------|---------------------------|---------------------|
| ACT - Actividade Básica | 596 018 649,00 | 452 039 660,06 | 443 003 340,94 | 443 003 340,34 | 0,60 | 363 677 747,23 | 79 325 593,11 | 98,00% |
| Recursos Ordinários de Tesouro | 596 018 649,00 | 452 039 660,06 | 443 003 340,94 | 443 003 340,34 | 0,60 | 363 677 747,23 | 79 325 593,11 | 98,00% |
| Despesas com o Pessoal | 401 175 385,00 | 373 674 748,22 | 371 970 695,10 | 371 970 695,10 | 0,00 | 308 667 841,90 | 63 302 853,20 | 99,54% |
| Despesas em Bens e Serviços | 171 228 216,00 | 74 131 110,77 | 71 032 645,84 | 71 032 645,24 | 0,60 | 55 009 905,33 | 16 022 739,91 | 95,82% |
| Despesas em Bens de Capital | 23 615 048,00 | 4 233 801,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| DAD - Despesas de Apoio ao Desenvolvimento | 5 145 799 327,00 | 2 508 134 256,76 | 2 397 347 502,83 | 2 372 491 861,04 | 24 855 641,79 | 2 228 789 688,65 | 143 702 172,39 | 94,59% |
| Recursos Ordinários de Tesouro | 5 145 799 327,00 | 2 508 134 256,76 | 2 397 347 502,83 | 2 372 491 861,04 | 24 855 641,79 | 2 228 789 688,65 | 143 702 172,39 | 94,59% |
| Despesas em Bens e Serviços | 4 003 445 097,00 | 2 102 028 701,01 | 2 045 167 466,45 | 2 021 133 087,82 | 24 034 378,63 | 1 969 743 087,82 | 51 390 000,00 | 96,15% |
| Transferências Correntes | 51 447 439,00 | 237 423 694,88 | 226 787 910,57 | 226 787 910,57 | 0,00 | 145 665 630,57 | 81 122 280,00 | 95,52% |
| Despesas em Bens de Capital | 1 090 906 791,00 | 168 681 860,87 | 125 392 125,81 | 124 570 862,65 | 821 263,16 | 113 380 970,26 | 11 189 892,39 | 73,85% |
| PIP - Programa de Investimentos Público | 259 851 950 983,00 | 505 557 481 850,00 | 502 016 583 281,00 | 501 919 186 903,37 | 97 396 377,63 | 213 604 053 139,12 | 288 315 133 764,25 | 99,28% |
| Financiamento Externo | 146 812 570 129,00 | 460 862 602 105,58 | 461 229 693 352,19 | 461 229 693 352,19 | 0,00 | 196 612 551 922,00 | 264 617 141 430,19 | 100,08% |
| Despesas em Bens e Serviços | | 10 481 042 834,00 | 10 434 828 669,36 | 10 434 828 669,36 | 0,00 | 2 921 195 191,20 | 7 513 633 478,16 | 99,56% |
| Despesas em Bens de Capital | 146 812 570 129,00 | 450 381 559 271,58 | 450 794 864 682,83 | 450 794 864 682,83 | 0,00 | 193 691 356 730,80 | 257 103 507 952,03 | 100,09% |
| Financiamento Interno | 602 359 033,00 | 1 806 615 748,42 | 1 383 928 004,63 | 1 383 928 004,63 | 0,00 | 628 455 445,00 | 755 472 559,63 | 76,60% |
| Despesas em Bens e Serviços | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00% |
| Despesas em Bens de Capital | 602 359 033,00 | 1 806 615 748,42 | 1 383 928 004,63 | 1 383 928 004,63 | 0,00 | 628 455 445,00 | 755 472 559,63 | 76,60% |
| Recursos Ordinários de Tesouro | 112 437 021 821,00 | 42 888 263 996,00 | 39 402 961 924,18 | 39 305 565 546,55 | 97 396 377,63 | 16 363 045 772,12 | 22 942 519 774,43 | 91,65% |
| Despesas em Bens e Serviços | 27 319 828 226,00 | 9 597 982 687,43 | 9 604 764 052,80 | 9 507 367 675,17 | 97 396 377,63 | 9 507 367 675,17 | 0,00 | 99,06% |
| Despesas em Bens de Capital | 85 117 193 595,00 | 33 290 281 308,57 | 29 798 197 871,38 | 29 798 197 871,38 | 0,00 | 6 855 678 096,95 | 22 942 519 774,43 | 89,51% |
| Total Geral | 265 593 768 959,00 | 508 517 655 766,82 | 504 856 934 124,77 | 504 734 682 104,75 | 122 252 020,02 | 216 196 520 575,00 | 288 538 161 529,75 | 99,26% |

CAPÍTULO 3

➤ INVESTIMENTO PÚBLICO, PROJECTOS E PROGRAMAS

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, é o órgão de apoio técnico do Ministério da Energia e Águas, de carácter transversal que tem como funções principais a preparação de medidas de política e estratégia do sector, de estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços técnico-económicos, bem como a orientação e coordenação da actividade estatística.

3.1 PROGRAMA DE INVESTIMENTO PÚBLICO.

No âmbito do PIP – Programa de Investimento Público, foi aprovado para o exercício económico 2020, para o Sector de Energia e Águas, um orçamento inicial no montante de Akz. 259 851 950 983,00. No decurso do exercício económico foi feita uma revisão no OGE, tendo sofrido um aumento para o sector passando para Akz. 354 929 569 848,48.

Efectuadas contrapartidas internas e inter-sectoriais, o orçamento final do sector foi de Akz. 505 557 481 851,39.

A despesa liquidada, através do SIGFE, foi de Kz 501 919 186 904,00, que representa uma taxa de execução de cerca de 99,28%.

O valor final orçamentado foi assim distribuído;

Subsector da Energia, Akz 388 038 401 044,09, o que corresponde a 76,75% do orçamento e;

Subsector das Águas, Akz 117 519 080 807,30, o que corresponde a 23,24%.

De realçar que a execução no subsector de águas, ficou muito aquém do esperado devido a não entrada em operação dos financiamentos de alguns projectos elegidos na Linha de Crédito da China, assim como, dos projectos de águas Bitá e Quilonga , sistemas 4 e 5, respectivamente. Contribuiu ainda, a escassa atribuição de quotas financeiras para pagamento dos projectos em ROT/Eurobonds.

3.2 ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PDN.

O Plano de Desenvolvimento Nacional para o período 2018-2022 (PND 2018-2022), elaborado com base na Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, contém um conjunto de Programas de Acção fundamentais, transversais e sectoriais, que são implementados através de Projectos de Investimentos Públicos e Actividades de Apoio ao Desenvolvimento, para a concretização de políticas nacionais e a realização dos objectivos de médio prazo estabelecidos pelo Governo.

No âmbito do PDN, para o MINEA, foram gizados quatro (4) Programas:

1. PROGRAMA DE EXPANSÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉCTRICA NAS ÁREAS URBANAS, SEDES DE MUNICÍPIO E ÁREAS RURAIS.

Objectivo 1: Aumentar o acesso à energia eléctrica a nível Nacional.

Meta 1: De 2018 a 2022, a taxa de electrificação a nível nacional aumenta para 44,1%, esperando atingir a meta de 43,3%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|------------------------|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Taxa de Electrificação | % | 2017 | 36,0 | 42,0 | 42,0 | 43,3 | 42,7 | 42,7 | 42,7 | 98,61 |

Meta 2: De 2018 a 2022, o número de clientes de energia eléctrica mais que duplica, alcançando 2,1 milhões de clientes, prevendo-se realizar, em 2020, mais 124 mil novas ligações.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Número de Clientes de energia eléctrica | Milhares | 2017 | 1.276 | 1.476 | 1.676 | 124 | 36 | 1,8 | 38,907 | 31,38 |

Objectivo 2: Aumentar o acesso à energia eléctrica em todo território Nacional, assegurando um acesso mínimo em todas as províncias e a cobertura de todas as sedes municipais por sistema eléctrico público.

Meta 1: De 2018 a 2022, a taxa de electrificação provincial aumenta de 8% para 20%, prevendo-se atingir os 13%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Taxa mínima de electrificação provincial | % | 2017 | 8,0 | 9,0 | 9,5 | 13,0 | 9,5 | 9,5 | 9,5 | 73,07 |

Meta 2: De 2018 a 2022, mais 36 Sedes de município são servidas por Sistema Eléctrico Público, totalizando 102, sendo que 7 municípios deverão ser servidos, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Número de sedes de Município servidas por Sistema Eléctrico Público | N° | 2017 | 66 | 73 | 77 | 7 | 6 | 2 | 8 | 114,3 |

2. PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E OPTIMIZAÇÃO DO SECTOR ELÉCTRICO

Objectivo 1: Assegurar e otimizar a localização e disponibilidade da geração térmica da produção de energia.

Meta 1: De 2018 a 2022, a PRODEL disponibiliza, pelo menos, 5,0 GW de potência, alcançando 5,4 GW, sendo que 5 GW deverão estar disponíveis, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Potência instalada das centrais PRODEL | GW | 2017 | 2,467 | 3,5 | 4,79 | >5,00 | 5,62 | 5,88 | 5,88 | 117,60 |

Meta 2: De 2018 a 2022, o grau de cobertura em todos os sistemas de produção é de pelo menos 30%, esperando-se mais de 30%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Grau de cobertura em todos os sistemas de produção | % | 2017 | 4 | 6,6 | 8,3 | >30 | 8 | 8,3 | 8,3 | 26,67 |

Objectivo 2: Reforçar a Rede Nacional de Transporte para permitir transportar a energia do Sistema Norte, até Luanda, à Região Centro e à Região Sul.

Meta 2.1: De 2018 a 2022, a energia transportada do Sistema Norte para os restantes Sistemas alcança os 225 MW, totalizando 450 MW, sendo que 50MW deverão ser transportados, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---------------------------------------|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Energia transportada do Sistema Norte | MW | 2017 | - | - | 225 | 50 | 0 | 21 | 21 | 42,00 |

3. PROGRAMA DE EXPANSÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS ÁREAS URBANAS, SEDES DE MUNICÍPIO E ÁREAS RURAIS

Objectivo 1: Aumentar a capacidade de produção e a taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas urbanas e rurais.

Meta 1: De 2018 a 2022, a taxa de cobertura de abastecimento de água nas áreas urbanas (Sedes Capitais de província, Sedes Municipais e Sedes Comuns mais populosas) passa de 66% para 75,9%, esperando-se 70,5%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Taxa de cobertura de Água nas áreas Urbanas | % | 2017 | 60 | 66 | 70,2 | 70,5 | 70,2 | 71,50 | 71,50 | 101,41 |

Meta 2: De 2018 a 2022, a produção de água potável nas sedes provinciais e municipais aumenta, passando de 970 milhões de m³/dia para 1,4 milhões de m³/dia, sendo que a produção de 1 250 mil m³/dia deverá ser assegurada, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|-------------------------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Produção de Água potável nas Sedes Provinciais e Municipais | Mil m ³ /dia | 2017 | 828 | 970 | 1 145 | 1 251 | 1 145 | 1 315 | 1 315 | 105,11 |

Meta 3: De 2018 a 2022, a taxa de cobertura de abastecimento de água nas áreas rurais passa de 66,0%, em 2017, para 76,2%, em 2022, esperando-se 72,5%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Taxa de cobertura do abastecimento de água nas áreas rurais | % | 2017 | 66,0 | 68,7 | 70,4 | 72,5 | 70,4 | ND | 70,4 | 97,10 |

Objectivo 2: Melhorar a capacidade de gestão operacional e recuperação dos sistemas de abastecimento de água.

Meta 2.1: De 2018 a 2022, a taxa de operacionalidade dos sistemas de abastecimento de água em funcionamento atinge 88%, esperando-se 75%, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Taxa de operacionalidade dos Sistemas de Abastecimento de Água | % | 2017 | 60 | 60 | 67 | 75 | 67 | - | 67 | 89,33 |

4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO SECTOR DA ÁGUA

Objectivo 1: Descentralizar a gestão do abastecimento e tratamento de água, criando em todas as províncias as necessárias competências institucionais e técnicas, nomeadamente empresas gestoras, com relatórios e contas aprovados e mais de 10.000 cliente.

Meta 1: De 2018 a 2022, 19 empresas provinciais gestoras entram em funcionamento, sendo que 6 deverão estar em funcionamento, em 2020.

Actualmente existem 17 empresas, mas apenas 9 tem mais de 10.000 Clientes e relatórios e contas aprovados.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Empresas provinciais gestoras em funcionamento | Nº | 2017 | 4 | 4 | 5 | 6 | 9 | 9 | 9 | 150 |

Objectivo 2: Garantir que todas as bacias hidrográficas sejam dotadas de Planos Gerais de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos (PGDURH).

Meta 2: De 2018 a 2022, 7 bacias hidrográficas principais dotadas de Plano Geral de Desenvolvimento e Utilização dos Recursos Hídricos de Bacia Hidrográfica (PGDURH), totalizando 18 bacias, sendo que duas deverão estar dotadas de plano, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Bacias hidrográficas dotadas de PGDURH | Nº | 2017 | 8 | 2 | 1 | 2 | - | - | - | - |

Objectivo 3: Reabilitar as estações hidrométricas existentes e ampliar a rede hidrométrica nacional.

Meta 3. De 2018 a 2022, o número de Estações Hidrométricas na rede nacional passa para 100, contra as 58 em 2017, sendo que 10 estarão reabilitadas, em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|---|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Estações hidrométricas na rede nacional | Nº | 2017 | 58 | - | 14 | 10 | - | - | - | - |

Objectivo 4: Assegurar a monitorização efectiva da qualidade da água para consumo humano, com elevado padrão.

1. **Meta 4:** De 2018 a 2022, 13 laboratórios de verificação da qualidade da água em funcionamento, totalizando 18, sendo que 10 estarão em funcionamento em 2020.

| Indicador | Unidades | Ano Base | Valor Base (Stock) | Realizado 2018 (valor fluxo) | Realizado 2019 (valor fluxo) | Meta 2020 (valor fluxo) (1) | Realizado I Semestre | Realizado II Semestre | Realizado 2020 (valor fluxo) (2) | Grau de Execução (%) ((2/1)*100) |
|--|----------|----------|--------------------|------------------------------|------------------------------|-----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Laboratórios para Qualidade da Água em Funcionamento | Nº | 2017 | 5 | - | - | 10 | 5 | 6 | 11 | 110,0 |

3.3 ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DO PIP - Durante o período foram analisados e elaborados pareceres aos vários contratos respeitantes aos projectos inscritos no PIP, em conjunto com outros Gabinetes / Direcções, no âmbito dos grupos técnicos formados por despacho de Sª Exa o Ministro de Tutela.

O acompanhamento do desenvolvimento dos projectos, como actividade corrente do Gabinete, foi efectuado, tanto, através da análise dos vários relatórios de projectos

recebidos, como através de reuniões de balanço realizados pelos grupos técnicos formados (órgãos do MINEA e Empresas).

Também neste âmbito, foi efectuada a gestão financeira dos projectos, bem como o acompanhamento físico, principalmente os projectos com recurso ao financiamento externo.

Foram analisados igualmente, e emitidos pareceres sobre a fundamentação e a viabilidade dos Projectos de Investimentos Públicos no domínio da Energia e Águas, bem como analisados e emitidos pareceres sobre os contratos e acordos a celebrar no âmbito da implementação de planos e programas do sector da Energia e Águas ou, participado na sua preparação e negociação, quando foi solicitado.

A seguir faz – se uma breve descrição dos principais Projectos do sector;

3.4 PROJECTOS ESTRUTURANTES (Energia).

▪ Construção do AH LAÛCA.

- Valor do Contrato Const. Civil - USD 4.401.131.961,44;
- Execução Física – 99%;
- Execução Financeira – 99%.

A hidroeléctrica de Laúca está enquadrada no Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022), que deverá injectar no sistema Nacional 2.070 megawatts, onde 2.004 megawatts serão da central e 65 MW da central ecológica.

A seguir resume-se a data de entrada em operação comercial das seis unidades geradoras:

- ✓ Unidade Geradora n.º 1 – Junho de 2017;
- ✓ Unidade Geradora n.º 2 – Outubro de 2017;
- ✓ Unidade Geradora n.º 3 – Abril de 2018;
- ✓ Unidade Geradora n.º 4 – Dezembro de 2018.
- ✓ Unidade Geradora n.º 5 – Junho de 2019;
- ✓ Unidade Geradora n.º 6 – Dezembro de 2020.

Decorrem trabalhos das componentes de construção civil e montagem electromecânica, cuja conclusão está prevista para Novembro de 2021, perspectivando-se a entrada em operação comercial da central ecológica (65,5 MW) em Abril de 2021.

▪ Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça.

- Valor do Contrato – USD 4.532.114.051,00;
- Execução Física – 3%;

- Execução Financeira – 6%.

Em curso a execução das obras do desvio provisório, trabalhos preparatórios a nível de construção do estaleiro e tratamentos geotécnicos nas várias frentes, escavação dos emboquilhamentos (bocas) de entrada e saída dos dois túneis de desvio do rio com um avanço de cerca de 80% correspondente a um total de 764,45 m. O túnel de acesso à central, já foram escavados cerca de 680 m de um total de 1.486 m, correspondente a 46%. Destacam-se ainda os serviços de construção dos estaleiros das margens esquerda e direita, trabalhos de desmatação, terraplanagem e construção da ponte.

- **Reabilitação do AH Luachimo.**

- Valor do Contrato – USD: 212.310.022,48;
- Execução Física – 69%;
- Execução Financeira – 55%.

Prosseguem os trabalhos em frentes distintas, designadamente tomada de água, circuito hidráulico, passagens superiores 1 e 2, canal, câmara de carga, central nova e subestação.

Há a destacar o facto de parte significativa dos equipamentos já se encontrarem em Angola, com maior destaque aos equipamentos da subestação eléctrica e alguns correspondentes à central, a par das comportas da tomada de água e das grades.

- **Instalação e Construção da Central do Ciclo Combinado do Soyo I.**

- Valor do Contrato – USD 985.260.295,00;
- Execução Física – Ciclo Simples 99%;
- Execução Física – Ciclo Combinado 99%.
- Execução Financeira – 95%.
-

Ciclo Simples: 4 Turbinas a gás entregues a Operação Comercial.

Ciclo Combinado: 2 Turbinas a vapor entregues para Operações Comerciais.

Um projecto com a modalidade de contrato do tipo EPC – (engenharia, aquisição e construção). A consignação foi a 22 de Agosto de 2014 tendo a sua construção iniciado a 30 de Novembro de 2016. As 4 turbinas a gás e as 2 turbinas a vapor estão todas entregues a operação comercial, restando a eliminação de pendências.

3.5 PROJECTOS ESTRUTURANTES (Águas)

- **Construção da Estação de Tratamento de Água, Sistema 4 (Bita) e Sistema de Distribuição.**

Obras não iniciadas, este projecto visa a construção do sistema de captação, tratamento e adução de água do BITA, com uma capacidade de 6m³/s, a ser desenvolvida por fases. Decorre o processo de negociação com o Banco Mundial para assegurar o financiamento para implementação da primeira fase (3m³ /s), que inclui a rede de distribuição (Lotes B8 a B13), para abastecer a região Sul de Luanda e reforço

do sistema existente. Com a rede de distribuição o valor global do projecto estima-se em cerca de USD 1.060 milhões.

- Valor dos Contratos – USD 580.353.968,43; (Lotes B1 a B7).
- Execução Física – 0%;
- Execução Financeira – 0%;

Aguarda enquadramento financeiro (Em negociação com o Bco. Mundial para emissão das garantias bancárias para assegurar o financiamento através de um Sindicato de Bancos);

Conclusão prevista 36 meses após arranque da empreitada.

▪ **Construção da Estação de Tratamento de Água, Sistema 5 (Quilonga Grande).**

Obras não iniciadas, este projecto visa a construção do sistema de captação, tratamento e adução de água do QUILONGA GRANDE, com uma capacidade de 3m³/segundo;

- Valor do Contrato – USD 672.610.395,49;
- Execução Física – 0%;
- Execução Financeira – 0%;

Aguarda enquadramento financeiro;

Conclusão prevista 36 meses após arranque da empreitada.

▪ **Reabilitação e Reforço do Sistema de Abastecimento de Água de Cabinda.**

- Valor do Contrato - USD 209.043.226,45;
- Execução Física – 85%;
- Execução Financeira – 85%;

Lote 1 – 100%, Concluído - Construção de uma captação, conduta elevatória de água bruta, ETA, adutora de água tratada e construção de um reservatório de cabeceira a execução de redes de distribuição primária e secundária.

Lote 2 - Os trabalhos contidos neste Lote, geograficamente centram-se na Cidade de Cabinda e prolongam-se pelo Eixo de Simindele e Subantando, e contempla a rede de transporte, distribuição e a construção de reservatórios para reserva de água.

Conclusão prevista 2021.

▪ **Reabilitação e Reforço do Sistema de Abastecimento de Água do Huambo - Fase 2.**

- Valor do Contrato - USD 163.640.519,39;
- Execução Física – 100%;
- Execução Financeira – 100%;

Projecto concluído – 100%.

Com estes projectos, espera poder vir a beneficiar-se, cerca de 500 000 pessoas da cidade do Huambo, benefícios esses que têm implicações, não só, ao nível da saúde e

bem-estar dos beneficiários, como também no renascimento de algumas pequenas indústrias locais e no apoio ao crescente parque industrial desta cidade.

Conclusão 2020.

▪ **Reabilitação e Ampliação do Sistema Abastecimento de Água Malanje - 2ª FASE.**

- Valor do Contrato - USD 31.237.861,77;
- Execução Física – 70%;
- Execução Financeira – 71%;

Com estes projectos, espera poder vir a beneficiar-se, cerca de 334 000 pessoas da cidade de Malanje, benefícios esses que têm implicações, não só, ao nível da saúde e bem-estar.

Conclusão prevista 2021.

▪ **Reabilitação e Ampliação do Sistema Abastecimento de Água do Cuito - 2ª FASE.**

- Valor do Contrato - USD 39.226.415,09;
- Execução Física – 100%;
- Execução Financeira – 100%;

Projecto concluído – 100%.

Com este projecto, espera-se vir a beneficiar, cerca de 200 000 pessoas da cidade do Kuito, tanto da parte urbanizada da cidade, como de outras áreas, benefícios esses que têm implicações, não só, ao nível da saúde e bem-estar dos beneficiários, como também no renascimento de algumas pequenas indústrias locais.

Conclusão prevista 2020.

▪ **Reabilitação e Ampliação do Sistema Abastecimento de Água de M'BANZA CONGO.**

- Valor do Contrato - USD 46.000.000,00
- Execução Física – 95%;
- Execução Financeira – 94%.

Com este projecto, espera poder vir a beneficiar-se, cerca de 130 000 pessoas da cidade de M'Banza Congo, benefícios esses que têm implicações, não só, ao nível da saúde e bem-estar dos beneficiários, como também no renascimento de algumas pequenas indústrias locais.

Conclusão prevista 2020.

CAPÍTULO 4

➤ INTERCÂMBIO

O Gabinete de Intercâmbio é o serviço de apoio técnico do MINEA, encarregue de apoiar a realização de tarefas nos domínios das relações internacionais e de cooperação externa.

Em conformidade com o disposto no Regulamento Interno do MINEA, o Gabinete de Intercâmbio Internacional tem assegurado as relações com instituições internacionais, através do acompanhamento e desenvolvimento da cooperação com os países e organizações com as quais o sector e as suas empresas têm acções em curso ou pretendem estabelecer relações contratuais e tem representado o MINEA em reuniões e conferências; deste modo no período em referência o GII realizou as actividades abaixo descritas decorrentes das suas atribuições com os seguintes destaques:

Asseguramento da representação do MINEA nas organizações regionais e internacionais através da participação das delegações às reuniões e conferências, assim como da manutenção de contactos com as Embaixadas e as referidas instituições:

4.1 ACTIVIDADES REALIZADAS.

Além das actividades de rotinas adstritas ao Gabinete em conformidade com os estatutos do MINEA, no decorrer do ano 2020, o Gabinete de Intercâmbio realizou as seguintes actividades:

- **Participação do MINEA nos organismos regionais e internacionais.** Não obstante os constrangimentos impostas pela pandemia de Covid 19, por via de videoconferências o Gabinete de Intercâmbio esteve presente nos encontros e conferencias organizadas pelos vários organismos de que Angola é membro nas áreas de Energia e Águas, destacando a Reunião dos Ministros da Energia da SADC assim como a dos Ministros das Águas da SADC, bem como a participação da reunião anual da IRENA (Agência Internacional das Energias Renováveis).

O Gabinete de Intercâmbio prosseguiu com a tramitação do processo da adesão do MINEA nas organizações internacionais nomeadamente a Associação Solar Internacional (ISA), Comissão da África Austral para Energias Renováveis (SACREEE).

- **Cooperação bilateral:**

- a) o Gabinete de Intercâmbio interveio na organização dos encontros bilaterais do Ministro com os seus homólogos da Zâmbia, da Namíbia bem como com outras entidades.
- b) Colaborou com as distintas direcções do Ministério das Relações Exteriores prestando todas informações relevantes no âmbito das relações de cooperação com os vários países.
- c) Trabalhou no sentido do envolvimento do MINEA com as distintas organizações de cooperação nomeadamente o BM, BAD, JICA, Agência da Energia Atómica.
- d) Em colaboração com o Ministério da Economia e Planeamento o Gabinete de Intercâmbio facilitou o financiamento pela União Europeia de dois projectos na área das energias renováveis.
- e) Acompanhou as acções e iniciativas desenvolvidas pelas empresas e direcções nacionais no domínio de cooperação com a RDC, Zâmbia e Namíbia; Cuba, Suécia, Noruega, Qatar, Emirados Árabes Unidos.

CAPÍTULO – 5

➤ **TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA.**

O Gabinete de Tecnologia de Informação e Comunicação Institucional e Imprensa, é o serviço de apoio técnico do MINEA, na elaboração, implementação, coordenação e monitorização das políticas de Comunicação Institucional e Imprensa e Tecnologia.

Relativamente ao ano 2020, o balanço das actividades realizadas foi elaborado tendo em conta os objectivos definidos e as metas alcançadas no âmbito do Plano de Actividades para 2020.

5.1 SGSI - Sistema de Gestão da Segurança de Informação.

Neste contexto, a execução do **SGSI** objectivou trazer melhoria significativa na optimização de níveis de desempenho alcançados em termos de:

- **Segurança nas 3 Primeiras Camadas de redes:** as camadas *Física*, de *Ligação*, e de *Roteamento*, tendo em conta as exigências de segurança assumidas para que se garantam melhores condições de *disponibilidade*, *integridade*, *confidencialidade*, e *autenticidade* das informações que se veiculam através os vários Sistemas de Voz, Dados e Mídias, de maneira que seja possível:
 - Optimizar o funcionamento do Sistema de refrigeração AVAC,
 - Reforçar a protecção dos elementos físicos da rede (Cabos, conectores etc.),
 - Melhorar o tempo de resposta e conexão à intranet/Internet

- **Segurança nas 3 outras Camadas adjacentes:** as camadas de *Transporte*, *Sessão e Apresentação*, de modo a permitir a realização de processos de:
 - Migração para Sistemas de processamentos de Dados e Sistemas Operacionais mais recente (Microsoft Office e Windows),
 - Desactivação de Servidores em estado tecnológico descontinuado,
 - Actualização da Plataforma de Virtualização de Servidores.
 - Integração e centralização de Sistemas de gestão para Redes sem fio,
 - Implementação de Protocolos HTTPS para protecção contra intrusões cibernéticas.

- **Segurança na última e Sétima cada de redes:** camada de *Aplicação*, visando otimizar os níveis de produtividade e desempenho profissional de todos os funcionários termos de:
 - Literacia digital;
 - Gestão de mudança.

Segurança nas três Primeiras Camadas de redes: as camadas *Física*, de *Ligação*, e de *Roteamento*, tendo em conta as exigências de segurança assumidas para que se garantam melhores condições de *disponibilidade*, *integridade*, *confidencialidade*, e *autenticidade* das informações que se veiculam através os vários Sistemas de Voz, Dados e Mídias.

Segurança nas três outras Camadas adjacentes: as camadas de *Transporte*, *Sessão e Apresentação*.

Segurança na última e Sétima cada de redes: camada de *Aplicação*, visando otimizar os níveis de produtividade e desempenho profissional de todos os funcionários.

5.2 COMUNICAÇÃO

No âmbito da comunicação institucional, durante este período o gabinete participou nas reuniões abaixo mencionadas, cujas imagens serão ilustradas a seguir:

- Participação em todas as reuniões de direcção do MINEA;
- Participação nas reuniões operativas;
- Reuniões de encontro de trabalho com os órgãos de Comunicação Social;
- Reuniões com grupos de comunicadores das empresas (GCII da PRODEL, RNT, ENDE e EPAL).

Participação em reuniões institucionais, nomeadamente;

- ✓ ERCA;
- ✓ Ministério da Comunicação Social;
- ✓ TPA;
- ✓ RNA;
- ✓ MFM;
- ✓ ANGOP;

- ✓ JNA;
- ✓ Governo da Província de Luanda;

Em correspondência com o acima exposto, detalhamos e ilustramos algumas acções, previstas no Plano de comunicação do GCII aprovado em 2020.

DE 28 DE JANEIRO 2020

MUNICÍPIO DE BELAS EM LUANDA RECEBEU DUAS NOVAS SUBESTAÇÕES ELÉCTRICAS

Reportamos a inauguração, das subestações eléctricas, do Mundial (60/15 KV) que irá beneficiar 15.080 famílias e a subestação eléctrica da Zona Verde (60/15 KV) que irá beneficiar 13.640 famílias, infra-estruturas implantadas nos distritos da Vila Verde e Morro dos Veados " Mundial", no município de Belas, o acto foi presidido pelo Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges e pelo Ex - Governador de Luanda, Sérgio Luther Rescova Joaquim.

DE 30 DE JANEIRO DE 2020

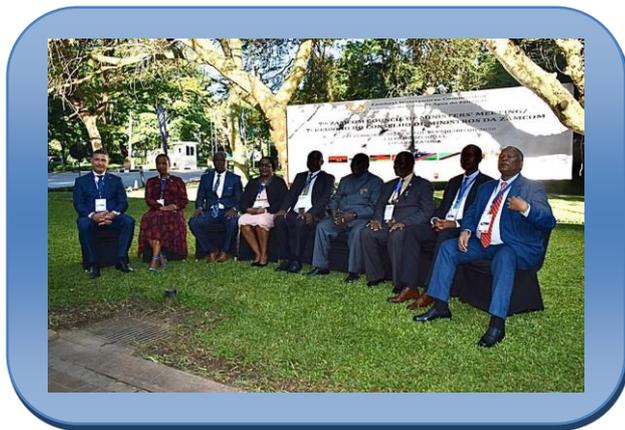
DIÁLOGO PARA MELHORIA DO ABASTECIMENTO AMBULANTE DE ÁGUA À CIDADE DE LUANDA



Reportamos a visita de constatação à girafa de Cacucaco, um programa dirigido pelo Secretário de Estado para Águas, Lucrécio Costa, e contou com a presença do Administrador Municipal do Cacucaco, Auzilio Jacob, o PCA da EPAL, Fernando Cunha, e teve como objectivo a melhoria do abastecimento de água à cidade de Luanda.

DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020

LUSAKA ACOLHE A SÉTIMA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA ZAMCOM



Reportamos a sétima reunião do Conselho de Ministros da ZAMCOM, que teve como objectivo, balancear as acções realizadas nos últimos dois anos, aprovou a agenda de trabalhos até 2021, discutiu-se o orçamento da organização bem como o Plano Estratégico do mecanismo multilateral, em toda a sua extensão.

DE 05 DE MARÇO DE 2020

10º CONSELHO CONSULTIVO: ENCONTRO DOS QUADROS DO MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS

Reportamos nos dias 05 e 06 de Março de 2020, na província de Malanje, em Laúca, as actividades do 10º Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas com o lema **Mais Água Mais Energia = Desenvolvimento**. Estas actividades foram divididas em dois painéis temáticos dedicados ao subsector das Águas, nomeadamente: "Acesso aos Serviços de Água: Balanço e Perspectivas " e "Estado dos Investimentos e Projectos do Subsector das Águas: Reflexão e Desafios", bem como as Infra-estruturas Provinciais, Balanço e Perspectivas", "Balanço Energético e Perspectivas", Quadro Legal/Tarifário do Sector: Impactos no Quotidiano das Empresas e da Produção".

DE 19 DE MARÇO DE 2020

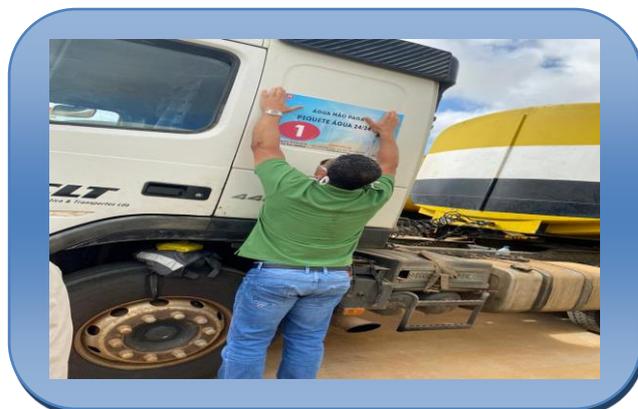
DIA MUNDIAL DA ÁGUA: “ÁGUA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”

LOCALIDADES DE MUCARI E MASSANGO JÁ CONTAM COM NOVOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA *

No âmbito das comemorações do dia Mundial da Água, sob o lema, “ÁGUA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”, o Ministério da Energia e Águas, procedeu com o Governo da Província de Malanje a inauguração das obras de reforço do sistema de abastecimento de água das localidades de Massango e Mucari.

DE 28 DE MARÇO DE 2020

**PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA COMBATE A EPIDEMIA DO COVID-19
“ABASTECIMENTO DE ÁGUA”**



O Ministro da Energia e Águas em companhia do Governador de Luanda realizaram no dia 28 de Março, uma jornada de campo com o objectivo de aferir o nível de implementação do Plano de Contingência para Combater a Epidemia da COVID-19.

DE 20 DE ABRIL DE 2020

**MINEA EM TRABALHO DE CAMPO PARA FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE
ABASTECIMENTO GRATUITO DE ÁGUA ÀS POPULAÇÕES**

Em cumprimento ao Programa de monitoramento da Campanha de Distribuição de água às Populações de Zonas desprovidas de rede de água, o Secretário de Estado para as Águas, realizou no dia 20 de Abril, uma intensa jornada de Campo em Luanda, no Município de Belas, no Distrito Urbano do Cabolombo no Bairro Sossego.

DE 19 DE MAIO DE 2020

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODEL E ENDE TOMAM POSSE



Os Conselhos da Administração da Empresa Nacional de Produção de Electricidade, PRODEL, Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade, ENDE, nomeados a 19 de

Relatório de Balanço das Actividades MINEA 2020 Página 31

Maio de 2020, por Despachos Presidenciais, números 68 e 69 de 18 de Maio, tomaram posse, no dia 20 de Maio em Luanda, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, cerimónia testemunhada pelos Secretários de Estado da Energia e para Águas e outros Responsáveis do MINEA e de Empresas do Sector, acto realizado com observância das medidas de segurança para prevenção de contágio da COVID 19.

DE 21 DE MAIO DE 2020

MINISTRO BORGES CONSTATA ESTADO OPERACIONAL DA ETA SUDESTE UMA DAS BASES DE APOIO AO PROGRAMA DE ENTREGA DE ÁGUA GRATUITA ÀS POPULAÇÕES PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA COMBATER A EPIDEMIA DO COVID-19

Reunidos no dia 21 de Maio 2020 em Luanda, no MultiParques, a Base do Centro Operacional do Núcleo de Gestão de Distribuição de Água às Comunidades, de zonas desprovidas de rede pública, acção de âmbito nacional enquadrada no Plano de Contingência para Combate a Pandemia do COVID-19, que reserva ao subsector das Águas, um papel preponderante, sob presidência do Titular do Sector Eléctrico e das Águas o encontro procedeu ao balanço das actividades desenvolvidas nesta terceira etapa da observância do estado de emergência vigente no País.

DE 25 DE JUNHO DE 2020

MINISTRO DA ENERGIA E ÁGUAS ACOMPANHA TESTES A ESTAÇÃO DE BOMBAGEM DO KILAMBA



Para aferir condições de entrada em serviço da Segunda Bomba da Estação de Tratamento de Água do Bita, Ministro da Energia e Águas deslocou-se no dia 24 de Junho de 2020, aquela importante instalação, responsável pela distribuição de água a Centralidade do Kilamba.

Ministro João Baptista Borges, fez-se acompanhar ao Bita, dos Secretários de Estado para Águas e Energia, Conselhos de Administração da EPAL e da ENDE para juntos testemunharem os testes na bomba reparada, bem como a situação da instalação de protecções nas linhas de transporte de energia para aquela infra-estrutura.

DE 15 DE OUTUBRO DE 2020

MINISTRO DA ENERGIA E ÁGUAS PARTICIPA EM CONFERÊNCIA ONLINE "ANGOLA- DO PETRÓLEO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, QUE PERSPECTIVAS"

Reporte da participação do Ministro da Energia e Águas, Eng. João Baptista Borges, numa conferência online subordinada ao tema: "Angola- Do Petróleo à Transição Energética, Que Perspectivas", o governante falou sobre "Perspectivas do Ministério da Energia e Águas para a Transição Energética". A conferência online contou ainda com a participação do Professor Doutor Flávio Inocêncio, o Dr. Estêvão Pedro e teve como moderador o Dr. Inglês Pinto.

DE 19 DE OUTUBRO DE 2020

PLANO DIRECTOR DE SANEAMENTO PARA A CIDADE DE MALANJE APRESENTADO EM CONFERÊNCIA VIRTUAL



Reporte da reunião virtual presidida pelo Secretário de Estado para as Águas, Eng. Lucrecio Alexandre da Costa, para a apresentação prévia ao Governo da Província de Malanje, o trabalho desenvolvido sobre o Plano Director de Saneamento para a cidade de Malanje e das soluções alternativas.

DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

LANÇADA A PRIMEIRA PEDRA DA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DE QUALIDADE DA ÁGUA DO BENGU

Reporte do lançamento da primeira pedra da construção do Laboratório de Monitorização de Qualidade da Água, que decorreu no dia 15 de Dezembro. A

construção desta infra-estrutura, enquadra-se na Estratégia do Governo de Controlo da Qualidade da Água para consumo humano e para águas residuais, com capacidade para analisar cerca de 47 parâmetros físicos, químicos e microbiológicos legalmente estabelecidos. O evento contou com presença da anfitriã, a Governadora da província, a senhora Mara Baptista Quiosa, testemunhado pelo Secretário de Estado para as Águas, Lucrecio Alexandre Costa, o Vice-Governador para Infra-estruturas e Serviços Técnicos, Agostinho da Rocha Silva, da Directora Nacional das Águas, Elsa Ramos e responsáveis do sector das águas.

5.3 ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS:

- Reportamos a entrevista na TPA 1 no programa “Grande Entrevista”, com o tema: **“SITUAÇÃO ACTUAL DO SECTOR DA ENERGIA E ÁGUAS”**, no dia 13 de Maio de 2020, com o Ministro da Energia e Águas, Eng.º João Baptista Borges.
- Em articulação com a Comissão Técnica Interministerial, coordenada pelo Ministério da Energia e Águas, reportamos a entrevista na TPA 1 no programa “Grande Entrevista”, com o tema: **“SITUAÇÃO DA ÁGUA EM TEMPO DE PANDEMIA”**, no dia 01 de Setembro de 2020, representado pelo Secretário de Estado para as Águas Eng.º Lucrecio Costa.

CAPÍTULO – 6

➤ JURÍDICO

O Gabinete Jurídico é o serviço de apoio técnico do Ministério da Energia e Águas, ao qual cabe realizar toda a actividade de assessoria jurídica e de estudos no domínio legislativo, regulamentar e contencioso.

6.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

No desempenho das suas funções, o Gabinete Jurídico desenvolveu as seguintes actividades ao longo do ano de 2020:

- Emissão de 105 informações, grande parte capeando pareceres sobre variados assuntos, com destaque para as questões relacionadas com reequilíbrio financeiro, rescisão contractual, contratação simplificada no âmbito de processos com o Banco Mundial;
- Elaboração de cerca de 70 Memorandos internos em resposta a diversas solicitações;

- Elaboração de 12 despachos internos para nomeação de Comissões de Avaliação de concursos, delegação de poderes e outros;
- Redacção e envio de cartas ao Titular do Executivo, aos Órgãos Auxiliares do Presidente do Titular do Executivo e demais órgãos públicos, sobre diferentes assuntos, com destaque para a submissão de informações, pedidos de autorizações para a abertura de procedimentos concursais, autorizações prévias para a contratação, solicitações de documentos, aprovação de relatórios, autorização para a celebração de contratos, publicação de despachos presidenciais, rescisões contratuais, notas informativas;
- Elaboração da proposta de Estatuto Orgânico, no âmbito do redimensionamento da estrutura interna dos Departamentos Ministeriais, entre outros assuntos.

6.2 CONTRATOS VISADOS EM 2020

Abaixo alguns contratos visados em 2020 pelo Tribunal de Contas:

1. Contrato de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Água e Saneamento de Cabinda, com a Empresa Joint Venture Metito Utilities Limited, Metito Tratamento de Água SAE e Aquatech International Water Services Inc), no valor de EUROS 5.446.113,99 (Cinco Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Seis Mil, Cento e Treze Euros e Noventa e Nove Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
2. Contrato de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água do Huambo, com a Empresa JV Metito Utilities Limited/AQUATECH International, no valor total de EUROS 5.128.245,21 (Cinco Milhões, Cento e Vinte Oito Mil, Duzentos e Quarenta e Cinco Euros e Vinte e Um Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
3. Contrato para a Verificação do Projecto Concepção e Fiscalização das Obras de Um Novo Sistema de Abastecimento de Água do Rio Lucala em N´dalatando, com a Empresa HYDROPLAN, INGENIEUR-GESELLSCHAFT mbH/ENGCONSULT, no valor total de USD 2.702.430, 43 (Dois Milhões, Setecentos e Dois Mil, Quatrocentos e Trinta Dólares Americanos e Quarenta e Três Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
4. Contrato para Concepção e Construção de uma nova Captação de Água, Estação de Tratamento de Água, Estação Elevatória, Adutora de Água Bruta, Centros de Distribuição e Conduas principais para N´Dalatando, com a Empresa QINGDAO INSTALLATION & CONSTRUCTION CO., LTD., no valor total de USD 22.656.856,68 (Vinte e Dois Milhões Seiscentos Cinquenta e Seis Mil Oitocentos Cinquenta e Seis Dólares e Setenta e Oito Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;

5. Contrato de Gestão, Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água de Uíge, com a Empresa JV Águas de Valencia S.A. (AVSA)/QUANTUM Solutions Emerging Markets S.L., no valor total de EUROS 5.242.484,01 (Cinco Milhões, Duzentos e Quarenta e Dois Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Euros e Um Cêntimo)), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança.
6. Contrato de Gestão, Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água de Luena, celebrado com a Empresa JV Metito Utilities Limited/AQUATECH International, no valor total de EUROS 844.096,71 (Oitocentos e Quarenta e Quatro Mil Noventa e Seis Euros e Setenta e Um Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
7. Contrato para o Fornecimento de Contadores às Empresas Públicas de Abastecimento de Água e Saneamento das Províncias do Cunene, Cuanza Sul, Bengo, Namibe, Lunda-Sul, Lunda-Norte e Cabinda, celebrado com a Empresa CMEC, no valor de USD 1.467.531,25 (Um milhão, Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil, Quinhentos e Trinta e Um Dólares Americanos e Vinte e Cinco Cêntimos), a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
8. Contratos de Prestação de Serviços de Consultoria, Assessoria Técnica na Análise e Aprovação do Projecto de Execução da Empreitada para a Construção, Fornecimento, Montagem e Comissionamento dos Equipamentos Electromecânicos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, e de Prestação de Serviços de Supervisão e Fiscalização da Empreitada Geral da Construção, Fornecimento, Montagem e Comissionamento dos Equipamentos Electromecânicos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, celebrado com a Empresa Coba Consultores de Engenharia e Ambiente S.A, a respectiva Resolução e a notificação de cobrança;
9. Contratos de Prestação de Serviços de Consultoria, Assessoria Técnica na Análise e Aprovação do Projecto de Execução da Empreitada para a Construção, Fornecimento, Montagem e Comissionamento dos Equipamentos Electromecânicos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, e de Prestação de Serviços de Supervisão e Fiscalização da Empreitada Geral da Construção, Fornecimento, Montagem e Comissionamento dos Equipamentos Electromecânicos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, celebrado com o Consórcio, constituídos pelas empresas CGGC&NIARA-HOLDING, Lda e CHINA GHEZOUBA GROUP COMPANY LIMITED e BOREAL INVESTMENTS LIMITED, a respectiva Resolução e a notificação de cobrança.

CAPÍTULO – 7

➤ SERVIÇOS EXECUTIVOS

7.1- DIRECÇÃO NACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEIS E ELECTRIFICAÇÃO RURAL

O presente Relatório narra as realizações desenvolvidas pelas extintas Direcção Nacional de Energias Renováveis e Direcção Nacional de Electrificação Rural e Local, no ano em análise (2020), pois no âmbito da reestruturação Orgânica do Ministério da Energia e Águas constatou-se a necessidade da fusão das referidas Direcções de acordo com o ao actual contexto político, económico e social, conforme estabelecido nas novas Regras de Criação, Estruturação, Organização e Extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e dos demais Organismos Legalmente Equiparados. O Presidente da República de acordo com o Decreto Presidencial n.º223/20, I Série – 132, de 28 de Agosto aprovou o novo Estatuto Orgânico do Ministério da Energia e Águas, onde as Direcções acima citadas deixaram de existir e criou-se Direcção Nacional de Energias Renováveis e Electrificação Rural, abreviadamente DNERER.

Com o objectivo de atingir as aspirações da estratégia “Angola 2025”, o Programa de Governo para o período 2018-2022 assenta em 9 Políticas Estratégicas de Desenvolvimento, inserindo-se o Sector da Energia na política estratégica de desenvolvimento que visa: *“Promover o Desenvolvimento Sustentável e Diversificado, com a inclusão económica e social e redução das desigualdades”*.

Esta Política Estratégica visa um modelo de desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade justa, equitativa e culturalmente desenvolvida, sem fome nem miséria, assente na igualdade de oportunidades. Pretende-se a criação de condições infra-estruturais e transversais adequadas para assegurar o melhor funcionamento das infra-estruturas do sector da energia, por forma a apoiar a necessária diversificação da economia e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida dos cidadãos reduzindo as desigualdades.

Com vista à materialização da política e estratégia do Governo, as extintas Direcções desenvolveram e participaram nas acções que passamos a descrever seguidamente.

7.1.2 DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS DE PROJECTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

As energias renováveis representam uma aposta importante para o alcance do objectivo almejado pelo Governo para o período 2018-2022, objectivo que simultaneamente corresponde ao compromisso assumido pelo País no âmbito da iniciativa das Nações Unidas, Energia Sustentável para Todos-SE4ALL, da qual estamos subscritos.

Com a visão na criação de oportunidades e eficácia na implementação de projectos a curto prazo com a participação do sector privado, o Ministério da Energia e Águas

(MINEA) tem tomado a iniciativa da realização de várias actividades que possibilitam atrair mais investimento privado para o sector.

ESTUDOS DE PRÉ – VIABILIDADE DE PROJECTOS HIDROELÉCTRICOS AO LONGO DO RIO CUANGO NA LUNDA NORTE

A Angola Hydro Holdco Limited (“Berkeley Energy”) e a Elektra Electricidade de Angola Lda. (“Elektra”) formados em consórcio, celebraram em Julho de 2020 um Memorando de Entendimento com o MINEA, que concedeu a exclusividade no desenvolvimento de projectos hidroeléctricos ao longo do rio Cuango, na Lunda-Norte.

A Berkeley Energy e a Elektra, juntamente com os seus parceiros técnicos PAC SpA e Fichtner GmbH & Co. KG, efectuaram um Estudo de Pré-Viabilidade para os projectos hidroeléctricos no rio Cuango, na Lunda-Norte, para identificar os locais mais atractivos para a produção hidroeléctrica na região, confirmar as principais características funcionais e desenvolver uma planta técnica inicial a rever e pormenorizar durante a fase de viabilidade.

Para classificar os sete potenciais locais identificados dos projectos hidroeléctricos na região, tendo em conta a atracção de cada um, efectuou-se um exercício de análise dos locais e de suas características estimadas.

Depois, para os três melhores locais (Vuka 3, Vuka 2 e Vuka 1, respectivamente) procedeu-se a um desenvolvimento mais aprofundado a respeito de plantas iniciais e principais características técnicas.

Para ajudar a definir as características técnicas destes projectos realizaram-se os seguintes estudos:

- Estudo topográfico;
- Estudo hidrológico e modelagem de precipitação-escoamento;
- Estudo geológico teórico, com recurso a carta geológica de Angola (1988), artigos e outras publicações;
- Avaliação ambiental e social do local pouco pormenorizada.

O Estudo de Pré-Viabilidade confirmou a viabilidade técnica das Centrais Hidroeléctricas Vuka 1, Vuka 2 e Vuka 3, com Vuka 3 (anterior “AH Quedas do Vuka”) a ser o projecto mais atractivo na região. A energia eléctrica a ser gerada pelos 3 Aproveitamentos Hidroeléctricos do Vuka, permitirão desenvolver o corredor leste, interligando os centros de consumo e acelerar o desenvolvimento e construção da Linha de MAT, Malanje-Saurimo visando um proporcional escoamento e expansão do SEP.

A Berkeley Energy está a estabelecer-se em Angola com o objectivo de desenvolver uma actividade que abranja vários projectos hídricos de elevada qualidade no país e de funcionar como um parceiro de longo prazo no sector.

7.1.3 MONITORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJECTOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Esta actividade garantiu o processo de acompanhamento, inspecção e o controlo do

funcionamento dos projectos instalados no âmbito das Energias Renováveis, com vista atender aos objectivos de desempenho definidos.

GRAU DE EXECUÇÃO DO PROJECTO ALDEIA SOLAR 3ª FASE

Dando continuidade do programa Aldeia Solar, que foi concebido com o objectivo de instalar Kits Fotovoltaicos e Iluminação Pública em infraestruturas sociais, após conclusão das 1ª e 2ª fase, seguiu-se a 3ª fase que contemplou as Províncias do Cuanza Sul, Lunda Sul e Cuando Cubango.

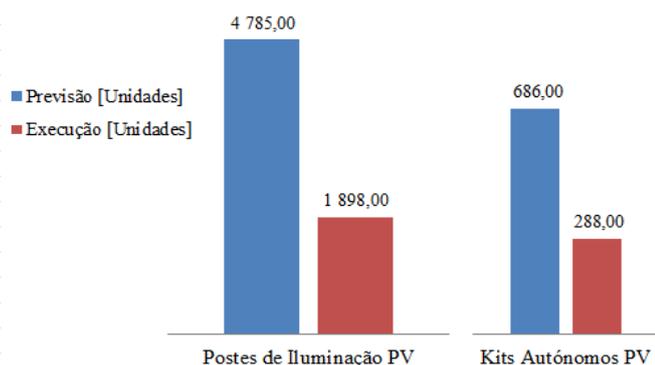
A comuna de Gangula, província do Cuanza-Sul, serviu para o projecto-piloto onde se instalou 31 kits solares fotovoltaicos repartidos em 19 infraestruturas: 1 administração, 1 centro médico, 8 escolas, 2 postos médicos, 1 posto policial, 4 residências sociais e 2 residências administrativas.

Depois da certificação dos equipamentos instalados pelo empreiteiro com a validação do dono da obra (MINEA), deu-se continuidade do projecto onde os resultados alcançados foram os seguintes:

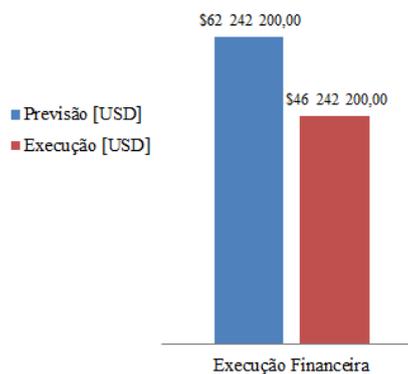
- 1- Instalação de 67 kits fotovoltaicos e 264 postes de iluminação pública solar fotovoltaicos (conforme o contracto) nomeadamente: município de Mona Quimbundo e Muriege na Província da Lunda Sul;
- 2- Depois da conclusão da Província acima referida deu-se continuidade na Província do Cuando-Cubango com 132 kits fotovoltaicos e 750 postes de iluminação pública solar fotovoltaica, instalados nos municípios de Mavinga, Menongue e Rivungo;
- 3- Na província do Cuanza-Sul, instalou-se 89 dos 487 kits fotovoltaicos e 884 dos 3.771 postes de iluminação pública solar nos municípios de Sumbe Sede e Seles.

| | Execução Física | | |
|-------------------------|---------------------|----------------------|--------------|
| | Previsto [Unidades] | Executado [Unidades] | Execução [%] |
| Kits Autónomos | 686,00 | 288,00 | 41,98 |
| Postes de Iluminação PV | 4 785,00 | 1 898,00 | 39,67 |
| | Execução Financeira | | |
| | Previsto [USD] | Executado [USD] | Execução [%] |
| Valor do Contracto | 62 242 200,00 | 46 242 200,00 | 74,29 |

Execução Física (> 40 %)



Execução Financeira (74 %)



| Acordo contratual | |
|---|-------------|
| Descrição | Encargo [%] |
| Pagamento Inicial | 15 |
| Custos directos aduaneiros e taxas | 20 |
| Transporte de equipamentos até aos locais de montagem | 20 |
| Acto de entrega de 50% da obra na província do Cuanza-Sul | 10 |
| Acto de entrega da obra na província da Lunda-Sul | 10 |
| Acto de entrega da obra na província do Cuando-Cubango | 10 |
| Conclusão do projecto | 15 |
| TOTAL | 100 |

O projecto tinha um prazo de execução de 24 meses com a possibilidade de cumprir-se com a entrega da primeira província, que foi certificada em Agosto de 2017, devido aos constrangimentos relacionados com a crise financeira, a situação não permitiu realizar os pagamentos das facturas conforme programadas, assim assinou-se o memorando de entendimento em Outubro de 2018 para prorrogação do projecto até 31 de Outubro de 2019, sem alteração do valor inicial contratual.

Devido aos atrasos acumulados no pagamento das facturas desde o início do projecto, o prazo acima referida do memorando não permitiu atingir os objectivos programados, tendo havido a necessidade da assinatura do segundo memorando que em Outubro de 2019 com o prazo de um ano.

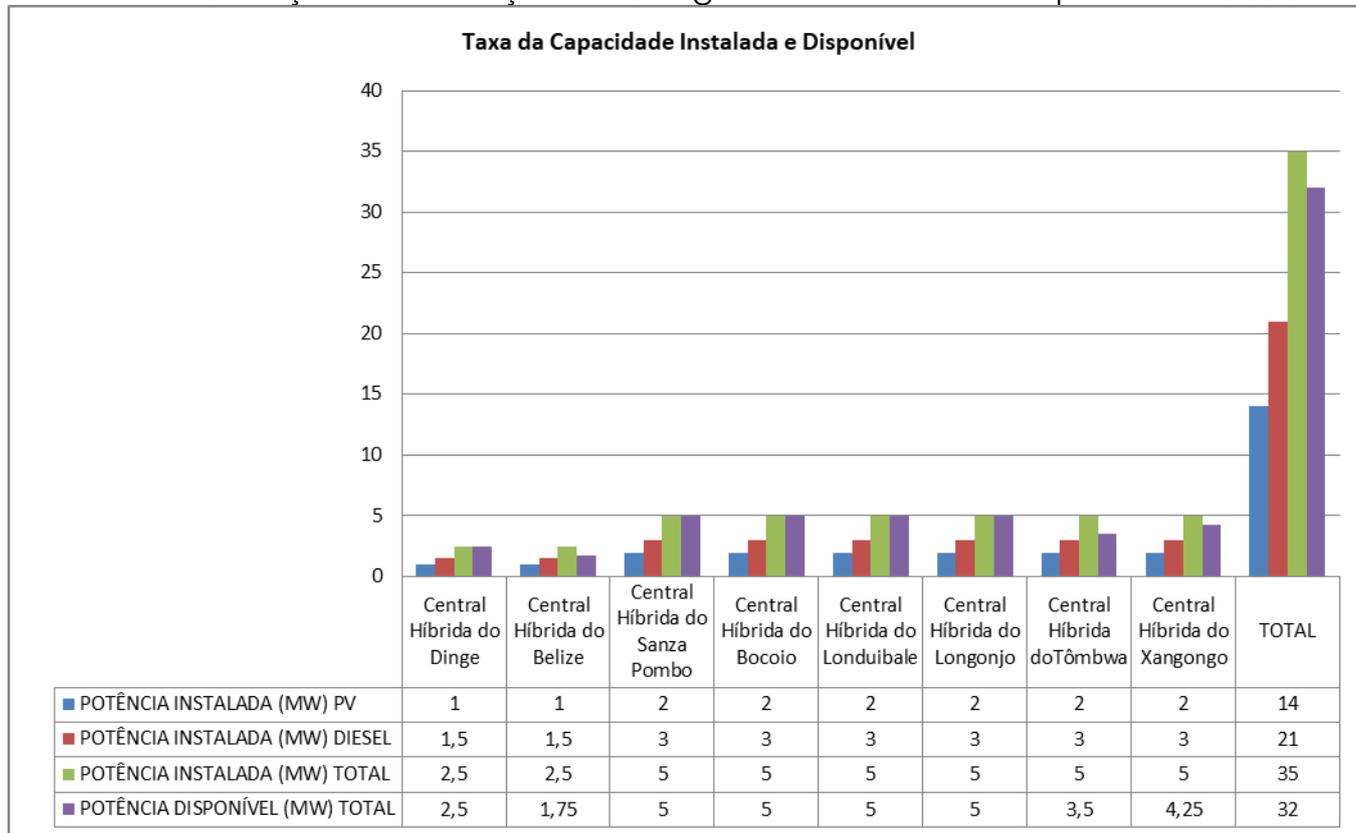
De acordo ao contrato, o valor total é de 6.012.222.000,00 kz, (Seis Bilhões, Doze Milhões e Duzentos e Vinte e Dois Mil Kwanzas) equivalente à USD 62.242.200,00 (Sessenta e Dois Milhões e Duzentos e Quarenta e Dois Mil e Duzentos Dólares) e até ao momento foram liquidados pelo MINEA o valor de USD 46.979.312 (Quarenta e Seis Milhões e Novecentos e Setenta e Nove e Trezentos e Doze Dólares) que corresponde a aproximadamente 75,4% da execução financeira. Relativamente à execução física, nos kits autónomos temos executados 41,98%, e 39,66% nos postos de iluminação pública, perfazendo um total de execução física do projecto de 40%.

Constatado que foram já executados 74% do valor do contrato e um fraco desempenho na execução física, enviou-se um ofício para a empresa, de forma a pronunciar-se sobre a diferença destes valores (física e financeira) e apresentar o novo cronograma de

execução física dos restantes Municípios por finalizar, visando equilibrar a diferença existente e actualização do prazo de arranque das actividades do projecto.

ACOMPANHAMENTO DO GRAU DE FUNCIONALIDADE DAS CENTRAIS HÍBRIDAS DE 5MW

As Centrais Híbridas estão em funcionamento de acordo com o relatório de exploração semanal da Direcção de Produção de Energias Renováveis da empresa PRODEL EP.



7.2 - DIRECÇÃO NACIONAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

A Direcção Nacional de Energia Eléctrica é o serviço executivo directo do Ministério da Energia e Águas que tem por objecto o planeamento, o estudo, a concepção e acompanhamento da execução das políticas no âmbito da produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica, comportando a seguinte estrutura orgânica.

7.2.1 Acompanhamento de Projectos

➤ Aproveitamento Hidroeléctrico e Termoeléctricos

A DNEE participou nas visitas para avaliação do grau de execução das obras do projecto da Central Hidroeléctrica de Laúca e da Central de Ciclo Combinado do Soyo, bem como as subestações e linhas associadas.

A DNEE acompanhou a construção das Centrais de geração de aumento de capacidade térmica para reforço do sistema eléctrico a nível Nacional.

Outros Projectos

A DNEE esteve também engajada em acções relacionadas com o desenvolvimento dos seguintes projectos:

- JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) visando a implementação do Projecto da Linha de Transmissão de 220 kV Namibe-Lubango e Subestação associada.
- Por orientação de Sua Excelência Senhor Ministro e pelas competências atribuídas, a DNEE efectuou o acompanhamento dos programas de melhorias de qualidade de serviço;
- A DNEE efectuou visitas inspectivas com condições de biossegurança asseguradas, no sentido de aferir a Qualidade de Serviço no fornecimento de energia eléctrica de acordo as reclamações dirigidas ao MINEA;
- Em cumprimentos as orientações de Sua Excelência Senhor Ministro, a DNEE efectuou reuniões com as empresas TIMFER Consultoria e Desenvolvimento de Negócios Lda e Empresa Ramos Ferreira.

7.2.2 Licenciamento de Instalações Eléctricas

O Departamento de Licenciamento e Fiscalização (DLF) da Direcção Nacional de Energia Eléctrica, desenvolve as actividades de licenciamento das instalações eléctricas de produção, transporte, distribuição e utilização de energia eléctrica.

As receitas arrecadadas pela Direcção no primeiro trimestre foram de **37.272.829,00 Kz** (Trinta e Sete Milhões, Duzentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Nove Kwanzas), referente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2020, sendo que não foi possível referir arrecadação de receitas nos trimestres seguintes devido a falta de material de trabalho em determinados períodos do ano como: (impressora funcional, tinteiros, Folhas), na Direcção bem como algumas irregularidades comprovadas e já reportadas documentalmente superiormente.

7.2.3 Análise de Projectos

O Departamento de Licenciamento e Fiscalização da DNEE efectuou análise de projectos para licenciamento conforme abaixo indicado.

| Designação | 2020 |
|---------------------------|------|
| Instalações domiciliárias | 362 |
| Postos de Transformação | 281 |
| Geradores | 310 |
| Elevadores | 1 |
| Centrais hidroeléctricas | 0 |

7.2.4 Vistorias

No período em análise foram realizadas vistorias a Postos de Transformação e Grupos Geradores Instalados.

| Designação | 2020 |
|-----------------------------|-------------|
| Instalações de Baixa Tensão | 314 |
| Postos de Transformação | 332 |
| Geradores | 263 |
| Elevadores | 0 |
| Centrais hidroeléctricas | 0 |

7.2.5 Licenças de estabelecimento

No período em análise foram emitidas licenças de estabelecimento para projectos instalados conforme abaixo indicado.

| Designação | 2020 |
|-----------------------------|-------------|
| Instalações de Baixa Tensão | --- |
| Postos de Transformação | 297 |
| Geradores | 239 |
| Elevadores | 0 |
| Centrais hidroeléctricas | 0 |

7.2.6 Licenças de exploração

Durante o período do ano em análise, o Departamento de Licenciamento e Fiscalização da DNEE emitiu licenças de exploração para projectos conforme abaixo indicado.

| Designação | 2020 |
|-----------------------------|-------------|
| Instalações de Baixa Tensão | 204 |
| Postos de Transformação | 297 |
| Geradores | 239 |
| Elevadores | 0 |
| Centrais hidroeléctricas | 0 |

7.2.7 Expediente geral

A área de expediente no período do ano em análise processou o seguinte expediente:

| Designação | 2020 |
|---|-------------|
| Requerimentos | 678 |
| Cartas | 23 |
| Mod.32 | 367 |
| Carteiras de Engenheiros | 5 |
| Carteiras de Electricistas | 21 |
| 2.ª Vias das Carteiras de Engenheiros | 49 |
| 2.ª Vias das Carteiras de Electricistas | 18 |
| Promissórias | 93 |

7.2.8 Receitas

As receitas arrecadadas pela Direcção no primeiro trimestre foram de **37.272.829,00 Kz** (Trinta e Sete Milhões, Duzentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Vinte e Nove Kwanzas), referente aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2020, sendo que não foi possível referir arrecadação de receitas nos trimestres seguintes devido a falta de material de trabalho em determinados períodos do ano como: (impressora funcional, tinteiros, Folhas), na Direcção bem como algumas irregularidades comprovadas.

| Nº | DESIGNAÇÃO | VALOR |
|-----|---|----------------------|
| 1 | JANEIRO | 10,205,312.58 |
| 2 | FEVEREIRO | 8,192,873.06 |
| 3 | MARÇO | 18,831,865.53 |
| | TOTAL DE ACORDO OS RECIBOS | 37,230,051.17 |
| 4 | VALOR DEPOSITADO | 37,272,829.00 |
| 4.1 | VALOR A MAIS OU VALOR A MENOS | 42,777.83 |
| | TOTAL GERAL DE ACORDO OS RECIBOS + VALOR A MAIS OU VALOR A MENOS | 37,272,829.00 |
| | SALDO PARA TRIMESTRE SEGUINTE | 37,272,829.00 |

7.2.9 Licenciamento nas Províncias

A actividade de licenciamento de instalações a nível das províncias está sendo alargada pela DNEE com a colaboração dos Gabinetes de Infra-estruturas e Serviços Técnicos das províncias, na qual se tem dado a conhecer toda a tramitação a nível da actividade de licenciamento e fiscalização das instalações eléctricas no País, através de acções de formação e capacitação que visam potenciar actividades nas diferentes localidades a nível provincial.

7.2.10 Informatizações de Processos

A DNEE conta com uma aplicação em Excel de suporte à actividade desenvolvida no sector de taxas, nomeadamente o registo, emissão de recibos, compilação de relatórios diários e mensais das cobranças efectuadas.

Esta aplicação, que passou a ser utilizada desde o mês de Julho/12, automatizou algumas das tarefas que eram realizadas manualmente e introduziu maior controlo na actividade do sector de Taxas.

No âmbito da criação da base de dados de instalações licenciadas, deu-se continuidade ao trabalho de carregamento numa planilha em Excel dos processos de licenciamento de instalações das Províncias de Luanda, Bengo, Benguela, Namibe e Moxico.

7.2.11 Outras Actividades

➤ Estatística

No domínio da estatística, esta direcção contribuiu na elaboração dos mapas estatísticos para a Economia Real, compilação de informação da exploração do Sistema Electrico.

Da estatística destacamos os valores associados a potência Instalada, Potência disponível, Produção e distribuição de energia eléctrica, conforme o quadro apresentado.

| INDICADORES | jan/20 | fev/20 | mar/20 | abr/20 | mai/20 | jun/20 | jul/20 | ago/20 | set/20 | out/20 | nov/20 | dez/20 |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 1. Potencia Total Instalada (MW) | 5,635.85 | 5,641.10 | 5,615.85 | 5,615.85 | 5,615.85 | 5,615.85 | 5,600.30 | 5,554.77 | 5,554.77 | 5,554.77 | 5,543.65 | 5,878.37 |
| Hídrica (MW) | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,342.12 | 3,676.12 |
| Térmica (MW) + Híbrida (MW) | 2,293.73 | 2,298.98 | 2,273.73 | 2,273.73 | 2,273.73 | 2,273.73 | 2,258.18 | 2,212.65 | 2,212.65 | 2,212.65 | 2,201.53 | 2,202.25 |
| 2. Capacidade Disponível (MW) | 4,787.89 | 4,203.40 | 4,518.61 | 4,820.68 | 4,677.72 | 4,673.67 | 4,517.93 | 4,788.50 | 4,346.92 | 4,391.34 | 4,273.98 | 4,876.99 |
| Hídrica (MW) | 3,060.98 | 2,486.98 | 2,856.98 | 3,136.58 | 3,260.18 | 3,253.32 | 3,071.92 | 3,246.92 | 2,717.92 | 2,723.26 | 2,593.26 | 3,232.26 |
| Térmica (MW) + Híbrida (MW) | 1,726.91 | 1,716.42 | 1,661.63 | 1,684.10 | 1,417.54 | 1,420.35 | 1,446.01 | 1,541.58 | 1,629.00 | 1,668.08 | 1,680.72 | 1,644.73 |
| 3. Produção de Energia (GWh) | 1,243.25 | 1,196.02 | 1,299.71 | 1,169.37 | 1,267.39 | 1,100.67 | 1,082.59 | 1,073.42 | 1,046.09 | 1,151.65 | 1,182.99 | 1,237.25 |
| Hídrica (GWh) | 1,112.86 | 1,054.56 | 1,159.77 | 1,055.18 | 1,137.82 | 985.30 | 965.81 | 952.13 | 908.16 | 1,001.33 | 1,014.36 | 1,088.88 |
| Térmica (GWh) + Híbrida (GWh) | 130.39 | 141.45 | 139.94 | 114.19 | 129.57 | 115.37 | 116.78 | 121.30 | 137.92 | 150.31 | 168.63 | 148.37 |
| 4. Distribuição de Energia (GWh) | 1,225.46 | 1,013.95 | 984.22 | 990.52 | 983.27 | 956.31 | 878.86 | 871.80 | 865.91 | 890.67 | 974.47 | 964.80 |

Gráfico n.º 1 - Traçado da Capacidade Instalada em 2020

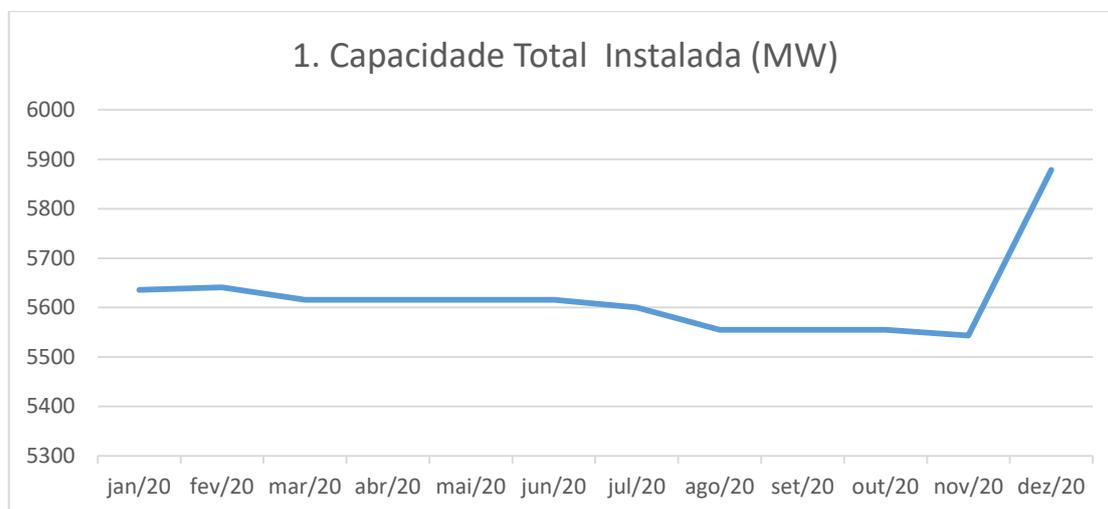


Gráfico n.º 2 - Traçado da variação da Capacidade disponível de Energia em 2020

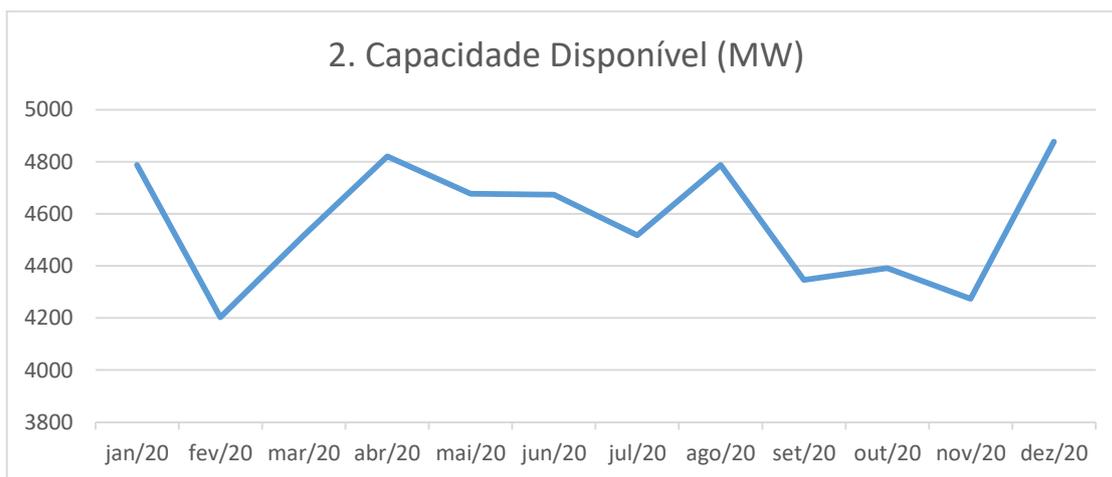


Gráfico n.º 3 - Traçado da variação da Energia Produzida em 2020

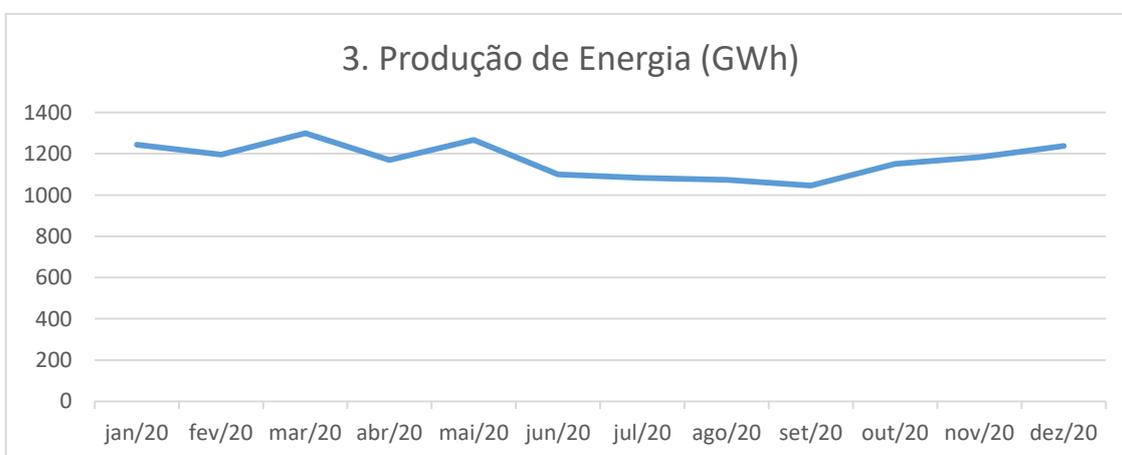
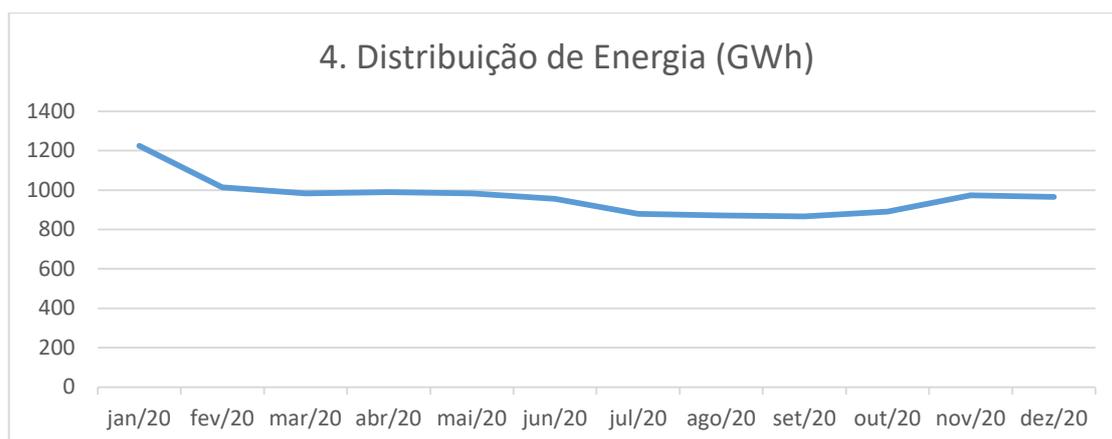


Gráfico n.º 4 – Traçado da variação da Energia Distribuída em 2020



7.3 - DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS

A Direcção Nacional de Águas é o serviço executivo directo do MINEA, que tem por objecto o estudo, a preparação, execução e acompanhamento das políticas de abastecimento de água e de águas residuais, dos recursos hídricos e do saneamento de água residuais.

A DNA era constituída por três departamentos, cada departamento tinha as suas funções definidas conforme o Decreto Executivo n.º 359/14 de 12 de Novembro, onde consta o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Águas. Em Agosto do corrente ano, decorrente do Decreto Presidencial 223/20 de 28 de Agosto o departamento de Licenciamento, Fiscalização e Regulamentação foi extinto, sendo as tarefas deste assumidas pelos dois departamentos: Estudos e Projectos e Departamento de Controlo de Qualidade e Ambiente.

7.3.1 BALANÇO DOS PROJECTOS E ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

• DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PROJECTOS

Nos domínios do abastecimento de água e saneamento urbano e rural, os projectos sob controlo do DEP/DNA, têm vindo a ser desenvolvidos com base no Programa de Investimentos Públicos do Governo, coordenado, a nível do MINEA pelo GEPE, que inclui os projectos de reabilitação e reforço de sistemas urbanos e rurais de abastecimento de água e saneamento (à excepção de Luanda, cujos programas são executados pela EPAL-EP). No que diz respeito à água urbana, as atenções têm estado, fundamentalmente viradas, para as cidades capitais de Província e sedes municipais, incluindo as suas áreas peri-urbanas, enquanto que, no âmbito da água rural, as intervenções se cingem, especialmente, para as comunas e aldeias do meio rural.

Por outro lado e através de recursos alocados ao Programa realizado sob a égide da Secretaria-Geral, intitulado “Despesas de Apoio ao Desenvolvimento” (DAD), deveriam ter lugar, uma série de actividades de suporte aos demais programas, o que, infelizmente, em 2020, este Programa, por falta de recursos financeiros, no que diz respeito às acções do DEP, não teve qualquer actividade digna de realce, exceptuando-se o pagamento de um contrato para Limpeza das Instalações do Centro de Formação de Onga-Zanga.

Apresenta-se, na parte final deste Relatório, o quadro-resumo das realizações, levadas a cabo com o apoio do DEP/DNA, em 2020, sendo, entretanto, de destacar as seguintes:

1. Foram concluídos, no âmbito do PDISA 1, projectos de assistência técnica, com a duração de 3 anos, à gestão das Empresas Provinciais de Abastecimento de Água e Saneamento do Bié, Malanje, Huambo, Uíge, Cuanza-Norte e Huíla, os quais transitaram, na sua parte final, para o PDISA 2 (por dificuldades financeiras do PDISA 1) e que irão ter continuidade no PDISA 2, com novas Assistências Técnicas, para mais 3/4 anos, encontrando-se, neste momento, em fase de licitação;
2. Foi enviada para superior aprovação, a documentação para a criação das Empresas do Cuando Cubango e Zaire, continuando a aguardar-se pela constituição das mesmas;
3. Foi inserida, no escopo de trabalhos das Assistências Técnicas às EPAS, a actualização dos Planos Directores Provinciais de Abastecimento de Água e Saneamento para as Províncias de Cabinda, Bengo, Cuanza Sul, Cunene, Lunda Norte e Lunda Sul;
4. No âmbito do PDISA 2, está previsto iniciarem-se em 2021, obras de reabilitação e reforço dos sistemas de abastecimento de água das cidades do Huambo, Cuito,

Malanje, Uíge, N'Dalatando, Luena, Namibe, Dundo e Lubango, cujos processos de licitação estão já a decorrer;

5. No âmbito do Projecto co-financiado pelo BAD, intitulado "*Projecto de Apoio Institucional para a Provisão de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento Urbanos*", que prevê actividades em 7 Províncias do País, nomeadamente, Cabinda, Bengo, Cuanza Sul, Lunda Norte, Lunda Sul, Namibe e Cunene, já se iniciaram os trabalhos de assistência técnica, por 3 anos, às EPAS de 6 das referidas Províncias (à excepção de Cabinda, cujo início está previsto para o I trimestre de 2021), estão em fase de elaboração, os projectos para acções de saneamento de águas residuais, nas cidades costeiras e foram concluídos os projectos para execução de obras de reforço do abastecimento de água e construção do Sistema de Saneamento de Águas Residuais na cidade do Sumbe, devendo os trabalhos desta empreitada ter início, no início do I Semestre de 2021. Neste Projecto, o grande constrangimento, continua a ser, a não dotação, pelo MINFIN, em tempo útil, dos fundos de contrapartida do Governo (20%+Impostos), questão que inviabiliza o bom andamento do Projecto, apesar das inúmeras tentativas, junto desse Ministério, para se resolver este grave problema, inclusive, a nível das mais altas instâncias do MINEA.
6. Foi dada continuidade ao processo relacionado com o financiamento paralelo do BEI (Banco Europeu de Investimentos), ao PDISA 2, estando na responsabilidade da DNA, a contratação da Assistência Técnica que vai constituir a Unidade de Coordenação desse financiamento (em fase final de contratação), cabendo ao MINFIN, as negociações para a concessão do crédito, também em estado avançado; entretanto e devido à pandemia, estão em curso, no âmbito, deste financiamento do BEI, acções de emergência de apoio às Empresas de Água, nomeadamente, aquisição de produtos químicos, materiais de biossegurança, equipamentos e acessórios, entre outros. Ainda no âmbito do PDISA 2, foram realizadas as acções necessárias para a concessão, pelo Banco Mundial e AFD, dos segundos fundos adicionais a este Projecto, para actividades nas Províncias de Benguela, Zaire e Cuando-Cubango.
7. No âmbito do Programa do PIP das Sedes Provinciais, continuaram suspensas as obras inseridas em ROT, mormente no Cunene, no Dundo e em Saurimo, embora no decurso do ano, as mesmas tenham sido inseridas no PIIM, aguardando-se pelo início dos pagamentos, para se retomarem as obras;
8. Ainda no âmbito do PIP e das Sedes Provinciais, com recursos da L/C da China, foram concluídos, os trabalhos das empreitadas de Reforço dos Sistemas de abastecimento de água ao Huambo (Lote 1 e Lote 2), estando, ainda, a decorrer, os trabalhos dos novos sistemas para Cabinda (Lotes 1 e 2) e Malanje, aguardando-se, para o Cuito (entretanto inaugurada em Outubro/19), uma Adenda ao Contrato para reforço de algumas componentes que não foram possíveis de realizar, estando a decorrer em M'Banza Congo (inaugurada a 10 de Dezembro/19), o período contratual de 3 anos de operação e manutenção do Sistema e de formação de quadros locais na gestão do mesmo.

9. No âmbito do Programa do PIP de Reabilitação e Expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água de 132 Sedes Municipais, destaca-se o seguinte trabalho, em 2020:

- Concluídas as obras dos contratos estabelecidos, no âmbito da Linha de Crédito da China (LCC) para as Sedes Municipais de: Kiwaba N'zogi, Massango, Mucari/Caculama, Bula-Atumba, Muxaluando, Lândana, Lucapa, Xá-Muteba, Cuílo, Lubalo e Chitato.

- Estão em fase de conclusão, as obras dos contratos estabelecidos, no âmbito da LCC para as Sedes Municipais de: Muxima, Camucuiu, Marimba, Quela, Cangandala e Cacula.

- Foi encontrado financiamento, no âmbito do PIIM, para 4 dos 5 contratos que ainda não tinham acordo de financiamento celebrado no âmbito da LCC: Ecunha, Tchicala Tcholoanga, Tchindjenje e Chitembo, aguardando-se o início dos pagamentos em 2021, para se reiniciarem as obras. Contudo, para Porto Amboim a situação ainda não foi resolvida e as obras, praticamente, paralisaram, por falta de pagamento.

- Foram realizados os projectos executivos de 16 contratos, estabelecidos no âmbito do financiamento da emissão de títulos da dívida soberana no mercado internacional sob a forma de Eurobonds, para as Sedes Municipais de: Soyo, Caála, Caluquembe, Luau, Camanongue, Léua, Lumeje, Chipindo, Cuvango, Namacunde, Cambulo, Calulo, Lucala, Camacupa e Bungo, e para a Localidade de Cafunfo, esperava-se iniciar as obras em Março de 2019, contudo tal ainda não foi possível, pelo facto de se aguardar uma decisão superior acerca das medidas a tomar relativamente a contratos celebrados em kwanzas, com propostas com uma relação USD/AOA de 166 e actualmente em valores de aproximadamente 500. Várias soluções foram apresentadas, mas até à data nenhuma decisão foi tomada. Esta situação é crítica, pois os estaleiros já foram todos montados, o que acarreta custos de segurança e manutenção dos mesmos. Recentes reuniões havidas em finais de 2020, com o GEPE, apontam para a rescisão destes contratos, por condicionalismos financeiros, decorrendo, entretanto, na maior parte destas localidades, obras nos Sistemas existentes, solicitados, devido à pandemia do COVID-19.

- Foram inscritos no PIIM, para além dos contratos já acima referidos para construção dos Sistemas de Abastecimento de Água de Ecunha, Tchicala Tcholoanga, Tchindjenje, Chitembo, também os contratos para Maquela do Zombo e Gabela, que aguardam, igualmente, o início dos pagamentos, para se reiniciarem os trabalhos.

- No âmbito da Linha de Financiamento interna do BFA, encontram-se em execução as obras de: Balombo, Bocoio, Quibala, Dondo (entretanto interrompido por desistência do empreiteiro), Matala, Virei e Ucuma.

- Dos contratos enquadrados em ROT, não foi possível retomar nenhum, por dificuldades financeiras;

- Foi, novamente, solicitada a priorização pelo MINFIN no âmbito do financiamento em vigor com a Agência Espanhola de Crédito a Exportação, dos contratos para a Chibia, Damba e Humpata, cujos projectos executivos foram realizados, e que desde 2016 se encontram nesta linha de financiamento e apenas aguardam a necessária priorização, face a outros projectos na mesma linha.

- Foi novamente proposta a inserção da Linha da Cosec dos contratos celebrados com a empresa Ambiáfrica: Cubal, Quilengues, Chongoroi e Calandula.

- Ainda no âmbito do Abastecimento de água às sedes municipais, existem vários contratos que aguardam financiamento (estando em curso, diligências com diversas entidades que se disponibilizaram a conceder financiamentos), tendo-se iniciado o processo de resolução da maior parte dos mesmos. São eles:

- 30 com contratos celebrados, já visados pelo Tribunal de Contas, que aguardam disponibilidade orçamental para se dar sequência;

Chongoroi, Cubal, Ganda, Chinguar, Bucu Zau, Banga, Samba Caju, Conda, Ebo, Quilenda, Seles, Oncócuá, Cuvelai, Longonjo, Mungo, Caconda, Chiange, Quilengues, Cuangar, Cuchi, Mavinga, Cuango, Caombo, Cunda Dia Baze, Lumbala N'guimbo, Bembe, Quimbele, Quitexe, Sanza Pombo e Songo;

- 5 com projecto executivo aprovado mas a aguardar pagamento do *down payment*: Pango Aluquém, Cassongue, N'Zeto, Noqui e Cuimba;

- 3 em fase de elaboração de Projecto Executivo (suspensão devido à falta de recursos para a sua continuidade)

Mussende, Negage e Calandula.

- Existem mais 11 obras com *down payments* pagos e projectos executivos aprovados, que se encontram a aguardar disponibilidade orçamental para se dar sequência: Catabola, Camabatela, Gabela, Waku Kungo, Chicomba, Cacolo, Dala, Cacuso, Damba, Cacuso e Chibia.

- Os contratos de Cambundi Catembo e Quirima para os quais foi proposta rescisão contratual.

- 9 Contratos Concluídos, contudo na sua maioria (excepto Calai e Caculama), carecem de trabalhos complementares, pelo facto do âmbito dos contratos ter sido reduzido face à alteração de circunstância que estes contratos sofreram.

Calai, Belize (aguarda autorização para realização de trabalhos complementares), Cuito Cuanavale, Golungo Alto, Gonguembo, Cahama, Rivungo, Caculama, Quibaxi

10. Iniciou-se, em Agosto de 2016, uma nova actividade do DEP/DNA, intitulada "Apoio à Gestão de Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento", tendo sido criado um grupo ad-hoc de trabalho para esse efeito (GAGS-Grupo de Apoio à gestão de Sistemas), o qual, até ao momento, continua a desenvolver trabalhos

da sua especialidade (apoio às questões técnicas e comerciais das EPAS e dos novos sistemas de abastecimento de água, recentemente, reabilitados/construídos, visando a respectiva sustentabilidade).

11. No domínio do abastecimento de água aos meios rurais, em 2020, por dificuldades financeiras, não foi possível desenvolver actividade de realce.

7.3.2 CONTROLO DA QUALIDADE E AMBIENTE

O Departamento de Controlo da Qualidade e Ambiente da Direcção Nacional de Águas do MINEA no ano de 2020 desenvolveu as seguintes actividades:

1. Apoio as Empresas Públicas de Água e Saneamento no fornecimento de produtos químicos para o tratamento de água, nomeadamente sulfato de alumínio, hipoclorito de cálcio e cal hidratada, com destaque para os grandes consumidores (EPAL.EP e EASBL.EP);
2. Desenvolvimento de Concursos simplificados para o fornecimento de reagentes de laboratório para o reforço das actividades das Empresas de Água e Saneamento para a monitorização da qualidade da água;
3. Participação nos demais concursos públicos para a aquisição de produtos químicos para o tratamento de água, quer sejam de fundos provenientes do OGE, como de organismos internacionais (BAD, BEI);
4. Apoio ao lançamento do Concurso Simplificado para a aquisição de comprimidos de cloro para a desinfecção de água no âmbito das acções de minimização dos efeitos da cólera e malária;
5. Realização de acções de formação ao nível nacional em temáticas ligadas ao tratamento da água, implementação dos Planos de Controlo da Qualidade da Água e Planos de Controlo Operacional;
6. Cadastramento de Entidades Privadas na base de dados de fornecedores de produtos químicos para o tratamento de água para convites nos próximos concursos;
7. Apoio às EPAS na implementação dos planos de controlo da qualidade da água, técnicas laboratoriais e gestão dos produtos químicos para o tratamento de água no âmbito da AT4;
8. Entre outras actividades superiormente orientadas.

No âmbito da TA4 (Assistência técnica enquadrada no Projecto BAD, e com o perito da qualidade de água, o Departamento fez ainda:

1. Acompanhamento da construção e apetrechamento dos Laboratórios do Namibe, Bié, Huambo, Lunda Norte, Cabinda e Malange;
2. Propôs a criação de condições no Centro de Formação em Onga Zanga, para realização de formações na área de laboratório;
3. Concluiu a avaliação da rede Nacional de Laboratórios de Controlo da Qualidade de Água e o Plano de Formação previsto no contrato do perito da qualidade de água;
4. Deu início ao esboço do decreto para regulação da qualidade de água para consumo humano.

7.3.3 FORMAÇÃO

No âmbito do projecto Financiado pelo BAD, foram desenvolvidas acções de formação, durante o ano de 2020, que devido à pandemia foram adaptadas para plataformas electrónicas.

| Modulo | Data | Formador | Grupo Alvo | Objectivos | Duração (horas) | Total Particip | Género | |
|--|---------------------|--|--|---|-----------------|----------------|-----------|------------|
| | | | | | | | F | M |
| Sistemas de Saneamento Urbanos | 9 e 10 de Setembro | Professores Saldanha Matos e Filipa Ferreira | EPAS, Entidades do Sector envolvidas em actividades de saneamento | Melhorar as habilidades e conhecimentos em Saneamento e tratamento de águas residuais a serem considerados no projecto e operação | 16 | 58 | 13 | 45 |
| Importância do Controle da Qualidade da Água e Perspectivas em Angola | 30 de Outubro | Manuel Soares | EPAS, Chefe do Departamento Técnico, Chefe do Laboratório | Dotar os participantes de conhecimentos sobre a importância de se efectuar o controlo da qualidade da água distribuída destinada ao consumo humano e reflectir sobre a situação actual e perspectivas do controlo de qualidade da água em Angola. | 8 | 61 | 19 | 42 |
| Preparação, lançamento e gestão de processos de Contratação Pública | 17 e 18 de Novembro | Júlio André | Quadros técnicos superiores do Governo Provincial e das Administrações Provinciais | Esta Formação visa melhorar as competências dos participantes em matéria de preparação, lançamento e gestão de concursos para a contratação pública de serviços e obras | 16 | 76 | 19 | 57 |
| | 8 e 9 de Dezembro | | | | 16 | 59 | 16 | 43 |
| Plano de Controlo da Qualidade da Água e Plano de Controlo Operacional | 26 e 27 de Novembro | Odete Trigo Sílvia Peixoto | Chefe do Laboratório e equipas técnicas | Dotar os participantes de conhecimentos para que possam elaborar e executar o PCQA e PCO de acordo com as directivas da DNA | 16 | 57 | 28 | 89 |
| TOTAL | | | | | 72 | 311 | 95 | 276 |

7.3.4 PROGRAMA DE ESTÁGIOS

A DNA tem vindo a implementar, no âmbito dos projectos financiados pelas multilaterais e outros financiamentos, programas de estágio, que visam a criação de oportunidades de primeiro emprego e a fixação de jovens quadros no sector das águas. Em Janeiro de 2020 foi concluído um programa de 2 anos, frequentado por 8 jovens com formação superior em áreas relacionadas com o sector. Destes jovens, 2 continuaram na DNA no âmbito do projecto financiado pelo BAD, e os restantes 6, estão actualmente a trabalhar em empresas do Sector. Foi globalmente reconhecido pelos inquiridos, inquérito efectuado aos 8 jovens, o impacto positivo do estágio na melhoria da sua experiência e qualificações profissionais, assim como, na sua capacidade para assumir e lidar com novos desafios profissionais.

Decorrem outros programas, nomeadamente no âmbito do financiamento BAD dos contratos de assistência técnica às EPAS de Bengo, Cuanza Sul, Cunene, Namibe, Lunda

Norte e Lunda Sul, onde se encontram 36 jovens recém-licenciados, num programa de 3 anos, e 3 jovens na DNA, num programa de 4 anos.

No âmbito do PDISA 2 foram recrutados 19 jovens profissionais: 7 para a unidade de implementação do projecto; 4 para o IRSEA; 3 para o INRH e 6 para as EPAS de Huíla, Huambo, Cuanza Norte, Bié, Malanje, Uíge.

Ainda no âmbito da Linha de Crédito da China, foram integrados 216 técnicos, tendo-lhes sido ministrada formação em operação e de manutenção de sistemas de abastecimento de água.

CAPÍTULO – 8

➤ ÓRGÃOS DEPENDENTES

8.1 - GABINETE DE APROVEITAMENTO DO MÉDIO KWANZA – GAMEK

A presente informação, exprime de forma sucinta, os elementos mais expressivos do exercício de engenharia e gestão dos projectos estruturantes do Sector Eléctrico, que o GAMEK, por inerência das suas competências está incumbido de proceder.

Pelo facto, procede-se à análise das actividades desenvolvidas no período de Janeiro à Dezembro do ano de 2020, designadamente a análise da dinâmica de implementação dos projectos em curso e a análise às várias soluções de engenharia propostas por entidades que pretendem associar as valências por si declaradas ao exercício de implementação das várias empreitadas sob coordenação, supervisão e gestão do GAMEK, como representante do Ministério da Energia e Águas - MINEA.

As informações na vertente física e financeira são apresentadas de forma acumulada, ou seja, são registos que vão desde o início de execução, durante a execução e até a conclusão de cada um dos projectos ou serviços, e acompanhamento até a entrega definitiva.

De igual modo, procedeu-se à gestão dos recursos financeiros provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro - ROT, recursos próprios, o controlo patrimonial dos bens, bem assim como o acompanhamento da execução financeira das despesas de funcionamento.

8.1.2 PROJECTOS EM CURSO

À data estão em vigência 09 (nove) projectos distribuídos em 18 (Dezoito) contratos para empreitadas, assistência técnica, supervisão e fiscalização de projectos estruturantes do Sector Eléctrico Nacional.

| N.º | Projectos | Objectivo | Previsão de conclusão | |
|-----|---|--|---|---------------|
| 1 | Construção do A.H. de Laúca - 2067 MW, Obras Civas e Trabalhos Electromecânicos | Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica | 30/11/2021 | |
| 2 | Sistema de Transporte Associado ao A.H. Laúca | | | |
| | Lote B | SE Bita 400/220/60 kV | Escoamento de energia para os centros de consumo (doméstico e industrial) | Abril 2021 |
| | | SE Zango 220/60 kV | | Dezembro 2021 |
| | | Ampliação SE Camama (2 Painéis 220 kV) | | Abril 2021 |
| | | LT 400 kV Cambutas-Bita | | Abril 2021 |
| | | LT 400 kV Catete-Bita | | Junho 2021 |
| | | LT 220 kV Bita-Camama | | Abril 2021 |
| | | LT 220 kV SE Bita-SE Zango | | Novembro 2021 |
| | | LT400 kV Capanda-Malange | | Junho 2022 |
| | | LT 110 SE Nova Malanje-SE Malanje | | Junho 2022 |
| | Lote C | LT 400 kV Laúca-Waco Kungo - Huambo | | Concluído |
| | | SE Waco Kungo 400/220/60 kV | | Concluído |
| | | SE Belém do Dango 400/220/60 kV | | Concluído |
| | LT 400 kV Laúca-Bita e obras conexas | | | |
| 3 | Reabilitação e ampliação do A.H. de Luachimo - 34 MW | Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica | | 31/12/2021 |
| 4 | Construção do A.H. de Caculo Cabaça - 2172 MW | Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica | Cronograma em actualização | |
| 5 | Estudos, Projecto Base e Caderno de Encargos do Sistema de Transporte | Escoamento de energia para os | Cronograma em | |

| | | | |
|-------------------------------------|--|---|------------------|
| | Associado ao A.H. Caculo Cabaça | centros de consumo (doméstico e industrial) | atualização |
| 6 | Construção da Central do Ciclo Combinado do Soyo I - 750 MW | Aumento da capacidade de produção de energia eléctrica | Concluído |
| 7 | Preparação do Sistema Eléctrico de Angola, Fase 2 | Estudos de estabilidade | Novembro de 2021 |
| Projectos em Fase de Estudos | | | |
| 8 | Estudos de Viabilidade e Projecto Base do A.H. Zenzo – 1040 MW | Aumento da capacidade de produção de electricidade | Concluído |
| 9 | Estudos de Viabilidade, Projecto Base e o Processo de Concurso do A.H. Cacombo | Aumento da capacidade de produção de electricidade e regulação de caudais e outros fins | Em contratação |

Nota: Os prazos de conclusão referenciados na Tabela 1, podem ser susceptíveis de alterações em função da dinâmica de operacionalização dos pagamentos, excepto da LT 400 kV Laúca – Waco Kungo – Huambo e da Central do Ciclo Combinado do Soyo I.

Conforme tabela abaixo, apresentamos o grau de execução física dos contratos em vigor até 31 de Dezembro de 2020:

| DESCRIÇÃO | EXECUÇÃO FÍSICA | ESTADO ACTUAL |
|---|-----------------|----------------------------------|
| APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE LAÚCA, LINHAS E SUBESTAÇÕES | | |
| Obras Civis | 98,98% | Em execução |
| Equipamentos Electromecânicos | 97,63 % | 6 Unidades em operação comercial |
| LINHAS E SUBESTAÇÕES - LOTE B | | |
| LT. 400 kV- SE CAMBUTAS /SE BITA | 94,03% | Em execução |
| LT. 400 kV- SE CATETE /SE BITA | 79,41% | Em execução |
| LT. 400 kV- SE CAPANDA /SE MALANJE | 23,98% | Em execução |
| LT. 220 kV- SE BITA /SE ZANGO | 37,70% | Em execução |
| LT. 220 kV- SE BITA /SE CAMAMA | 63,37% | Em execução |
| LT. 110 kV- SE CACUSO /SE CALANDULA | 100% | Energizada |
| LT 110 kV - SE NOVA MALANJE-SE MALANJE EXISTENTE | 12,05% | Em execução |
| SUBESTAÇÕES NOVAS | | |
| SUBESTAÇÃO BITA 400/220/60 kV | 95,03% | Em execução |
| SUBESTAÇÃO ZANGO 220/60 kV | 40,54% | Em execução |
| SUBESTAÇÃO CALANDULA 110/30 kV | 95,62% | Energizada |
| SUBESTAÇÕES A AMPLIAR | | |
| SUBESTAÇÃO CAPANDA ELEVADORA | 99% | Em execução |
| SUBESTAÇÃO CATETE 400 kV | 100% | Energizada |
| SUBESTAÇÃO LAÚCA | 100% | Energizada |
| SUBESTAÇÃO CAMBUTAS 400 kV (2 painéis 400 kV) | 100% | Energizada |
| SUBESTAÇÃO CAMAMA 220 kV (2 painéis 220 kV & ext barramento) | 67,61% | Em execução |
| SUBESTAÇÃO CACUSO (1PAINEL 110 kV) | 100% | Energizada |
| LINHAS E SUBESTAÇÕES - LOTE C | | |
| LT. 400 kV- SE LAÚCA /SE WACO KUNGO | 100% | Energizada |

| | | |
|--|--------|---------------|
| LT. 400 kV- SE WAKO KUNGO /SE BELÉM DO DANGO | 100% | Energizada |
| SE LAÚCA 400 kV | 100% | Energizada |
| SE WAKO KUNGO 400/220/60 kV | 100% | Energizada |
| SE BELÉM DO DANGO 400/220/60 kV | 100% | Energizada |
| LT LAÚCA- BITA/KILAMBA (execução 42,17%) | | |
| LT 400 kV Laúca-Bita/Kilamba | 24% | Em construção |
| LT 220 kV SE Laúca Ecológica - LT 220 kV Capanda-Cambutas | 21,00% | Em construção |
| Ampliação da SE LAÚCA (1PAINEL 400 kV) | 2,00% | Em construção |
| Bancos de Capacitores | 2,00% | - |
| CENTRAL DO CICLO COMBINADO DO SOYO | | |
| Ciclo Simples | 99,00% | Concluído |
| Ciclo Combinado | 99,00% | Concluído |
| REABILITAÇÃO E REFORÇO DE POTÊNCIA DO APROVEITAMENTO HIDROELECTRICO DO LUACHIMO | | |
| Obras Civis | 69,00% | Em construção |
| CONSTRUÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DE CACULO CABAÇA | | |
| Obras Civis | 4,53% | Em construção |

8.2-CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE QUADROS DE ELECTRICIDADE COMANDANTE HOJI-YA-HENDA - CFPQECHYH

O Centro de Formação de Quadros de Electricidade é o órgão dependente do Ministério da Energia e Águas, criado sob Decreto Executivo conjunto n.º 73/80 de 18 de Outubro, do Ministério da Energia e do Ministério da Educação, com as seguintes atribuições, dentre outras:

- a) Promover e assegurar acções de formação que visam o aperfeiçoamento técnico-profissional dos quadros do sector eléctrico nacional e de águas;
- b) Realizar estudos e projectos de gestão de recursos humanos no âmbito do sector eléctrico nacional e de águas, sem prejuízo de outros domínios;
- c) Promover a elaboração de manuais técnicos e didácticos de electricidade;
- d) Assegurar a capacitação e elevação do nível profissional e científico dos trabalhadores do sector da energia e águas;
- e) Colaborar na produção de normas técnicas do sector eléctrico nacional e de águas;
- f) Organizar conferências e seminários, ciclos de estudo e outras actividades tendentes a elevar a formação profissional e sócio-cultural dos trabalhadores do sector;

8.2.1 DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES FORMATIVAS

Durante o ano 2020, estavam previstas um leque de formações para as empresas do sector que não se realizaram, por vários imperativos, nomeadamente a incidência coibitiva provocada pela pandemia da covid-19, com restrições gravosas sobre a educação e a formação profissional. Esta situação obrigou o CFHH a virar-se completamente para os cursos de responsabilidade social.

Enfatizar que foi um ano atípico, em consequência da pandemia, visto termos cumprido apenas com o I.º Ciclo formativo que foi interrompido em Março, devido ao Estado de

Emergência decretado pelo Titular do Poder Executivo, recomeçando apenas em meados de Outubro.

Todavia, em consonância com os procedimentos dos anos anteriores, todos os candidatos foram submetidos a um teste de aferição de conhecimentos em matemática, física e cultura geral, sendo seleccionados os que obtiveram as notas adequadas para a frequência das acções formativas, por formas a garantir e assegurar técnicos com maior qualidade para o mercado de trabalho.

Assim sendo, foram ministradas as seguintes acções formativas:

1.º CICLO FORMATIVO 2020

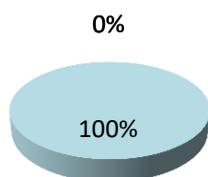
| N.º | Acção de Formação | Data | N.º de Form. | Empresa |
|--------------|-------------------------|---------------------|--------------|-------------|
| 1 | Electricidade Geral | 17 Fev. à 04 Dez.20 | 15 | 1.º Emprego |
| 2 | Electricidade Geral | 17 Fev. à 04 Dez.20 | 15 | 1.º Emprego |
| 3 | Electricidade Geral | 17 Fev. à 04 Dez.20 | 15 | 1.º Emprego |
| 4 | Mecânica Geral | 17 Fev. à 04 Dez.20 | 13 | 1.º Emprego |
| 5 | Mecânica Geral | 17 Fev. à 04 Dez.20 | 11 | 1.º Emprego |
| 6 | Hig. e Seg. no Trabalho | 09 Mar. à 20 Mar.20 | 15 | 1.º Emprego |
| TOTAL | | | 84 | |

DADOS ESTATÍSTICOS DO I.º E ÚNICO CICLO FORMATIVO 2020

| Nº | Curso | Aptos | N/ Aptos | Desistentes |
|--------------|---------------------------------|-----------|-----------|-------------|
| 01 | Higiene e Segurança no Trabalho | 15 | 00 | 00 |
| 02 | Mecânica Geral | 07 | 00 | 17 |
| 03 | Electricidade Geral | 20 | 07 | 18 |
| Total | | 42 | 07 | 35 |

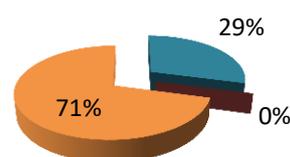
Hig. e Seg. No Trabalho

■ Aptos ■ N/Aptos ■ Desistentes



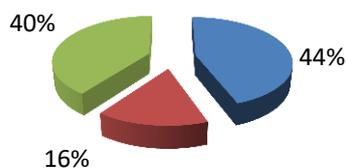
Mecânica Geral

■ Aptos ■ N/Aptos ■ Desistentes



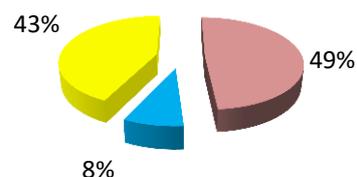
Electricidade Geral

■ Aptos ■ N/Aptos ■ Desistentes



Avaliação Geral

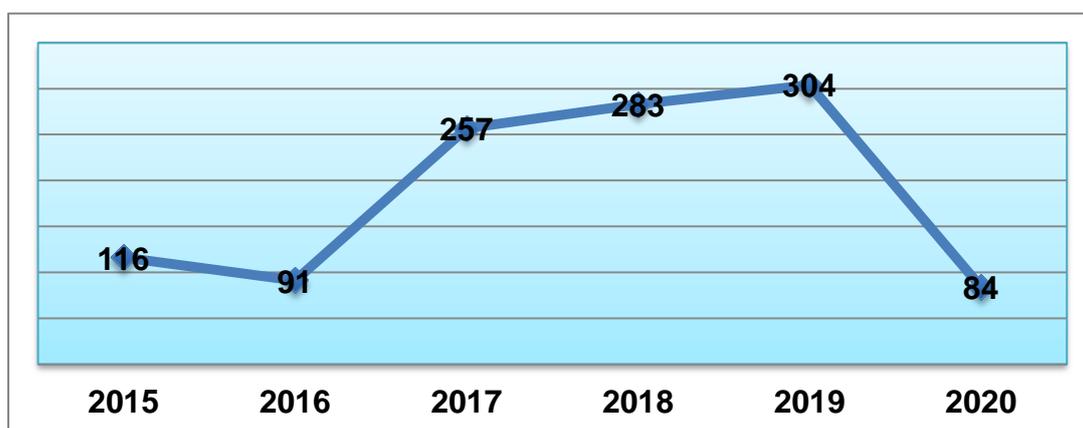
■ Aptos ■ N/Aptos ■ Desistentes



8.2.2 OUTROS DADOS ESTATÍSTICOS ALCANÇADOS

Durante o ano de 2020, alcançamos um total de 84 formandos, uma meta deficitária comparativamente aos últimos 5 anos:

**GRÁFICO COMPARATIVO 2015-2020
(Nº. de Formandos)**



8.2.3 ACTIVIDADES INTERNAS E PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

Ao longo do ano de 2020, foram concretizadas acções, no âmbito dos serviços correntes, bem como em prol da reestruturação e modernização dos nossos serviços, pelo que somos a destacar as seguintes:

- Em Abril e Maio, o CFHH fez parte da Comissão Inspectiva (CI) para identificar as reais causas do “black out” ocorrido no dia 16 de Abril de 2020. Foram realizadas, reuniões de auscultação junto dos Conselhos de Administração da PRODEL e RNT, visitas inspectivas de campo ao despacho da RNT e aos AH^s de Cambambe, Laúca e Capanda;
- Desde Setembro, como orientação superior de Sua Excelência MINEA, a direcção do CFHH deslocou-se ao Centro de Acolhimento Arnaldo Janssen, tendo mantido contacto com os responsáveis do mesmo, para criar acções formativas dos adolescentes e jovens internos. Foram realizados outros encontros de trabalho, de que resultou a seleção de 20 candidatos para o curso de Electricidade Geral no I.º Ciclo Formativo 2021;

- No dia 2 de Setembro, realizou-se a reunião entre o CFHH e o IRSEA, para cooperação entre ambas instituições. Foram abordados temas como: Formação e Certificação dos Operadores; Curso de Electricidade para Não Electricistas; Procedimentos e Melhoria da Qualidade e Simplificação de Serviços e Instalações para Sede da Associação Angolana de Normas Electrotécnicas.

8.2.4 ACTIVIDADES ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O CFHH contou com um orçamento aprovado de **AKz94.832.578,00** (Noventa e Quatro Milhões, Oitocentos e Trinta e Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Oito Kwanzas), para o exercício do ano económico 2020, repartido pelas seguintes rubricas:

DESPESAS COM O PESSOAL

| N.º | CATEGORIAS | VALOR (AKz) |
|-----|-----------------------------|----------------------|
| 1 | DESPEAS COM O PESSOAL | 30.038.283,00 |
| 2 | CONTRIBUIÇÕES DO EMPREGADOR | 1.962.694,00 |
| 3 | TOTAL | 32.000.977,00 |

DESPEAS EM BENS E SERVIÇOS, INVESTIMENTOS E DE CAPITAL

| N.º | CATEGORIAS | VALOR (AKz) |
|-----|---------------------------|----------------------|
| 1 | OUTRAS DESPEAS DE CAPITAL | 4.410.000,00 |
| 2 | INVESTIMENTOS | 18.877.029,00 |
| 3 | BENS E SERVIÇOS | 39.544.572,00 |
| 4 | TOTAL | 62.831.601,00 |

Porém, contrariamente ao previsto, ao longo do ano foram apenas feitas dotações orçamentais (Quotas Financeiras) na rubrica Bens e Serviços no montante de **AKz12.969.579,00** (Doze Milhões, Novecentos e Sessenta e Nove Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Kwanzas), cerca de 17% do total do orçamento aprovado:

GRÁFICO QUOTAS FINANCEIRAS VS DESPEAS EM BENS SERVIÇOS, INVESTIMENTOS E DE CAPITAL



8.3 - GABINETE PARA ADMINISTRAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CUNENE, CUBANGO E CUVELAI - GABHIC

O presente Relatório tem por objectivo descrever as actividades levadas a cabo pelo GABHIC, durante o ano de 2020.

As referidas actividades tiveram como guião um plano de actividades previamente elaborado e aprovado, tendo o mesmo primado por uma selecção de actividades abrangente, tendo em conta os objectivos específicos e gerais, os prazos e o enquadramento nas áreas.

8.3.1 ORGANIZAÇÃO GERAL

Do ponto de vista organizativo, o GABHIC funciona com a sua estrutura Central baseada em Luanda, estando nomeados 3 (três) Chefes de Departamento dos 6 (seis) previstos. Relativamente aos Serviços Locais e do ponto de vista técnico-operacional já funcionam os Departamentos Provinciais para a Bacia do Cubango, em Menongue e para a Bacia do Cuvelai, em Ondjiva, estando este último a cobrir também a Bacia do Cunene, enquanto não se cria o Departamento da Bacia do Cunene, na cidade do Lubango, local onde também se instalará a Direcção Técnica/Operativa do GABHIC. Este processo já teve o seu início, através de contactos com o Governo da Província da Huíla, podendo vir a ser nomeado este ano o responsável para este Departamento.

Por outro lado, a Unidade de Gestão da Barragem do Calueque que funcionava interinamente, passou a funcionar de forma efectiva com a conclusão do processo de enquadramento dos funcionários desta Unidade.

A luz das recomendações saídas da segunda reunião do Conselho Nacional de Águas, será criado um Comité multisectorial e multidisciplinar para a Revisão do Acordo de 1969 entre a República de Angola e a República da Namíbia sobre o Potencial Hídrico da Bacia do Cunene, e demais questões legais inerentes as Bacias Transfronteiriças. Por conseguinte, também serão constituídas as Comissões Multisectorias que representam a CTPC, a OKACOM e a CUVECOM, que estão a funcionar de um tempo a esta parte de forma ad-oc.

8.3.2 PROJECTOS INTERNOS

- Supervisão e Acompanhamento do trabalho levado a cabo pelas Unidades de Gestão do Cubango e Cuvelai;
- Supervisão e acompanhamento das acções em curso a nível do Aproveitamento do Calueque;
- Acompanhamento do Projecto de Promoção do Desenvolvimento Resiliente ao Clima e reforço da Capacidade de Adaptação para Suportar Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Cuvelai;

- Supervisão e acompanhamento das acções em curso, a nível da Bacia Hidrográfica do Cubango, levadas a cabo pelo Secretariado da OKACOM;
- Participação em algumas reuniões sobre os Projectos Estruturantes de Combate à Seca no Sul do País;
- Encontro com representantes da TNC para abordar aspectos inerentes ao Caso de Negócio para a Bacia do Cubango-Okavango, bem como a operacionalização do Memorando entre o GABHIC e a TNC;
- Reuniões via Skipe com representantes da ARA Sul para actualização e implementação do Plano de Actividades no âmbito do processo de operacionalização do Protocolo entre o GABHIC e a ARA Sul;
- Participação no processo de análise dos relatórios técnicos sobre a Revisão dos Quadros Legal e Institucional do Sector da Água em Angola;
- Encontro com representantes da empresa GREENMIND para abordar aspectos inerentes a estudos ambientais e prestar informação sobre recursos hídricos na bacia hidrográfica do Cunene;
- Participação no workshop sobre capacitação em controle de qualidade do inventário de gases de efeito estufa, de 20 à 24 de Janeiro, realizado pelo Gabinete para Alterações Climáticas, Luanda-Angola;
- Interação com o Especialista Sénior em Recursos Hídricos do Banco Mundial em Angola no âmbito da elaboração do draft da proposta para financiamento adicional ao PDISA 2 para a implementação do Projecto de Segurança Hídrica e Resiliência ao Clima;
- Encontro com representante do Projecto *National Geographic* para abordar aspectos inerentes ao Programa de Monitorização da Água na parte Angolana da Bacia do Cubango-Okavango;
- Participação no workshop sobre elaboração do inventário de gases de efeito de estufa, realizado pelo Gabinete para Alterações Climáticas, de 10 à 16 de Fevereiro, Luanda-Angola;
- Co-organização e participação em colaboração coma a *Conservation International (CI)*, *The Nature Conservation (TNC)* e a OKACOM na Reunião das Partes Interessadas em Angola no âmbito do Índice de Saúde da Água, que teve lugar no Hotel Trópico, em Luanda, nos dias 03 e 04 de Março de 2020;
- Participação na reunião de trabalho do Grupo de Acção Conjunta para Bacia do Cuando (KJAG), cujo objectivo é de desenvolver a capacidade de dialogar com as partes interessadas sobre governança transfronteiriça, de 07 à 15 de Março, Kasane-Botswana;
- Reuniões via Skipe com o Conselheiro Técnico Regional para Governança da Água e Oceanos do Centro de Serviços Regionais do PNUD para África, representantes do PNUD em Angola, CUVESSEC, Ministério da Agricultura e Água da Namíbia, para analisar aspectos inerentes ao Formulário de Identificação do Projecto (PIF) do Projecto de Reforço a Capacidade de Gestão Conjunta das Bacias Hidrográficas Transfronteiriças do Cuvelai e do Cunene no âmbito da solicitação de apoio ao GEF através do PNUD;

- Encontro com o Ponto Focal Operacional do GEF em Angola para abordar o processo de endosso do Projecto de Reforço a Capacidade de Gestão Conjunta das Bacias Hidrográficas Transfronteiriças do Cuvelai e do Cunene;
- Participação no Workshop a Ciência e a Água organizado pela Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto em parceria com a representação da UNESCO em Angola, que teve lugar, no dia 20 de Março, no Auditório da Faculdade de Ciências;
- Reunião via Skype com técnicos da IONIQ, da DNA e do GABHIC para estabelecimento de uma plataforma de diálogo para efectivação da proposta de análise do potencial hidrogeológico do sul de Angola com recurso a teledetecção remota;
- Reunião via Skype com o representante da iCARTO para finalização da proposta para o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Informação de Recursos Hídricos: SIRHGA - Utilizadores e Licenças do GABHIC que teve lugar no dia 09 de Julho de 2020;
- Conclusão da análise da proposta de Memorando de Entendimento entre a *Wild Bird Trust*, uma organização sem fins lucrativos que está a implementar o Projeto de Vida Selvagem do Okavango (NGOWP) da *National Geographic Society*, e o GABHIC com vista ao reforço da monitorização dos recursos hídricos a nível da bacia hidrográfica do Cubango;
- Participação no Workshop de Validação do Documento do Projecto sobre o Fortalecimento da Resiliência Climática e Gestão da Biodiversidade nas Áreas de Conservação Transfronteiriças, organizado pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, que teve lugar, no Hotel Epic Sana, no dia 22 de Outubro de 2020;
- Encontro técnico, em formato virtual, com representantes da *Wild Bird Trust* (WBT), uma organização sem fins lucrativos que está a implementar o Projecto de Vida Selvagem do Okavango (NGOWP) da *National Geographic Society*, para abordar aspectos relacionados com a monitorização dos recursos hídricos a nível da bacia hidrográfica do Cubango, no âmbito do MdE entre o GABHIC e a WBT, que teve lugar no dia 26 de Novembro de 2020;
- Participação no Workshop Nacional, em formato virtual, de consulta as partes interessadas sobre a actualização da proposta completa do Projecto de Construção de Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas nas Comunidades da África Ocidental, afectadas pela seca em Angola e Namíbia, que teve lugar no dia 30 de Novembro de 2020;
- Participação no Workshop de Validação (on-line) da proposta de projecto GEF 7 (Gestão Sustentável de Terras e Florestas) sobre gestão integrada da paisagem para enfrentar a degradação da terra e aumentar a resiliência das comunidades nas florestas secas de Miombo e Mopane nas bacias hidrográficas do Cubango e Cunene em Angola, que teve lugar no dia 30 de Novembro de 2020;
- Participação na reunião entre o Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação (INBAC), a Agência Nacional de Gestão da Região do Okavango (ANAGERO), o GABHIC e o representante da *National Geographic Okavango Wildness Project* (NGOWP) para abordar aspectos inerentes a articulação entre o

referido projecto e os intervenientes a nível nacional, que teve lugar no INBAC no dia 08 de Dezembro de 2020;

- Reunião virtual com a TNC para análise e obtenção de consensos em relação a resposta da TNC aos comentários feitos pelo GABHIC a proposta *Value Proposition* para o Fundo da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango;
- Participação na Cerimónia Oficial de Assinatura do Memorando de Entendimento entre o GABHIC e a Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN), que teve lugar, no dia 21 de Dezembro de 2020, no Campus Universitário da UAN;
- O Departamento de Estudos e Projectos supervisionou e acompanhou as acções em curso a nível dos Aproveitamentos Hidráulicos do Gove e Calueque, com realce para a revisão da instrumentalização do AH do Gove através um levantamento exaustivo dos instrumentos instalados tanto no corpo da Barragem bem como na galeria e avaliação do grau de funcionamento dos mesmos, levado a cabo pela Área de Controle Hídrico da PRODEL adstrita a Central Hidroeléctrica do Gove;
- Acompanhamento do processo de reposição do funcionamento das estações meteorológica e hidrométrica do Gove devido as acções de vandalismo que ocorreram a nível da estação meteorológica e do incêndio que ocorreu ao redor do abrigo da estação hidrométrica a jusante da barragem do Gove, tendo sido reposto o funcionamento da estação hidrométrica estando a equipa técnica local da PRODEL a aguardar pela cabimentação de verbas para a aquisição de equipamento com vista a reposição do funcionamento da estação meteorológica;
- Participação no 2º Módulo II do Curso de Hidrologia (via online), que está a ser leccionado pela COBA – Portugal no âmbito do Projecto de Promoção do Desenvolvimento Resiliente ao Clima e reforço da Capacidade de Adaptação para Suportar Riscos de Desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Cuvelai, Angola;
- A divulgação do processo de cadastro e licenciamento foi feito através da página de facebook criada para o efeito com a inserção da informação constante no material disponível, estando a mesma operacional desde o dia 07 de Julho de 2020;
- Em termos de licenciamento foram emitidas três (3) Licenças provisórias de Utilização de Recursos Hídricos da bacia do rio Cubango a Empresa INZAG/GAUFF, no âmbito do projecto de reabilitação da estrada nacional EN280 Troço Cuchi-Cutato, sendo uma de exploração de águas superficiais e duas de exploração de águas subterrâneas.

- **CTPC**

- Coordenação e participação nas reuniões do grupo de trabalho para análise e discussão da proposta de Revisão do Tratado da CUNECOM, enviada pela Parte Namibiana, que consiste na transformação da CTPC em Comissão de Bacia Hidrográfica;

- Finalização e submissão das contribuições da Parte Angolana a Parte Namibiana do "draft" das Regras Provisórias de Operação Conjunta do Aproveitamento do Calueque (IJOR), para aprovação pelos órgãos competentes da CTPC;
- Participação nas reuniões com a contraparte angolana para análise e discussão da Contraproposta do Acordo para o Estabelecimento da Comissão do Curso de Água do Cunene, no âmbito da transformação da CTPC em Comissão de Bacia Hidrográfica;
- Acompanhamento das actividades do Gabinete do Projecto Baynes, com destaque para o processo de engajamento do BAD no financiamento de algumas tarefas fundamentais para a implementação do referido projecto.

- **OKACOM**

- Coordenação e participação, a nível da OKACOM Angola, de reuniões preparatórias para análise do draft das Regras e Procedimentos de Dados e Informação da OKACOM;
- Encontro com o Consultor para o Estudo de Avaliação dos Recursos Hídricos Subterrâneos da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango no âmbito da consultoria contratada à empresa Wellfield Consulting Services Pty Ltd em associação com Groundwater and Minerals Services Pty Ltd pela OKACOM com o objectivo de prestar todo o apoio necessário para o alcance dos resultados esperados em Angola;
- Participação no Workshop Regional sobre as Regras e Procedimentos de Dados e Informação da OKACOM que teve lugar, no dia 12 de Fevereiro de 2020, em Windhoek;
- Participação no workshop de análise e aceitação do Relatório Inicial de Avaliação das Águas Subterrâneas da Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango, em Gaborone- Botswana de 10-13 de Março;
- Participação em reuniões de trabalho por meio de vídeo conferência com integrantes do OKASEC e dos outros Estados Membros, de modos a se criar uma base para a reavaliação dos projectos ligados ao Comité Técnico de Recursos Hídricos;
- Participação, por meio do aplicativo ZOOM, na reunião do Comité Directivo da OKACOM sobre a a definição do esboço do escopo de projecto de cooperação entre OKACOM e o Banco Africano de Desenvolvimento, que teve lugar no dia 01 de Setembro;
- Participação na 26ª reunião ordinária do Conselho de Comissários da OKACOM que teve lugar no dia 02 de Julho de 2020 em formato virtual;
- Participação no Workshop sobre o Desenvolvimento e Operacionalização do Sistema de Apoio à Decisão da OKACOM, que teve lugar no dia 07 de Outubro em formato virtual;
- Participação na reunião extraordinária do OBSC para análise dos resultados financeiros do OKASEC referente aos períodos 2018/19, 2019/20 e 2020/21, que teve lugar no dia 13 de Outubro em formato virtual;

- Reunião virtual com o Consultor encarregue da revisão de meio termo do Projecto da OKACOM/PNUD/GEF de Apoio a Implementação do SAP, que teve lugar no dia 27 de Outubro de 2020;
- Participação no Webinar organizado pelo OKASEC sobre os Benefícios da Cooperação Transfronteiriça na Bacia Hidrográfica do Cubango-Okavango, que teve lugar no dia 28 de Outubro de 2020;
- Participação na reunião virtual de coordenação do Grupo de Referência para o Sistema de Apoio à Decisão da OKACOM, assim como aprovação do relatório de progresso de trabalho, que teve lugar no dia 10 de Novembro de 2020;
- Participação na 41ª reunião ordinária do OBSC que teve lugar no dia 01 de Dezembro de 2020 em formato virtual;

- **CUVECOM**

- Identificação de possíveis áreas de cooperação com a BGR a nível da parte angolana da bacia do Cuvelai, em matéria de águas subterrâneas, na sequência da interacção entre o Secretariado da CUVECOM e a BGR;
- Identificação das áreas/acções de formação sobre águas subterrâneas para melhorar a capacidade da CUVECOM de integrar a gestão das águas subterrâneas nas suas actividades, na sequência da solicitação feita pelo Secretariado da CUVECOM a SADC-GMI (SADC-Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas);
- Participação na vídeo conferência com representantes da CUVECOM e UNESCO para análise e discussão de possíveis linhas de apoio à CUVECOM, que teve lugar no dia 26.06.2020;
- Identificação de projectos de pequena escala na bacia do Cunene e Cuvelai para possível financiamento pelo o CRIDF;
- Co-organização para participação da Parte angolana no Projecto de Avaliação BGR-CUVECOM no âmbito do apoio daquela instituição à CUVECOM;
- Participação na reunião presencial entre GABHIC, INHR e o IGEO para avaliação e discussão da proposta de estudo das águas subterrâneas da bacia do Cuvelai, no âmbito do projecto de apoio da BGR a CUVECOM, que teve lugar no dia 03 de Setembro;
- Participação na reunião de Avaliação da Proposta de Projecto de Suporte a CUVECOM para a Gestão das Águas Subterrâneas a nível da Bacia do Cuvelai, co-organizada pela CUVECOM e a BGR, que teve lugar no dia 07 de Outubro em formato virtual;
- Participação no Workshop virtual sobre o *Appraisal Project* da BGR/CUVECOM, que teve lugar no dia 15 de Outubro de 2020.
- Participação no Webinar introdutório para o curso online sobre modelagem de água subterrânea em bacias transfronteiriças, organizado pela SADC-GMI, de 19 à 23 de Novembro de 2020.

8.4 - GABINETE DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO BINACIONAL DE BAYNES

O Gabinete de Projecto para Angola foi criado pelo Decreto Presidencial nº 163/15 de 23 de Agosto com o objectivo de finalizar as questões pendentes referentes ao financiamento, gestão e execução do Aproveitamento Hidroeléctrico Binacional de Baynes (AHE Baynes).

O AHE Baynes situa-se no Rio Cunene, no trecho internacional fronteiriço com a República da Namíbia, a cerca de 48 km a jusante das Quedas de Epupa, local em que o rio atravessa o desfiladeiro de Baynes.

8.4.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Temos desenvolvido diversas actividades com vista à conclusão das questões pendentes e necessárias ao lançamento do AHE Baynes, com a identificação dos constrangimentos a superar para que estes objectivos sejam alcançados com êxito.

Em cumprimento do Programa de Trabalho, realizaram-se varias reuniões de Coordenação dos Gabinetes de Projecto , envolvendo, além dos Gabinetes , a CTPC de Angola e da Namíbia, o BAD, o consultor jurídico Miranda & Associados, o consultor dos estudos ambientais ERM e o consultor dos estudos de viabilidade OEC. De lembrar que estas reuniões foram realizadas em modo virtual devido aos constrangimentos com o Covid-19.

Neste período, os principais destaques foram acções decorrentes da realização de duas reuniões Ministeriais de alto nível, sendo:

- Reunião Ministerial conjunta, realizada virtualmente no dia 7 de Dezembro de 2021, com a participação dos Exmos Ministros da Energia e das Finanças de Angola e da Namíbia, sediada pelo Vice-presidente do Banco Africano de Desenvolvimento para Energia, Clima e Crescimento Verde, para uma discussão geral sobre os assuntos relacionados com Projecto de Baynes e das suas Infra-estruturas Associadas, e o Compromisso do BAD.

- Reunião Ministerial Bilateral realizada virtualmente no dia 1 de Dezembro de 2021, entre o Exmo Ministro de Energia e Águas de Angola e o Exmo Ministro de Minas e Energia e Energia da Namíbia, com a seguinte agenda:

1- Estabelecimento de um gabinete conjunto para o Projecto Baynes.

2- Organização do workshop interministerial sobre o Projecto Baynes.

Com a resolução dos Ministros de ambos os países, em Fevereiro de 2019, de implementar o AHE Baynes através de uma Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de "Project Finance" - BOT(Build-Operate-Transfer), com a geração de energia a prover os recursos para pagamento aos financiadores, as acções dos Gabinetes de Projecto foram totalmente direccionadas para este cenário.

Em consequência, foi estreitado o relacionamento com BAD – Banco Africano de Desenvolvimento, cuja a vasta experiência em implementações de PPP's no continente africano onde as exigências dos intervenientes privados são muito rigorosas. Destaca-se o apoio técnico, jurídico e contratual do BAD, com o desenvolvimento das seguintes acções:

- Solicitação de assistência jurídica e técnica ao ALSF (“African Legal Support Facility”), entidade ligada ao BAD, para a contratação de um Consultor de Transações (“Transactional Advisor”) com a principal missão de estruturar o AHE Baynes, incluindo a preparação da licitação e das condições de bancabilidade.
- Solicitação da disponibilização de USD 2 milhões de Fundos Subsidiados (“Grant Funding”), provenientes do Fundo de Assistência Técnica de Renda Média, com o objectivo de viabilizar a estruturação, o financiamento e o lançamento do AHE Baynes, incluindo a contratação de um Painel Internacional de Especialistas para a certificação dos estudos.
- Solicitação conjunta para suporte técnico e financiamento do AHE Baynes, incluindo, sem limitar-se, as actividades auxiliares que afetarão directa e indirectamente o progresso do AHE Baynes, tais como as linhas de transmissão de energia, as vias de acesso ao local da barragem, as questões ambientais, as diligências técnicas e a consultoria transaccional (“transactional advisory”), além do apoio à CTPC para garantir que o AHE Baynes e as infraestruturas associadas consigam alcançar o fecho financeiro (“financial close”) no prazo proposto, de forma a permitir a concretização atempada dos planos a médio e longo prazo do sector energético dos respectivos países, num contexto de crescente necessidade de energia.

8.4.2 INFRAESTRUTURAS ASSOCIADAS

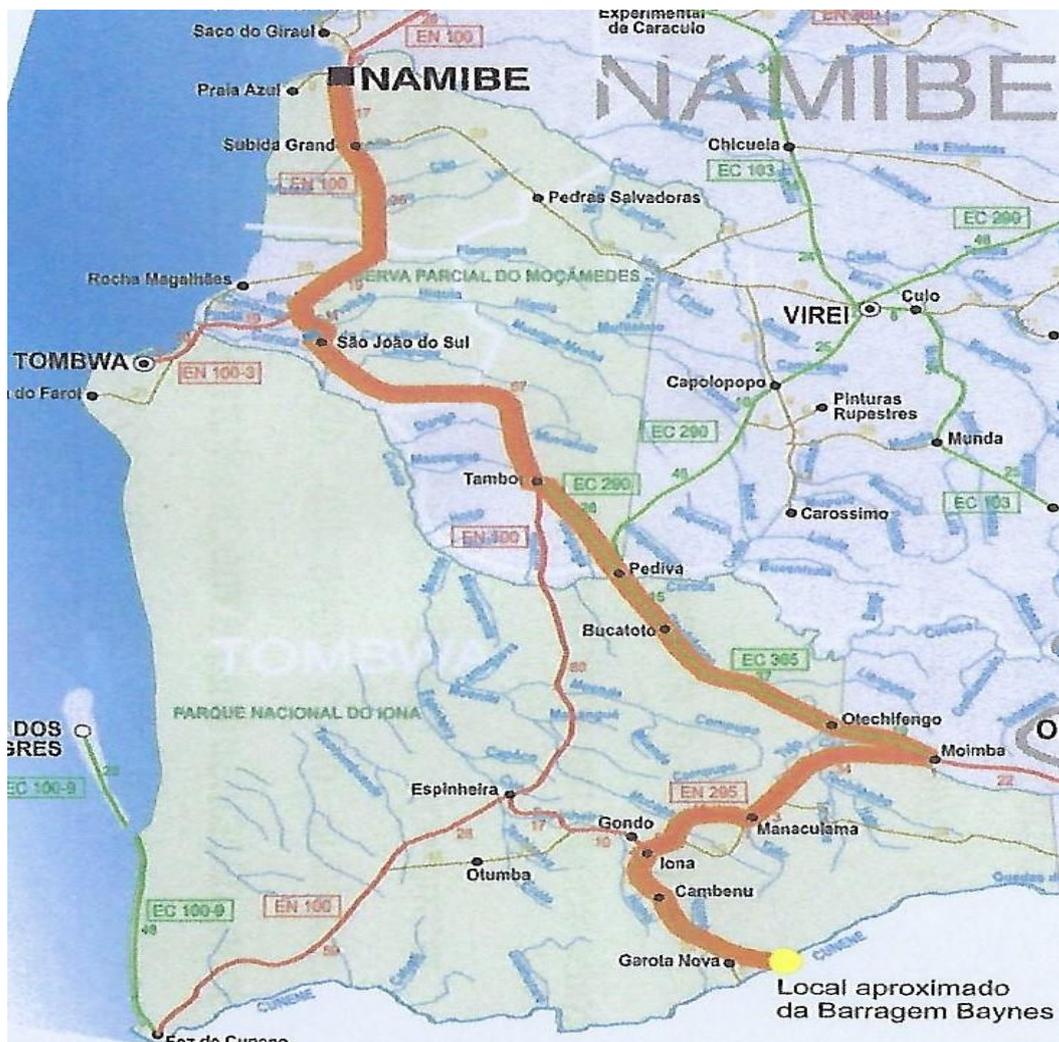
O desenvolvimento do AHE Baynes (central eléctrica e infraestrutura da barragem) depende largamente da provisão das infraestruturas associadas, tais como: estradas, linhas eléctricas, telecomunicações e portos, dentre outras.

Foi promovido o envolvimento dos Ministérios responsáveis para assegurar atempadamente os compromissos relativos ao planeamento e orçamentação das infraestruturas associadas em cada país. Das propostas apresentadas, resultou a confirmação dos planos directores de estradas e das linhas de transmissão.

➤ Linha de Transmissão

A alternativa para a integração de Baynes no Sistema Eléctrico Nacional será através de uma linha entre as futuras SE do AHE Baynes e a SE Cahama em 400/220 KV como parte integrante do Projecto de Interligação Angola-Namíbia “ANNA”.

O processo de integração do AHE Baynes às redes de transmissão de energia dos respectivos países, está a ser conduzido pela RNT-EP (Angola) e pela NamPower



8.4.3 PRINCIPAIS ACÇÕES PREVISTAS PARA O LANÇAMENTO AHE BAYNES

- Contratação de um Painel de Especialistas Internacionais para certificar os estudos desenvolvidos;
- Contratação de um Consultor de Transações ("TA - Transaccional Advisor") que terá a missão de estruturar e promover a atractividade e bancabilidade do AHE Baynes, considerando o modelo de implementação na modalidade de Parceria Público Privada (PPP) aprovado pelos Exmos. Ministros de Angola e da Namíbia;
- Preparação para os estudos de viabilidade das infraestruturas associadas;
- Início da preparação do processo de selecção e contratação da empresa concessionária para o desenvolvimento do Projecto ("SPV");
- Início da preparação dos diversos contratos de concessão a aquisição de energia envolvidos num modelo PPP;

- Início da preparação dos diversos contratos de garantia e risco envolvidos num modelo PPP;
- Envolvimento e sensibilização das Comunidades e Autoridades Locais directa e indirectamente afectadas;
- Negociação com o povo Himba para acautelar o reassentamento da comunidade directamente afectada pela construção da barragem;
- Constituição da Autoridade da Bacia Rio Cunene com a transformação da CTPC;

- Continuação das diligências com o BAD para assistência técnica e jurídica;
- Preparação do início do processo de lançamento do concurso público para a concessão do AHE Baynes.

8.5 - INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – INRH

O Instituto Nacional Recursos Hídricos (INRH) foi criado pelo Despacho Presidencial nº 253/10 de 16 de Novembro. O Despacho Presidencial nº 205/14, de 15 de Agosto, adequou o Estatuto Orgânico do INRH.

Durante o ano de 2019, o INRH desenvolveu as seguintes actividades:

8.5.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o ano de 2020, o INRH desenvolveu as seguintes actividades:

- Acompanhamento da execução das Obras do Projecto 1: Construção do Sistema de Transferência de Água do Rio Cunene, da Localidade do Cafu para a Zona das Chanas e 30 Chimpacas.
 - ✓ Lote 1: Construção da Captação no rio Cunene, sistema de Bombagem, conduta Pressurizada, Canal Aberto a partir de Cafu até Cuamato e 10 Chimpacas;
 - ✓ Lote 2: Construção do Canal Adutor a partir de Cuamato até Ndombondola, Canal Adutor a partir de Cuamato até Namacunde e 20 Chimpacas;
- Lançamento do Concurso Público para Recuperação e Desassoreamento das 43 Barragens / Represas de Alvenaria na Província do Namibe;
- Acompanhamento do Projecto de Monitorização das Águas Subterrâneas da Região de Caimbambo, Província de Benguela, no âmbito da cooperação técnica com o Instituto de Gestão de Águas Subterrâneas da Região da SADC (**SADC-GMI**);
- Actualização do Memorando de Entendimento entre o INRH e o Instituto de Geológico de Angola (**IGEO**), do Ministério de Recursos Minerais e Petróleos;
- Coordenação da Plataforma de Coordenação Nacional (**PCN- CICOS**) Angola;
- Coordenação das actividades do Comité Técnico de Bacias Hidrográficas (CTBH), da Comissão Nacional da Água (**CNA**);
- Coordenação do Comité Técnico da Comissão do Curso de Água do Zambeze (**ZAMCOM**), no lado angolano;
- Monitorização da Implementação de Medidas e Acções do Plano Nacional da Água (**PNA**);

- Fiscalização e monitorização das utilizações e infra-estruturas hidráulicas e utilizações dos recursos hídricos na Província do Bengo;
- Emissão de Pareces Técnicos de índole diversa;
- Emissão de Títulos de Utilização de Recursos Hídricos;
- Elaboração da Proposta de Orçamento para o ano de 2021;
- Elaboração do Inventário de Bens;
- Elaboração da Conta Geral do Estado, referente ao Exercício de 2019;
- Elaboração e Emissão de Notas de Cabimentação, Liquidação e de Ordens de Saque (para Pessoal e Bens e Serviços), emissão de guias de entrega aos potenciais fornecedores do INRH;
- Elaboração do Relatório de Prestação de Contas – Exercício Económico de 2019 e seu envio ao Tribunal de Contas;
- Solicitação junto da AGT – Administração Geral Tributária, do Ministério das Finanças, de contribuições para a Proposta de Decreto Executivo conjunto, sobre a Tabela de Taxas e Emolumentos relativos a Emissão de Utilização de Recursos Hídricos e actos relacionados;

No âmbito de Implementação das Acções da Fase 2, do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas – **PDISA**, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Avaliação das Propostas para aquisição e extensão da Licença do Sistema de Informação Geográfica (**ArcGIS**);
- Avaliação das Propostas para aquisição de equipamentos hidrometeorológicos e ligação remota das Estações Telemétricas;
- Avaliação das Manifestações de interesse do Concurso para Elaboração do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (**CNRH**);
- Avaliação das Manifestações de interesse do Concurso para Elaboração do Cadastro Nacional de Recursos Hídricos (**CNRH**) e do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (**SNUIRH**);
- Avaliação das Manifestações de interesse do Concurso para Elaboração do Inventário Nacional de Barragens e Albufeiras de Angola.

8.5.2 INDICADORES:

- ✓ Foram registados 16 (dezasseis) processos de solicitação para renovação de TURH e 14 (catorze) novos pedidos de TURH para captação de água superficial e subterrâneas;
- ✓ Foram emitidos 21 (vinte e um) TURH, dos quais 3 (três) para rejeição de efluentes e 18 (dezoito) para captação de água superficial e subterrâneas;
- ✓ Na componente de Gestão dos Recursos Hídricos, realizou-se a manutenção e recolha de dados em 3 (três) estações hidrométricas.

8.6 - AUTORIDADE REGULADORA DE ENERGIA ATÓMICA – AREA

No cumprimento dos objectivos traçados pelo Executivo no que concerne a política de utilização de forma sustentável e segura da energia atómica em importantes sectores como: medicina, agricultura, indústria (em particular a indústria extractiva), etc., a seguir se apresenta o balanço das actividades desenvolvidas pela AREA em 2020.

8.6.1 ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA, GESTÃO PATRIMONIAL E BALANÇO ORÇAMENTAL

O orçamento da AREA é proveniente de duas fontes de financiamento: OGE e Receitas Próprias.

Para o exercício em referência foi provado para este Órgão, o valor de **AKZ 96.416.767,00** (noventa e seis milhões, quatrocentos e dezasseis mil, setecentos e sessenta e sete Kwanzas), do qual foi cativo AKZ-4.327.057,01 (quatro milhões, trezentos e vinte e sete mil, quinhentos e sete Kwanza e um cêntimo). O orçamento de execução foi de **AKZ- 92.089.709,99** (noventa e dois milhões, oitenta e nove mil, setecentos e nove Kwanzas e noventa e nove cêntimos). A cota atribuída foi de **AKZ 88.008.887,62** (oitenta e oito milhões, oito mil, oitocentos e oitenta e sete Kwanzas e sessenta e dois cêntimos), do qual foi cabimentado **AKZ- 88.003.565,96** (oitenta e oito milhões, três mil, quinhentos e sessenta e cinco Kwanzas e noventa cêntimos), o que corresponde 95,56% do orçamento atribuído (ver Tabela 1).

8.6.2 INVESTIMENTOS

Durante o exercício não foram geradas despesas no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Estado, estando o património da AREA em 31/12/2020 avaliado contabilisticamente em AKZ-5.338.724,40 (cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e vinte e quatro Kwanzas e quarenta cêntimos).

➤ **Receitas Próprias Arrecadadas**

Como resultado da realização de diversas actividades, tais como: inspecções em instalações radiológicas, emissão de autorizações para movimentação de fontes,

licenças para importação e exportação de materiais e aparelhos emissores de radiação ionizante, licenciamento de veículos e barcos para transporte de materiais e substâncias radioactivas, foram emitidas 417 notas de cobrança no valor de AKZ- 599.105.764,00 (quinhentos e noventa e nove milhões, cento e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro Kwanzas), tendo deste montante sido arrecadado o valor de AKZ-425.953.764,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e quatro Kwanzas).

Foram também arrecadadas receitas no valor AKZ-46.941.000,00 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e um mil Kwanzas), referentes as notas de cobrança que não foram liquidadas nos exercícios anteriores (Tabela 2).

➤ **Receitas Arrecadadas Referentes às Multas Aplicadas**

Foi arrecadado o valor de AKZ-124.701.955,00 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e um mil, novecentos e cinquenta e cinco Kwanzas) como resultado de multas aplicadas.

➤ **Juros de Aplicações Financeiras dos Recursos Próprios**

Ao longo do ano foram feitas algumas aplicações financeiras que resultaram em juros cujos valores se encontram na tabela 3.

➤ **Despesas com Recursos Próprios**

Em conformidade com o Artigo 90º do Decreto Presidencial 12/12, foram efectuadas ao longo do exercício despesas correntes no valor de **508.854.309,29** (Quinhentos e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e nove kwanzas e vinte e nove cêntimos), para suporte do funcionamento, com a manutenção de infraestructura, despesas bancárias, serviços telecomunicações, remunerações do pessoal, subsídios de deslocações, participações sociais, seguros.

➤ **Gestão Patrimonial**

- a) Aquisição mensal do Nitrogénio para o detector de germânio do sistema de espectrometria gama para análise de amostras radioactivas.
- b) Manutenção dos imóveis e aparelhos de Ar-condicionado da instituição.
- c) Aquisição de um (1) computador de mesa, uma (1) impressora e distribuição de material gastável (tinteiros, esferográficas, lápis, envelopes, resmas de papel, etc);
- d) Manutenção de viaturas, gerador de energia e outros equipamentos;
- e) Pagamento do seguro automóvel e taxa de circulação;
- f) Inventario geral dos bens existentes na instituição.

8.6.3 ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E ACÇÕES

➤ **Tratados e Acordos**

Procedeu-se o envio de cópias do Diário da República das cartas aprovadas pelo Presidente da República que dão como firmes e válidas para efeito de depósito junto da AIEA, assim como o acompanhamento do respectivo processo das Convenções sobre: Assistência em Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica, Protecção Física dos Materiais Nucleares e respectiva emenda, Indeminização Complementar por Danos Nucleares, Segurança Nuclear e Código de Conduta sobre Segurança Tecnológica e Física das Fontes Radioactivas; Solicitou-se igualmente a Missão Permanente de Angola em Viena- Áustria, o envio dos Textos e suas Respectivas Traduções Autenticadas da Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível usado e dos Resíduos Radioactivos e da Convenção Internacional para a Eliminação de Actos de Terrorismo Nuclear.

➤ **Actividades Relevantes realizadas**

- Actualização dos drafts das propostas de Regulamentos sobre: Gestão de Materiais Radioactivos de Ocorrência Natural - NORM e Outros Resíduos Radioactivos; Licenciamento de Instalações Radiológicas, Escolha e Selecção de Locais para Depósitos de NORM e outros Resíduos Radioactivos; e Licenciamento de Depósitos de Resíduos de Níveis Baixo e Médio de Radioactividade.
- Participação no Seminário ministrado pela Administração Geral Tributária – AGT, sobre a unificação do sistema de arrecadação de receitas e retorno automático aos órgãos arrecadadores em que estiveram presentes entre outros, os Serviço de Tecnologia de Informação e Comunicação das Finanças Públicas - SETIC-FP, Secretaria Geral e todos Órgãos Dependentes do MINEA.
- Participação em reuniões com a Autoridade Nacional para o Controlo de Armas e Desarmamento – ANCAD;
- No quadro da Cooperação Técnica com a Agência Internacional de Energia Atómica-AIEA: Vinda de dois peritos da Agência para instalação do Sistema de Espectrometria Gama e formação de técnicos no âmbito do projecto nacional ANG7005 (*Actualização e Apetrechamento do Laboratório Nacional para Análise da Radioactividade Ambiental*).
- Controlo regulamentar das actividades, instalações e fontes emissoras de radiação ionizante nos sectores: ensino, construção civil e indústrias petrolífera, diamantífera e de bebidas;
- Inspeções periódicas às clínicas e hospitais detentores de aparelhos de TAC, Raios-X, Mamografia, Fluoroscopia, Ortopantomografia, etc.;
- Reuniões de esclarecimento sobre a aplicação da Lei 4/07 e do Decreto Presidencial 12/12 às empresas do sector petrolífero e saúde, recentemente licenciadas;
- Aplicação de multas às empresas por não cumprimento dos pressupostos da Lei n.º 4/07 – Lei de Energia Atómica e Decreto Presidencial n.º 12/12 – Regulamento sobre Radioprotecção)

➤ **Actualização do número de aparelhos e fontes emissores de radiação ionizante**

Existem actualmente 140 aparelhos e 1361 fontes emissores de radiação ionizante.

➤ Inspeções realizadas e licenças emitidas

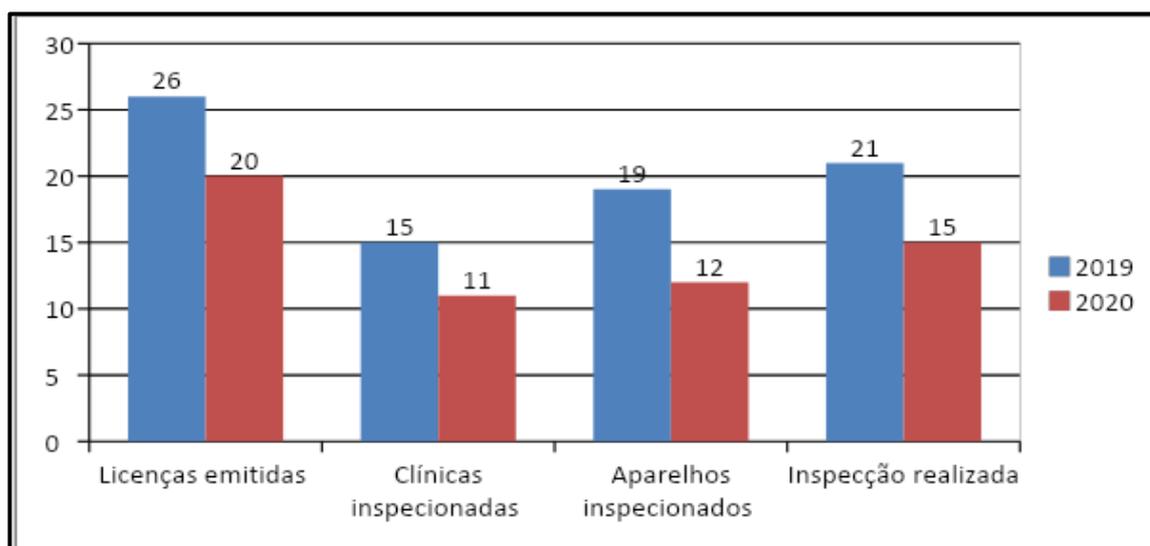
a) Área da indústria:

- Inspeções: **2**;
- Licenças emitidas: **97** para posse e uso e **64** para transporte de fontes radioactivas;
- Autorizações emitidas: **62** para importação, **42** para exportação e **158** para transferência de fontes radioactivas;
- Fontes radioactivas: Importadas **121**, exportadas **87** e movimentadas **285**.

b) Área da Saúde:

- Inspeções realizadas: **10** anunciadas, **2** não anunciadas e **3** verificações do cumprimento das recomendações feitas no Relatório de Inspeção.
- Licenças emitidas: **12** renovações e **8** pela primeira vez, perfazendo um total de **20**.

Gráfico: Comparação das inspeções realizadas e licenças emitidas na área da saúde em 2019 e 2020.



8.7 - INSTITUTO REGULADOR DOS SERVIÇOS DE ELÉCTRICIDADE E DE ÁGUAS

O Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais, abreviadamente IRSEA, é um instituto do sector económico ou produtivo, pessoa colectiva de direito público, criado pelo Decreto Presidencial n.º 59/16, de 16 de Março, sob tutela do Ministério da Energia e Águas, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

8.7.1 ACTIVIDADES NO DOMÍNIO DA REGULAÇÃO E DE APOIO INSTITUCIONAL

No âmbito do domínio da Regulação, foram desenvolvidas tarefas alinhadas ao Plano de Actividades consubstanciadas nas competências da Instituição, destacando-se como relevantes as seguintes:

1. Participação activa nos processos de estudos para melhorias do desenvolvimento do sector e implementação de infra-estruturas de produção, bem como na prestação de esclarecimentos sobre a manifestação de interesse e da legislação aplicável para obtenção de concessões ou licenças quer para o subsector de electricidade quer para o subsector da água, sendo:

a) Encontros e esclarecimentos as Empresa abaixo indicadas com o interesse na obtenção de concessões ou licenças para o desenvolvimento da actividade na condição de produtores independentes.

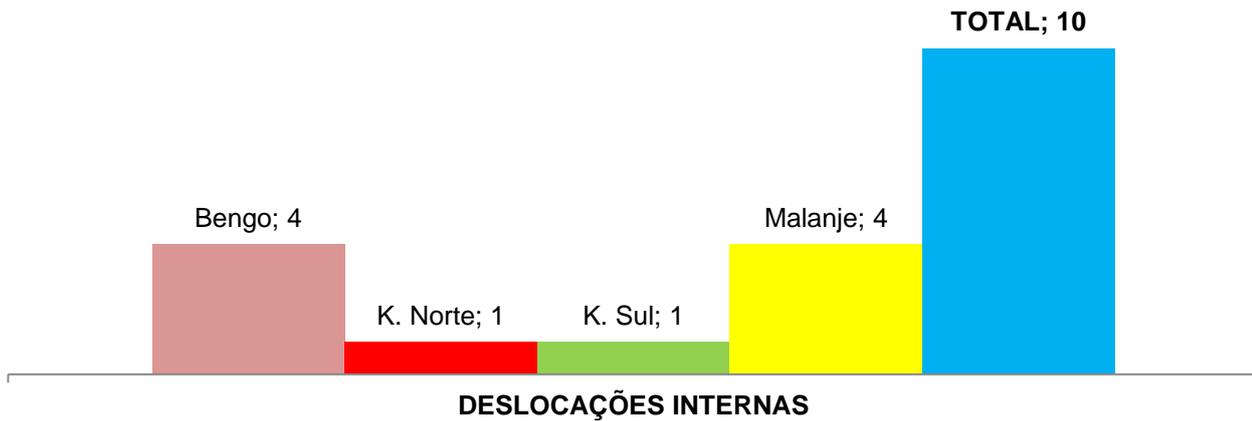
- ✓ **HELANTHUS, S.A** (Instalação de uma mini-rede para a electrificação de uma comunidade rural de 100 casas e suas estruturas comunitárias e comerciais no município do Buco Záu, província de Cabinda);
- ✓ **PROREDES UTILITIES, S.A** (Concessão da gestão das redes de distribuição de energia e águas no município da Quibala – Cuanza Sul);
- ✓ **SOLUCIONES DE GESTIÓN** (Concessão para a construção e exploração de Parques Solares na Província do Namibe, nas localidades de Cangombe e Caraculo);
- ✓ **GOLDFONT RECYCCLE ENERGY, S.A** (Concessão para a construção e exploração de uma central de produção de energia eléctrica a partir de resíduos sólidos – biomassa, na província de Benguela);
- ✓ **LIAN-BIOTECH** (Concessão para a construção e exploração de uma central de produção de energia eléctrica a partir de resíduos sólidos – biomassa, na província do Huambo);
- ✓ **AURECOM**, foram prestadas informações sobre a tarifa a ser aplicada em projectos de Energia Renovável e Energia Reactiva;
- ✓ **GRE- GOMES ROCHA ENGENHARIA**, foram prestadas informações sobre a legislação aplicável para obtenção de licenças para o desenvolvimento da actividade de electrificação de uma área rural, bem como as respectivas tarifas;
- ✓ **ANERGI**, manifestou interesse na implementação de Centrais a Gás e Eólicas, pelo que foram prestadas informações gerais do Sector e sobre o quadro legal e sobre tarifas.

b) Negociações de alguns processos com os Proponentes a atribuição de concessão de varias empresas, não concluídas, devido aos impactos que os efeitos que da pandemia tiveram grande sobre a regulação contratual, pois, fez com que os investidores privados repensassem os respectivos investimentos, associado ao fecho das fronteiras e a incerteza económica, nomeadamente:

- ✓ **GREENTECH E TOTAL EREN**, concessão para a construção e exploração de uma Central Solar Fotovoltaica de 30 MW no Lubango, província da Huila;
 - ✓ **V&V RENDING ANGOLA, S.A**, concessão para a construção e exploração de um parque eólico de 104 MW em Kiwaba Nzoji, província de Malange.
- c) Realização de formações e disseminação, para acompanhamento do funcionamento e avaliação das condições técnicas e de exploração dos sistemas para garantia da estabilidade e segurança do SEP e alerta à observância, das Instruções de despacho estabelecidas pelo manual de procedimentos do Operador do Sistema;
- d) Realização de actividades de acompanhamento as empresas na aplicação do plano tarifário de electricidade e água das empresas públicas;
- e) Monitoramento mensal da evolução dos custos gerais de exploração, facturação e cobranças, bem como as perdas, das empresas do SEP e do subsector das águas;
- f) Realização de encontros de trabalho com as áreas comerciais e financeiras das empresas do SEP para a repartição dos valores arrecadados pela ENDE-E.P. na venda de energia eléctrica aos clientes finais, bem como outros intrínsecos ao bom funcionamento das empresas;
- g) Monitorização e fiscalização dos indicadores económico-financeiros das empresas do SEP e de abastecimento de água e saneamento;
- h) Monitoramento do cumprimento da energia contratada estipulada nos Contratos de Aquisição de Energia nas facturas entre as empresas e os clientes;
- i) Monitoramento dos indicadores fundamentais físicos e monetários das empresas públicas de electricidade e das águas, na altura com tarifas estabelecidas para a verificação dos alertas nos desvios que ocorriam nos resultados;
- j) Controlar os indicadores de continuidade de Serviço Globais e Individuais das operadoras de Transporte e Distribuição;
- k) Orientação as operadoras na elaboração do Manual do Operador do Sistema (MOS) e dos Manuais de Operação das Instalações Eléctricas (MOI), já concluídos a aguardar aprovação;
- l) No âmbito da Qualidade Técnica do Produto, o Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) que estabelece metas para a qualidade do produto que chega aos clientes finais, com observância no nível de tensão e as perturbações, iniciou-se o Projecto Piloto de Monitorização da Qualidade de Energia entre a Unipower AB e Empresas do Sector, nomeadamente a Rede Nacional de Transporte (RNT-E.P.) e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE-E.P.) que assumem a Coordenação Técnica e o IRSEA a Coordenação Metodológica.

- m) Elaborou-se um questionário electrónico, que permitiu a realização de um inquérito a nível de todas Empresas de Água para recolha de informações regulatória necessária para efeito de avaliação do impacto das acções do subsector;
- n) Iniciou-se a análise de Impacto do Tarifário (Decreto Executivo Conjunto n.º 230/18), com os dados recolhidos através do questionário electrónico criado para o efeito;
- o) Elaborou-se um plano de comunicação para facilitar a socialização dos diversos documentos a serem produzidos pela Assistência Técnica;
- p) Reestruturação da Comissão Técnica de Coordenação do PDISA 2, publicação no DR N.º 90 II Série de 3 de Agosto de 2020, Despacho n.º 706/20;
- q) Participação e contribuição na Consulta Pública realizada pela Direcção Nacional de Águas (DNA), sobre a Revisão do Quadro Legal e Institucional do Sector das Águas e Saneamento em Angola;
- r) Participação e contribuição na Consulta Pública para os Segundos Fundos Adicionais para o PDISA 2, financiados pelo Banco Mundial (BM) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), sendo o IRSEA como parte integrante. Onde a entidade implementadora do projecto é o MINEA através da UCP/PDISA2 BM/AFD, estando o mesmo em preparação de projecto, cujo objectivo destes fundos adicionais, é de aumentar a taxa de cobertura e implementar a Assistência Técnica a mais 3 (Três) Sistemas de Abastecimento de Águas, nomeadamente M´Banza Congo, Menongue e o Sistema Integrado de Benguela e Lobito. Estruturar uma PPP, capacitar e fornecer instrumentos para uma resposta mais inclusiva e pronta, face as alterações climáticas, e estruturar os Sistemas de Abastecimento de Água nas localidades abrangidas pela seca, nomeadamente: Cunene, Namibe e Huíla;
- s) Participação na visita de trabalho sobre as Cidades Costeiras do Soyo e N´Zeto, com o objectivo de avaliar os projectos em execução, bem como o que estão em carteira para implementação dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais e de Lamas;
- t) No âmbito do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA 2), elaborou-se um plano de acção de actividades como visitas às Empresas Públicas de Águas e Saneamento para avaliar os reais problemas que estas enfrentam e dar algumas contribuições para melhorarem os seus serviços;
- u) Acompanhamento de todas acções da Assistência Técnica com apoio da UCP – BM/AFD;
- v) Integrou as Comissões de Avaliação de Propostas técnicas e financeiras para a contratação de serviços na UCP-BM/AFD, nomeadamente:

- ✓ Capacidade e Vontade de Pagar (Willingness to Pay) ou (Beneficiary assesment);
 - ✓ Análise de Alternativas para Subsídios a População de Baixa Renda e Identificação de Potenciais Beneficiários.
- w) Preparação de links que têm servido para organizar as reuniões alargadas com as Empresas de Águas e Saneamento e com outras entidades do Sector;
- x) Recepcionou-se a visita de S. Exa Secretário de Estado para as Águas, Eng.º Lucrécio Costa, acompanhado da Directora Nacional das Águas Dra. Elsa Ramos, do PCA da EPAL-E.P. Eng.º Fernando da Cunha, do Director do Gabinete/SEA Eng.º José Pascoal Sebastião e do Assessor/SEA Eng.º José António;
- y) Realização de reunião virtual-webex entre o IRSEA e Autoridade Reguladora da Concorrência – ARC, no âmbito da cooperação institucional e assinatura do Protocolo de Cooperação;
- z) Participação na reunião virtual organizada pelo BAD, sob o tema: MINEA – Programa de expansão das mini-redes verdes em Angola: Programa de Consultas para a preparação do documento de projecto;
- aa) Participação nos encontros de trabalho com a equipa técnica da UCP/DNA e as EPA's Malanje e K. Norte;
- bb) Participação no 10º Conselho Consultivo do MINEA – realizado na província de Malanje;
- cc) Integrou a Comissão de Inquérito criada para averiguar as causas e o apuramento das responsabilidades dos actos praticados que provocam o corte de fornecimento de energia eléctrica à Luanda e Sistema Norte Centro;
- dd) Integrou delegações Ministeriais;
- ee) Participou, a convite do Governo Provincial do Bengo, no encontro sobre “Atribuição de Licenças e Concessões no Sector Eléctrico” com as empresas daquela província;
- ff) Aferição junto da ENDE-E.P. da província do Bengo, o tratamento dado às reclamações ;
- gg) Realização de missões de serviço em visita as Províncias do País no âmbito da fiscalização, acompanhamento e apoio institucional as empresas, num total de 10 (dez) deslocações, conforme indicação por Províncias no gráfico que se segue:



8.7.2 MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO SUBSECTOR ELÉCTRICO

No quadro da monitorização e da regulação comportamental das empresas do subsector eléctrico foi dado tratamento específico aos indicadores fundamentais de exploração quer físicos como monetários, dos quais se pode reter que neste subsector face aos investimentos que estão a ser realizados com destaque nos segmentos da geração e transmissão, os indicadores obtidos em 2020 reflectem o esforço do Executivo para o aumento da oferta e melhoria da qualidade do serviço.

Para uma melhor visualização dos resultados de 2020 em termos de apuramento dos indicadores monitorados e que permitiram a actuação do IRSEA na tomada de decisões no âmbito da regulação comportamental para assegurar algum equilíbrio económico as empresas, apresenta-se no **anexo** os indicadores fundamentais do subsector de electricidade.

8.7.3 MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO SUBSECTOR DAS ÁGUAS

No quadro das atribuições e competências do IRSEA, conferidas pelos seus Estatutos nos números 3 do Artº 6º (Atribuições) e 2 do Art.º 7º (Competências), resume-se nos níveis de competência e atribuições as componentes de monitorização dos indicadores de desempenho económico-financeiro das empresas de abastecimento e saneamento, a monitorização dos dados relativos a qualidade da água e fiscalizar os níveis de qualidade de serviço e aplicação de penalidades por incumprimento no quadro da lei, acções que se enquadram no âmbito da Regulação comportamental das Empresas de água como complemento à regulação estrutural.

No âmbito do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (PDISA 2), acompanhou-se e monitorou-se as actividades realizadas pela equipa da Assistência Técnica desde o princípio do ano, do qual resultou a elaboração de vários entregáveis

conforme descritos na tabela abaixo, bem como contratação de serviços e o plano de formação.

Tabela 1 – Quadro Demonstrativo das Actividades Desenvolvidas pela Assistência Técnica ao IRSEA

| Nº | Código | DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES | ESTADO ACTUAL |
|-----------|----------------|---|--|
| 01 | W_P01_02 | Relatório do Contexto de Águas em Angola | Concluído, discutido e aprovação. |
| 02 | W_P02_01 | Modelo Regulatório do IRSEA | Concluído, discutido faltando a sua aprovação. |
| 03 | W_P03_01 | Projecto de Revisão do Estatuto Orgânico do IRSEA | Concluído, discutido e remetido ao MINEA para sua aprovação. |
| 04 | W_P03_03 | Relatório da Política de Recursos Humanos do IRSEA | Só Estrutura Base |
| 05 | W_P03_04 | Regulamento dos Custos da Função Reguladora | Concluído, discutido faltando a sua aprovação. |
| 06 | W_P03_06 | Relatório de Definição da Política de Controlo de Qualidade no IRSEA | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 07 | W_P03_08 | Regulamento das Reclamações | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 08 | W_P03_09 | Regulamento Sancionatório | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 09 | W_P08_02 | Projecto de Legislação de Regulação Legal e Contratual | Só Estrutura Base |
| 10 | W_P09_01 | Manual de Utilizador do Modelo Económico-Financeiro de Cálculo das Tarifas | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 11 | W_P09_02 | Regulamento do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água e do Saneamento de Águas Residuais | Concluído, aprovado e publicado em Diária da República 1ª Série nº 158 - Decreto Presidencial nº 255/20, de 07 de Outubro. |
| 12 | W_P09_02/ A | Relatório de Definição do Nível de Perdas Técnicas de Água | Concluído, discutido e aprovado internamente. |

| | | | |
|----|----------------|---|--|
| | | das Entidades Gestoras | |
| 13 | W_P09_03/ A | Relatório de Definição do Nível de Perdas Comerciais de Água das Entidades Gestoras | Concluído, discutido e aprovado internamente. |
| 14 | W_P09_06/ A | Definição de Dados para os Modelos de Plano de Negócio para as Entidades Gestoras | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 15 | W_P10_01 | Relatório de Procedimentos de Qualidade de serviços - Manual do KPI | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 16 | W_P10_02 | Regulamento de Qualidade dos Serviços | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 17 | W_P12_02 | Regulamento das Relações Comerciais | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 18 | W_P15_03 | Relatório do Processo de Controlo e Gestão de Informação | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 19 | W_P15_03 | Templates, Reportes de Dados e Indicadores. | Concluído, discutido e aprovado internamente. |
| 20 | W_P16_01 | Plano de Formação | Concluído, discutido, aprovado e em execução. |
| 21 | W_P17_07 | Relatório de Estratégia de Informação, Educação e Comunicação do IRSEA. | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 22 | W_P17_07/ A | Estratégia IEC do Regulamento Tarifário de Águas | Concluído, na fase de discussão e aprovação. |
| 23 | | A Assistência Técnica elaborou e apresentou ao IRSEA 13 (Treze) Relatórios Mensais de Actividades | Todos eles foram aceites uns com algumas emendas |

8.7.4 ANÁLISE E ATENDIMENTO DE RECLAMAÇÕES

De acordo com as disposições dos Estatutos, o IRSEA realiza a análise de reclamações de consumidores e promove a sua resolução entre consumidores e as entidades operadoras dos subsectores. Esta intervenção consiste na busca ou procura de uma resolução voluntária dos conflitos entre os clientes e as respectivas entidades operadoras, através de consultas para auscultação dos reclamantes e das operadoras e posterior emissão de pareceres e ou recomendações que são dirigidas a ambas as partes, no caso de se considerar necessária a alteração da posição inicialmente assumida pela operadora reclamada, ou para o reclamante caso se conclua que a reclamação não tem fundamento.

Em 2020 foram registadas 17 (Dezassete) reclamações com incidência em clientes da ENDE-EP e proprietários de Postos de Transformação privativos, reclamando por irregularidades na emissão das suas facturas.

No que respeita à apreciação das reclamações, as 17 (Dezassete) foram respondidas, mas, em função do grau de complexidade das questões objecto de reclamação e da necessidade de esclarecimentos e tratamento adequado, somente 13 (Treze), das quais 11 (onze) reclamações de 2020 e 2 (duas) de 2019, foram resolvidas em tempo médio de resposta com prazos entre 30 a 60 dias, com recomendações da alteração da posição da operadora e para satisfação dos reclamantes. A resolução das outras 6 (seis), 5 (cinco) não resolvidas e 1 (um) pendente, passaram para o ano seguinte devido a sua complexidade.

Apresenta-se a seguir o quadro da evolução das reclamações recebidas e respondidas.

Quadro 1 - Evolução das Reclamações em 2020

| Reclamações | Nível de Tensão | 2019 | 2020 | | | | | | | | | | | | Total |
|----------------|-----------------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| | | | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | |
| Recebidas | MT | 8 | 1 | | 3 | | | 1 | 1 | 1 | 2 | | | 2 | 17 |
| | BT | | 1 | 3 | | 1 | | | | | | | 1 | | |
| Resolvidas | MT | 6 | | | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | | 1 | 1 | 13 |
| | BT | | | 1 | 1 | 1 | 2 | | 1 | | | 1 | | | |
| Não Resolvidas | MT | 2 | | 1 | 1 | | | | | 1 | 1 | | | 1 | 5 |
| | BT | | | | | | | | | | | | | | |

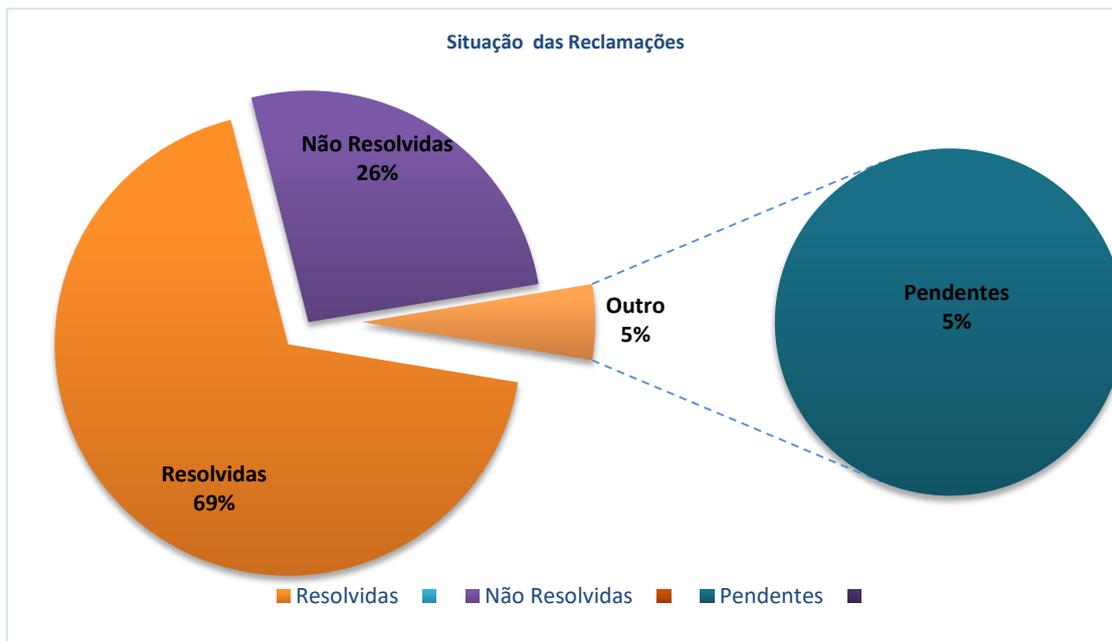
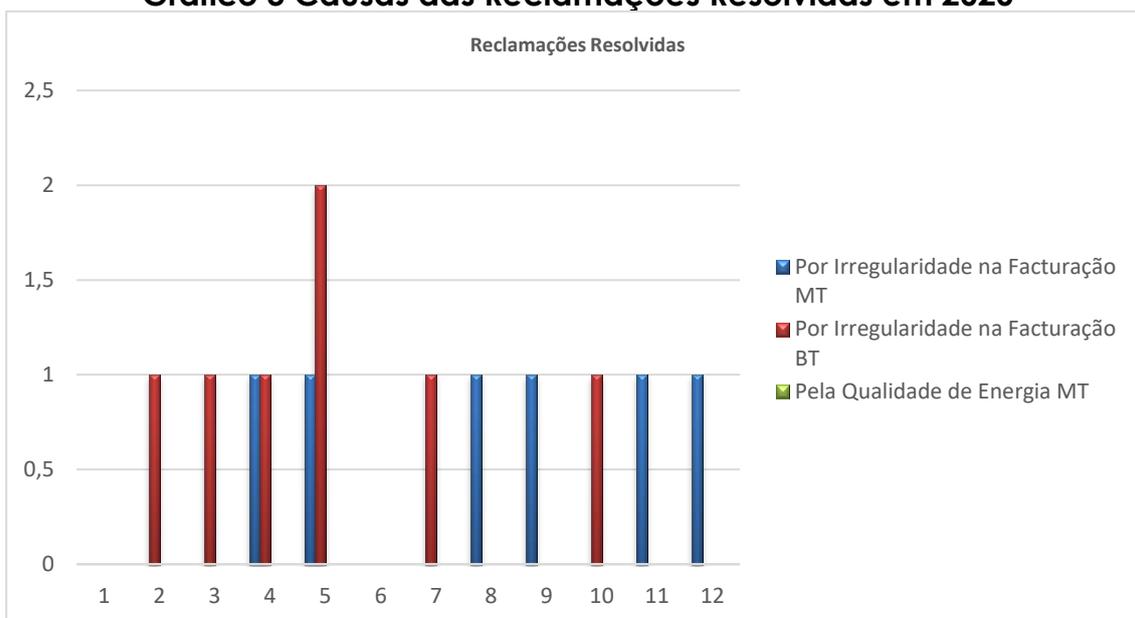


Gráfico 3 Causas das Reclamações Resolvidas em 2020



E foram também registadas 4 (Quatro) cartas de reclamações de clientes da EPAL-E.P, nomeadamente:

- A Fazenda Pérola do Kikuxi;
- A Centralidade do Km 44;
- Condomínio do Gamek;
- Bairro Rocha Pinto.

A reclamação apresentada pela Fazenda Pérola do Kikuxi tinha a ver com as cobranças que a EPAL, EP fazia a Fazenda, mas não estavam em conformidade com o Decreto Executivo Conjunto n.º 230/18, de 12 de Junho em vigor, sendo que esta reclamação mereceu a pronta intervenção do IRSEA sendo reposta a legalidade.

Para a reclamação apresentada pela Comissão de Moradores da Centralidade do Km 44, Bloco 5 e 6, onde os moradores reclamam sobre a má cobrança da água por parte da EPAL-E.P., quando não beneficiavam há cinco (5) meses do fornecimento de água. Esta reclamação não foi solucionada, assim como a reclamação do Condomínio do Gamek e o Bairro Rocha Pinto por insuficiência de dados.

8.7.4 ACÇÕES NO DOMÍNIO DA DIVULGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Com vista à prossecução das suas atribuições, os Estatutos do IRSEA, conferem-lhe poderes e instrumentos de actuação visando a sua aplicação para definição de critérios e regras para controlar o cumprimento das Leis e da respectiva regulamentação e disposições complementares, controlando a qualidade da prestação de serviços e o cumprimento das obrigações fixadas nos contratos.

No âmbito dos procedimentos regulatórios inerentes ao seu relacionamento com as diferentes entidades reguladas e com a tutela, emitiu pareceres e recomendações gerais sobre diferentes aspectos, alertando e difundindo a legislação vigente no sector, visando a sensibilização e protecção dos actores e em particular dos consumidores, contribuindo desse modo, para a promoção da transparência e fiabilidade de todos interessados no desenvolvimento do sector, com vista a salvaguarda do interesse público e da legalidade dos actos.

8.7.5 ACÇÕES NO DOMÍNIO DA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS NORMATIVOS/REGULAMENTOS

O decurso do ano de 2020, foi um ano produtivo na materialização do planificado em termos de aprovação de alguns regulamentos, nomeadamente:

- ✓ Alteração ao Regulamento do Tarifário de Electricidade, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 178/20, de 25 de Junho, publicado no Diário da República n.º 92, I Série;

- ✓ Aprovação do Regulamento do Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, pelo Decreto Presidencial n.º 255/20, de 7 de Outubro, publicado no Diário da República n.º 158, I Série;
- ✓ Aprovados em sessão do Conselho de Ministros de 21 de Dezembro, mas publicados em 2021:
 - Regulamento de Informação Regulatória, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 45/21, de 22 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 32, I Série;
 - Regulamento das Actividades de Produção, Transporte, Distribuição e Comercialização de Energia Eléctrica (Aguarda publicação);
 - Regulamento da Produção Independente de Energia Eléctrica, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 43/21, de 17 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 29, I Série;
 - Regulamento da Modalidade de Pré-Pagamento de Energia Eléctrica em BT, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 42/21, de 12 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 28, I Série.

Sobre a legislação complementar para regulação comportamental e estrutural do subsector das águas, no quadro do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas – PDISA 2 financiado pelo Banco Mundial foram elaborados pela Assistência Técnica os primeiros “Drafts” dos projectos dos regulamentos das Relações Comerciais e da Qualidade dos Serviços.

8.7.6 ACÇÕES NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Não obstante a problemática da pandemia da COVID-19, a execução financeira dos recursos provenientes do tesouro foi positivo, uma vez que dos principais indicadores deste relatório tiveram uma execução, acima de 50%, tendo em conta as limitações das dotações autorizadas pelo Ministério das Finanças. Ao contrário do Custo da Função Reguladora, que se mostra com um grau elevado de cobrança duvidosa para o subsector das águas, uma vez que o risco de incobrabilidade tem-se agudizado ao longo dos anos, mantendo a Instituição simplesmente dependente do CFR do subsector de electricidade.

No que se refere a Gestão do Orçamento a abordagem vai para a sua distribuição e execução destacando-se as rubricas Despesas com o Pessoal, Bens e Serviços, Despesas de Investimento.

1.1 BASES DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONTIDAS NO RELATÓRIO

As informações contidas no presente relatório, foram preparadas em conformidade com as regras de execução e estas respeitam as características de relevância e fiabilidade, tendo sido preparadas na base da continuidade e do acréscimo para os valores do CFR e obedeceram aos princípios contabilísticos de consistência, comparabilidade, não compensação de saldos e materialidade, bem como as regras de execução do Orçamento Geral do Estado Angolano.

Imobilizado corpóreo ou bens de capital fixo

As imobilizações corpóreas referem-se a bens de capital fixo utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo e encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas automaticamente e registadas no SIGFE/SIGPE, através do método das quotas constantes, numa base duodecimal.

Contas a receber

As contas a receber incluem os saldos a receber das empresas do sector, referente aos CFR facturado e não pago em tempo.

Disponibilidades

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa e depósitos, e que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Contas a pagar

As contas a pagar incluem dívidas ao pessoal, fornecedores e ao Estado e são valorizadas ao custo histórico das transacções.

Imposto

O Instituto encontra-se sujeito aos seguintes impostos e contribuições:

- Segurança Social ("SS"): esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos funcionários, sendo que 3% são da responsabilidade dos trabalhadores.
- Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho ("IRT"): este imposto é retido pela Instituição no momento do processamento dos ordenados dos trabalhadores, sendo calculado com base nas remunerações destes.
- Imposto Industrial ("I.IND"): o IRSEA encontra-se sujeito a retenção do Imposto industrial aos prestadores de serviços (taxa de 6,5%), operando por retenção na fonte.

1.2 LINHAS DE ACÇÃO

As linhas de acção preconizadas na Administração e Finanças para o exercício das suas actividades centraram-se nos seguintes domínios:

- 1 - Gestão Orçamental
- 2 – Finanças
- 3 – Património
- 4 – Transportes
- 5 – Relações públicas e protocolo

8.7.7 ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2020

As despesas do Orçamento do IRSEA, são suportadas pelas cifras provenientes dos *Recursos Ordinários do Tesouro – ROT* e pelo *Custo da Função Reguladora - CFR*, pago pelo consumidor final dos serviços de electricidade e de água, sendo retidos pelas operadoras e estas por sua vez repassam para a entidade reguladora, conforme o disposto no nº 3 do artigo 36º do Estatuto da instituição, conjugado com o disposto no art.º 20º do Regulamento Tarifário.

Para o exercício em análise, foi apresentado a versão preliminar do projecto orçamento do IRSEA para cobertura das despesas ao longo do ano, a necessidade do montante avaliado em AKz **681.507.947,00** (Seiscentos e Oitenta e Um Milhões, Quinhentos e Sete Mil e Novecentos e Quarenta e Sete Kwanzas) e com base na parcela aprovada pelo MINFIN, para cobertura das despesas da instituição via OGE, projectou-se por decomposição os montantes a prover das empresas do sector conforme quadro abaixo, destacando-se as cifras correspondente a cobertura por proveniência.

Para melhor entendimento do projectado, apresenta-se abaixo o Orçamento Previsional, com indicação expressa da redistribuição dos valores por rubricas que constituem os elementos da proposta do Orçamento.

Tabela 1 - Redistribuição dos Valores por Rubricas da Proposta do Orçamento/20

Valores expressos em milhões de Kwanzas

| Proveniência dos Fundos | Montante (AKz) | Cifra Contribuição |
|--|-----------------------|---------------------------|
| Recursos Ordinários do Tesouro - ROT | 186.219.947 | 27% |
| Custo da Função Reguladora - CFR / Electricidade | 295.488.000 | 43% |
| Custo da Função Reguladora - CFR / Água | 199.800.000 | 29% |
| TOTAL (ROT + CFR) | 681.507.947 | 100% |

Importa realçar que a proposta do OGE/20 no valor de Akz. **186.219.947,00**, foi elaborada em função da apresentação pela Unidade Orçamental – MINEA, de um tecto limite de despesas para servir de base ao OGE/20, não sendo, contudo, um valor que satisfaça as

necessidades do Instituto, face aos objectivos e acções inscritas no plano de actividade para o exercício.

➤ **Orçamento Aprovado**

Após ter sido submetido a nossa proposta orçamental, foi aprovado para este Órgão, as cifras proveniente dos Recursos Ordinários do Tesouro – ROT/OGE - 20, decomposto em Actividade permanente e Despesa de Apoio ao Desenvolvimento (DAD), no valor global de Akz. **186.219.947,00**, conforme mapa abaixo.

O orçamento aprovado foi de contenção tendo em conta o défice orçamental e a retracção dos parceiros de cooperação que apoiam o Orçamento do Estado, devido a razões de ordem conjuntural.

Tabela 2 - Redistribuição dos Valores por Rubricas do Orçamento Aprovado/20

Valores expressos em milhões de kwanzas

| OGE 2020 - Aprovado | | | |
|--|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| Projecto/Actividade | Rubrica | Valor | % de Cobertura |
| Regulação das actividades de Energia e das águas - ACT | Pessoal | 80.471.783,00 | 43% |
| | Bens e Serviços | 62.378.894,00 | 33% |
| | Bens de Capital | 9.200.000,00 | 5% |
| Acções de Sensibilização e Divulgação do sector - DAD | Bens e Serviços | 34.169.269,00 | 18% |
| Total | | 186.219.946,00 | 100% |

Tendo em conta as duas fontes de financiamento das actividades da Instituição, para o período em análise, o orçamento global aprovado do IRSEA, para execução das despesas no exercício económico de 2020, passaram a ser o montante de Akz. **681.507.947,00**, conforme tabela abaixo.

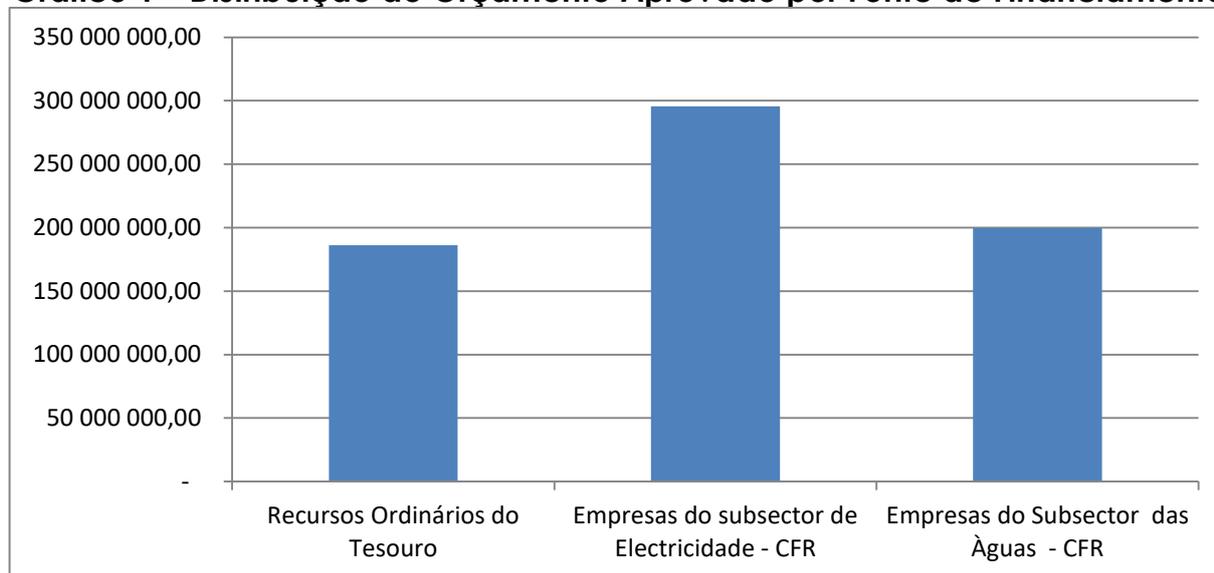
Tabela 3 - Orçamento Aprovado por Fonte de Financiamento

Valores expressos em milhões de kwanzas

| Orçamento Global do IRSEA Aprovado - 2020 | | |
|--|------------------------|-------------------------------|
| Proveniência dos Fundos | Montantes (Akz) | Cifras de Contribuição |
| Recursos Ordinários do Tesouro – ROT | 186.219.947 | 27% |
| Custo da Função Reguladora - CFR/Electricidade | 295.488.000 | 43% |
| Custo da Função Reguladora - CFR/ Água | 199.800.000 | 29% |
| Total | 681.507.947 | 100% |

Em termos de peso, os montantes provenientes do custo da função reguladora, representam **73%** do orçamento aprovado para o ano de 2020, distribuído conforme tabela abaixo, sendo que os valores provenientes das dotações orçamentais, tendem a reduzir cada ano, demonstrando assim a importância dos montantes provenientes dos CFR e a grande dependência da realização dos objectivos da Instituição.

Gráfico 1 – Distribuição do Orçamento Aprovado por Fonte de Financiamento



➤ **Orçamento Rectificado**

Apesar de ter sido aprovado o montante mencionado na tabela acima, após a revisão do Orçamento Geral do Estado Angolano aprovado pela Assembleia Nacional no início do mês de Agosto/20, justificada pela redução da receita fiscal, motivada pela intensificação da volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, definido para o OGE de 2020, bem como a crise financeira e económica vivida no mundo todo devido a pandemia da COVID-19, provocou o ajustamento do actual montante de receitas e despesas à nova realidade económica, efectuando-se cortes nas dotações orçamentais das despesas em varias rubricas do orçamento 2020.

Assim, as parcelas que compõem o Orçamento do IRSEA, sofreram alguns ajustamentos consubstanciando-se em factos modificativos do orçamento, conforme abaixo descrito.

Tabela 4 – Distribuição Valores da ROT por Rubricas do Orçamento Rectificado/20

Valores expressos em milhões de kwanzas

| OGE 2020 – Aprovado | | | OGE 2020 - Em Execução | | |
|--|---------|------------|------------------------|------------|-------------|
| Projecto/Actividade | Rubrica | Valor | Reforço e Anulação | Valor | % Cobertura |
| Regulação das actividades de Energia e das | Pessoal | 80.471.783 | (6.194.373) | 74.277.410 | 71% |
| | Bens e | | (43.741.086) | | 18% |

| | | | | | |
|-------------------------------|-----------------|--------------------|---------------------|--------------------|-------------|
| águas - ACT | Serviços | 62.378.894 | | 18.637.808 | |
| | Bens de Capital | 9.200.000 | (5.386.761) | 3.813.239 | 4% |
| Acções de Sensibilização- DAD | B & Serviços | 34.169.270 | (26.179.112) | 7.990.158 | 8% |
| Total | | 186.219.947 | (81.501.332) | 104.718.614 | 100% |

Contudo, após os factos qualitativos e quantitativos registado ao orçamento aprovado, o Instituto passou a contar com um orçamento global para execução no valor de Kz. **618.617.031,00**, constituído pelas duas fontes de financiamento das actividades do Regulador (OGE + CFR), sendo **30%** representa a previsão dos montantes provenientes dos recursos ordinários do tesouro e **70%** financiamento com recurso ao Custo da Função Reguladora.

Tabela 5 - Orçamento Global Rectificado por Fonte de Financiamento

Valores expressos em milhões de kwanzas

| Orçamento do IRSEA Aprovado - 2020 | | |
|--|------------------------|-------------------------------|
| Proveniência dos Fundos | Montantes (Akz) | Cifras de Contribuição |
| Recursos Ordinários do Tesouro - ROT | 185.729.031 | 30% |
| Custo da Função Reguladora - CFR do subsector de Electricidade | 295.488.000 | 48% |
| Custo da Função Reguladora - CFR do subsector de Água | 137.400.000 | 22% |
| Total | 618.617.031 | 100% |

➤ **Gestão e Execução Orçamental dos Montantes Provenientes do OGE**

Ao longo do Ano de 2020, verificaram-se muitos constrangimentos na Execução do Orçamento, visto que, não houve regularidade na atribuição das quotas financeiras e com a agravante dos valores disponibilizados sempre foram irrisórios.

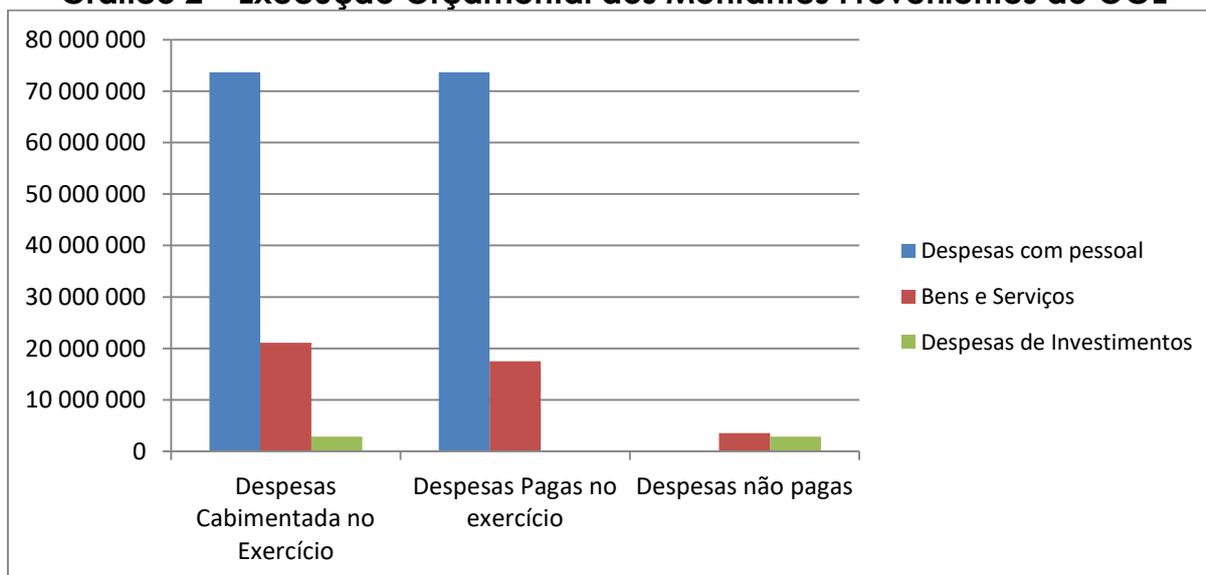
No exercício em análise foi cabimentado o valor total de Kz. **97.643.927,00**, sendo **75%** representa as despesas com pessoal, **22%** despesas em bens e serviço e **3%** representa as despesas de capital referente ao parcial da cabimentação global de uma viatura e de exercícios anteriores em que a emissão das ordens de saque era emitida pelo MINEA.

Em função do valor das quotas financeiras disponibilizados pelo MINEA, foi possível liquidar as cabimentações emitidas, no valor de Kz, **94.741.407,00**, tendo sido efectivamente pago os **75%** das despesas com o pessoal do quadro e agentes

administrativos, no valor de Kz. **73.628.590,00** e dos **22%** cabimentados em bens e serviços foi liquidado o valor total de Kz. **21.112.817,00**, sendo efectivamente pago o valor de Kz. **17.536.684,00** e foi registado em restos a pagar o montante de Kz. **3.576.133,00** para o pagamento em exercícos seguinte.

Em relação aos **3%** cabimentado em bens de capital, no valor de Kz. **2.902.520,35**, não foi liquidado por inexistência de quota financeira em bens de capital para o efeito.

Gráfico 2 – Execução Orçamental dos Montantes Provenientes do OGE



Contudo, efectuando-se uma análise vertical sobre a execução orçamental, em termos percentuais, podemos aferir que foi executado, **93%** das dotações autorizadas, tendo sido utilizado **70%** em despesas com o pessoal e **20%** utilizado em bens e serviços e **3%** em Bens de Capital.

Tabela 6 - Resumo da Execução do Orçamento/20

| Descrição | Dotações Disponível - Autorizadas | Despesas Cabimentada no Exercício | Despesas Pagas no exercício | Saldo Orçamental - Final | % Execução |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------|
| 1 - Despesas com Pessoal | 74.277.410 | 73.628.590 | 73.628.590 | 648.820 | 99% |
| Vencimento do P. Civ do Quadro | 36.102.862 | 36.102.862 | 36.102.862 | 0 | 100% |
| Vencimento de Outro P. Civil | 22.274.551 | 22.274.551 | 22.274.551 | 0 | 100% |
| Subsídio do Pessoal Civil | 6.296.218 | 5.653.132 | 5.653.132 | 643.086 | 90% |
| Décimo Terceiro | 4.864.785 | 4.864.785 | 4.864.785 | 0 | 100% |
| Contribuição do Empreg. 8% | 4.738.994 | 4.733.260 | 4.733.260 | 5.734 | 100% |
| 2 - Despesas em Bens e Serviços | 26.627.967 | 21.112.817 | 17.536.684 | 5.515.150 | 79% |
| 2.1 - Bens e Serviços - ACT | 18.637.808 | 15.829.643 | 12.253.510 | 2.808.165 | 85% |

| | | | | | |
|----------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------|
| Bilhetes de Passagem | 125.432 | | | 125.432 | 0% |
| Combustível e Lubrificantes | 2.958.913 | 2.936.719 | 1.854.079 | 22.194 | 99% |
| Outros M. de Cons. Corrente | 5.308.097 | 5.305.625 | 4.184.059 | 2.472 | 100% |
| Outros Serviços | 281.673 | | | 281.673 | 0% |
| Seguros | 911.135 | 438.005 | 438.005 | 473.130 | 48% |
| Serviços de Água e Electricidd | 52.811 | | | 52.811 | 0% |
| Serviço de Ensino e Formação | 777.559 | 564.835 | 564.835 | 212.724 | 73% |
| Serviço de Manut. E Conserva. | 2.768.011 | 2.720.999 | 2.220.999 | 47.012 | 98% |
| Serv. Estudo F. e Consultoria | 690.922 | | | 690.922 | 0% |
| Serviços de Limp e Saneam. | 520.043 | | | 520.043 | 0% |
| Serviços de Telecomunicação | 2.572.200 | 2.531.427 | 1.659.500 | 40.773 | 98% |
| Viveres e Géneros Alimentício | 1.523.133 | 1.332.033 | 1.332.033 | 191.101 | 87% |
| Subsídio de Deslocação | 147.878 | | | 147.878 | 0% |
| 2.2 - Despesas em DAD | 7.990.158 | 5.283.173 | 5.283.173 | 2.706.985 | 66% |
| Ser. Estudo. Fescal. Consult. | 836.684 | | | 836.684 | 0% |
| Combustível e Lubrificantes | 1.872.103 | 925.815 | 925.815 | 946.289 | 49% |
| Outros M. de Cons. Corrente | 1 | | | 1 | 0% |
| Outros Serviços | 163.176 | | | 163.176 | 0% |
| Bilhetes de Passagem | 1.516.023 | 1.360.210 | 1.360.210 | 155.813 | 90% |
| Subsídio de Deslocação | 1.925.263 | 1.843.778 | 1.843.778 | 81.485 | 96% |
| Serviço Hosp. E Alimentação | 365.853 | | | 365.853 | 0% |
| Serviço de Telecomunicação | 1.311.055 | 1.153.371 | 1.153.371 | 157.684 | 88% |
| 3 - Bens de Capital - ACT | 3.813.239 | 2.902.520 | 0 | 910.718 | 76% |
| Equip. de Processat. dados | 117.364 | | | 117.364 | 0% |
| *Meios e Equip. de Transporte | 2.386.590 | 2.190.454 | | 196.136 | 92% |
| Aquisição de Mobiliário | 0 | 0 | | 0 | 0% |
| Outros Bens de Capital* | 1.309.285 | 712.066 | | 597.219 | 54% |
| Total de Geral (1+2+3) | 104.718.615 | 97.643.927 | 91.165.274 | 7.074.688 | 93% |

Cabimentação Global de exercícios anterior.

➤ **Gestão e Execução das Receitas Próprias.**

Para o exercício corrente, orçamentou-se Akz. **432.888.000,00**, tendo como fonte de financiamento o CFR, e do montante orçamentado foi facturado **81%** dos valores previstos para facturação e adicionando os valores a receber relativo a exercícios anteriores, previa-se um encaixe de kz. **729.321.210,00**.

Apenas foi facturado 81% do orçamento previsto, em função da aplicabilidade da Lei do Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA, na medida em que as entidades reguladas do subsector das águas devolviam as facturas emitidas pelo regulador, pelo facto destas na altura não serem emitidas por um software de facturação certificado pela AGT, motivo pelo qual apenas facturou-se o valor de Kz. **57.250.000,00**, que representa os **16%** da previsão orçamental para o subsistema de águas, sendo que a diferença a facturar será proveitos a serem deferidos no ano seguinte.

O facto de não ter sido emitido a totalidade das facturas para o subsector das águas, não é condicionou o pagamento do Custo da Função Reguladora, uma vez que o IRSEA possui um activo sobre essas empresas, relativo a exercícios anterior.

Não obstante a fraca capacidade de liquidez, acrescido da problemática da conjuntura económica e financeira do país, é nosso entendimento de que a falta de um regulamento que sancione as empresas reguladas pelo incumprimento do pagamento do CFR, têm contribuído negativamente para que as empresas reguladas não honrem com regularidade ao pagamento do custo da função reguladora, uma vez que o regulador não faz parte das suas prioridades, sendo assim, do montante previsto para encaixe aos cofres do IRSEA, foi efectivamente pago **52%**, o que corresponde em entradas ao banco no montante de Akz. **379.417.858,00**, conforme tabelas abaixo.

Tabela 7 – Contribuições Financeiras Realizadas pelos Operadores através do CFR

Valores expressos em milhões de kwanzas

| Operador | Custo da Função Reguladora CFR - 2020 | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| | Recebimentos 2020 | Recebimentos 2019 |
| 1- Subsector de Electricidade | 376.920.000 | 279.369.000 |
| ENDE, EP | | 142.155.000 |
| RNT, EP | 372.708.000 | 133.650.000 |
| Hidrochicapa | 4.212.000 | 3.564.000 |
| 2- Subsector das Águas | 2.497.858 | 14.573.808 |
| EPAL, EP | 2.497.858 | 8.326.192 |
| EASL | | 3.251.734 |
| EASB | | 2.995.882 |
| Total (1+2) | 379.417.858 | 293.942.808 |

Tabela 8 - Comparação entre a Facturação Emitida e os Pagamentos Efectuados pelos Operadores dos Dois Subsistemas Regulados

Valores expressos em milhões de kwanzas

| Operador | Valor em Kwanzas | | | | |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|------------------------|--------------------|--------------------|
| | Divída 2019 | Orçamentado 2020 | Facturação do CFR 2020 | Recebimentos 2020 | Valor em Dívida |
| Subsector de Electricidade | 75.327.530 | 295.488.000 | 295.488.000 | 376.920.000 | -6.104.470 |
| Ende, EP | -6.762.600 | | | | -6.762.600 |
| RNT, EP | 81.108.000 | 291.600.000 | 291.600.000 | 372.708.000 | 0 |
| Hidrochicapa | 324.000 | 3.888.000 | 3.888.000 | 4.212.000 | 0 |
| KANAZURO | 658.130 | | | | 658.130 |
| Subsector das Águas | 294.493.080 | 137.400.000 | 57.250.000 | 2.497.858 | 349.245.222 |
| Epal, EP | 220.644.087 | 99.914.304 | 41.630.960 | 2.497.858 | 259.777.189 |
| EASL | 43.898.409 | 19.510.404 | 8.129.335 | | 52.027.744 |
| EASB | 29.950.584 | 17.975.292 | 7.489.705 | | 37.440.289 |
| Total | 369.820.610 | 432.888.000 | 352.738.000 | 379.417.858 | 343.140.752 |

Ainda em relação a falta de regularidade dos pagamentos do CFR, temos a destacar que dos **52%** que corresponde aos pagamentos do CFR, **51,7%** foi contribuição do subsector de electricidade e **0,3%** corresponde aos pagamentos do subsector das águas.

Assim, com o montante arrecadado, foi possível honrar com os compromissos assumidos e com as actividades contemplada no plano de actividades, compromissos que não são possíveis materializar com recurso ao OGE, tais como salário do pessoal contratado, remuneração suplementar ao pessoal do IRSEA, complemento alimentar, subsídio de férias para todo pessoal não afecto ao SIGFE e a remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como pagamento de diversos serviços e criação de condições de trabalho cada vez melhor para todos os funcionários da Instituição.

Tabela 9 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Efectuadas com Recurso ao Custo da Função Reguladora – CFR

| Origem dos Recursos | | Aplicação dos Recursos | |
|----------------------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Saldo Inicial | 20.161.260 | 1 - Despesas com Pessoal | 353.295.465 |
| 1 - Receitas do CFR | 379.417.858 | - Pessoal Remuneração | 184.706.269 |

| | | | |
|-------------------------------|--------------------|---|--------------------|
| 1.1 - Subsector Electricidade | 376.920.000 | - Décimo Terceiro | 5.650.744 |
| - RNT, EP | 372.708.000 | - Décimo Quarto | 17.665.855 |
| - Hidrochicapa | 4.212.000 | - Contribuição Social INSS | 22.935.312 |
| 1.2 - Subsector de Água | 2.497.858 | - Impostos Sobre o Rendimento do Trab. | 23.766.894 |
| - EPAL, EP | 2.497.858 | - Subsídios de Alimentação | 7.740.000 |
| - EASL, EP | | - Fundo de Apoio Social - FASTMINEA | 60.000.000 |
| - EASB, EP | | - Seguro de Saúde | 30.100.113 |
| | | - Outras Desp. Materiais de Biossegurança | 730.278 |
| | | 2 - Despesas em Bens e Serviços | 42.077.530 |
| | | 2.1 - Outras Despesas Operacionais | 38.870.290 |
| | | - Ajudas de custo/ sub. deslocação | 7.881.336 |
| | | - Bilhete de Passagem | 997.371 |
| | | - Combustível e Lubrificantes | 2.714.580 |
| | | - Outros Mat. consumo corrente | 659.586 |
| | | - Conservação e Manutenção | 10.193.339 |
| | | - Víveres e Géneros Alimentícios | 300.000 |
| | | - Levantamentos para reforço de caixa | 5.859.381 |
| | | - Serv. Telecomunicação | 489.169 |
| | | - Seguros Automóvel | 670.642 |
| | | - Limpeza, Higiene e Conforto | 8.508.500 |
| | | - Imposto Industrial retido | 428.394 |
| | | - Emolumentos | 167.992 |
| | | 2.2 - Despesas de Capital | 2.757.845 |
| | | - Equipamento processamento de dados | 2.665.595 |
| | | - Imobilizado Incorpóreo - software de facturação | 92.250 |
| | | 2.3 - Despesas Financeiras | 449.395 |
| | | - Despesas Bancárias | 449.395 |
| | | Saldo Final Em 31/12/2020 | 4.206.123 |
| | | - Em Bancos | 4.206.123 |
| Total (SI + 1) | 399.579.118 | Total (1+2+SF) | 399.579.118 |

➤ **Balanço da Execução Orçamental e Financeira (OGE + CFR)**

Em síntese, apresentamos o balanço comparativo das receitas orçamentais e extra-orçamental, bem como as respectivas despesas efectuadas no exercício de 2020..

Tabela 10 - Balanço da Execução Orçamental e Financeira (OGE + CFR)

| Débito | Importância | | Crédito | Importância | |
|--------|-------------|-------|---------|-------------|-------|
| | Parcial | Total | | Parcial | Total |

| | | | | | |
|--------------------------------------|-------------|--------------------|-------------------------------|-------------|--------------------|
| Dotações OGE | | | Despesas Orçamentais | | |
| ACT | | | Despesas Correntes: | | |
| a) Pessoal | 74.277.410 | | a) Pessoal | 73.628.590 | |
| b) Bens e Serviços | 18.637.808 | | b) Bens e Serviços | 15.829.643 | |
| c) Bens de Capital | 3.813.239 | | c) Bens de Capital | 2.902.520 | |
| | | 96.728.457 | | | 92.360.754 |
| DAD | | | DAD | | |
| a) Bens e Serviços | 7.990.158 | | a) Bens e Serviços | 5.283.173 | |
| b) Bens de Capital | 0 | | b) Bens de Capital | 0 | |
| | | 7.990.158 | | | 5.283.173 |
| Subtotal das Dotações | | 104.718.615 | Subtotal das Despesas | | 97.643.927 |
| RECEITAS DO CFR | | | Orçamento Disponível | | |
| Saldo Inicial (Banco + caixa) | 20.260.594 | | ACT | | |
| CFR em 2020 Regulariz. Sub. Desloca. | 379.417.858 | | a) Pessoal | 648.820 | |
| | 490.990 | | b) Bens e Serviços | 2.808.165 | |
| | | 400.169.442 | c) Bens de Capital | 910.718 | |
| | | | | | 4.367.703 |
| | | | DAD | | |
| | | | a) Bens e Serviços | 2.706.985 | |
| | | | b) Bens de Capital | 0 | |
| | | | | | 2.706.985 |
| | | | Total Orç. Dispo - OGE | | 7.074.688 |
| | | | DESPESAS DO CFR | | |
| | | | a) Pessoal | 357.371.311 | |
| | | | b) Bens e Serviços | 35.833.050 | |
| | | | c) Bens de Capital | 2.757.845 | |
| | | | | | 395.962.207 |
| | | | Total Despesas com CFR | | 395.962.207 |
| | | | Total Saldo Disp - CFR | | |
| | | | Banco | 4.206.123 | |
| | | | - Caixa | 1.112 | |

| | | | | |
|--------------|-------------------|----------|--------------|-------------------|
| | | | | 4.207.236 |
| Total | 504.888.05 | 7 | Total | 504.888.05 |
| | | | | 7 |

➤ **Mapa das Despesas consolidadas, efectuadas com OGE + CFR**

Foi agregada as despesas efectuadas com recurso ao OGE e CFR, de modo a que as contas representem a situação financeira e os resultados das operações do IRSEA, de uma forma consolidada, tendo em conta as duas fontes de financiamento das despesas do regulador.

Tabela 11 - Mapa das Despesas consolidadas, efectuadas com OGE + CFR

| Descrição | OGE | CFR | Total |
|-----------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Despesas com Pessoal | | | |
| Vencimento do P. Civ do Quadro | 36.102.862 | 184.706.269 | 243.083.682 |
| Vencimento de Outro P. Civil | 22.274.551 | | |
| Subsídio do Pessoal Civil | 5.653.132 | | 5.653.132 |
| Décimo Terceiro | 4.864.785 | 5.650.744 | 10.515.529 |
| Décimo Quatro | | 17.665.855 | 17.665.855 |
| Contribuição do INSS | 4.733.260 | 22.935.312 | 27.668.572 |
| IRT | | 27.794.090 | 27.794.090 |
| Subsidio de Alimentação | | 7.740.000 | 7.740.000 |
| Fundo de Apoio Social | | | |
| MINEA | | 60.000.000 | 60.000.000 |
| Outras despesas com Pessoal | | 778.928 | 778.928 |
| Seguro de Saúde | | 30.100.113 | 30.100.113 |
| Total de Custo com Pessoal | 73.628.590 | 357.371.311 | 430.999.901 |
| Bens e Serviços | | | |
| Bilhetes de Passagem | 1.360.210 | 2.160.845 | 3.521.055 |
| Combustível e Lubrificantes | 3.862.534 | 2.784.119 | 6.646.653 |
| Outros M. de Cons. Corrente | 5.305.625 | 690.212 | 5.995.836 |
| Outros Serviços | | 25.077 | 25.077 |
| Seguros | 438.005 | 702.089 | 1.140.094 |
| Serviço de Ensino e Formação | 564.835 | | 564.835 |
| Serviço de Manut. E Conserva. | 2.720.999 | 10.633.320 | 13.354.319 |
| Serviços de Limp e Saneam. | | 8.508.500 | 8.508.500 |
| Serviços de Telecomunicação | 3.684.798 | 503.869 | 4.188.667 |
| Viveres e Géneros | | | |
| Alimentício | 1.332.033 | 722.388 | 2.054.421 |
| Subsídio de Deslocação | 1.843.778 | 8.013.836 | 9.857.614 |
| Livros e documentação | | | |
| Técnica | | 43.015 | 43.015 |
| Imposto Industrial retido | | 428.394 | 428.394 |

| | | | |
|---------------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Emolumentos | | 167.992 | 167.992 |
| Custos e Perdas Financeiras | | 449.395 | 449.395 |
| Equip. de Processat. dados | | 2.665.595 | 2.665.595 |
| Meios e Equip. de Transporte | 2.190.454 | | 2.190.454 |
| Outros Bens de Capital | 712.066 | 92.250 | 804.316 |
| Total de Bens e Serviços (1+2) | 24.015.337 | 38.590.895 | 62.606.233 |
| Total de Geral | 97.643.927 | 395.962.206 | 493.606.134 |

O seguro no OGE é classificado como despesas em bens e serviços, sendo que no CFR foi considerado como despesa com pessoal pelo facto de se tratar de seguro de saúde para os funcionários da Instituição.

➤ **Distribuição das despesas por natureza e por fonte de pagamento**

De realçar que do total das despesas efectuado no período em análise, **80%** foi efectuado com recurso aos valores do CFR, destacando a grande importância que representa os valores oriundo do CFR, sem os quais não seria possível alcançar os objectivos para qual foi constituído a entidade reguladora, visto que os valores do OGE são sempre insuficientes devido a sua natureza e complexidade e para o exercício findo representou **20%** das despesas do IRSEA.

Tabela 12 - Distribuição das Despesas por Natureza e por Fonte de Pagamento

Valores expressos em milhões de kwanzas

| Despesas efectuadas por natureza e fonte | | | | |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|-------------|
| Descrição | ROT | CFR | Total | % |
| 1 - Despesas com Pessoal | 73.628.590 | 357.371.311 | 430.999.901 | 87% |
| 2 - Despesas em Bens e Serviços | 21.112.817 | 35.833.050 | 56.945.867 | 12% |
| 3 - Despesas de Investimentos | 2.902.520 | 2.757.845 | 5.660.366 | 1% |
| Total (1+2+3) | 97.643.927 | 395.962.206 | 493.606.134 | 100% |

➤ **DISPONIBILIDADES**

Constituem meios líquidos de pagamentos os valores em caixa e em depósitos, devidos pelo IRSEA em instituições bancárias e no Ano de 2020, os movimentos ocorridos no banco BFA e BPC, apresentavam-se conforme Mapa abaixo.

Tabela 13 - Movimentos Registados nos Bancos

| Origem dos Recursos | | Aplicação dos Recursos | |
|----------------------|-------------------|---------------------------------|--------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Saldo Inicial | 20.161.260 | 1 - Despesas com Pessoal | 353.295.465 |
| - BFA | 19.706.004 | - Pessoal Remuneração | 184.706.269 |
| - BPC 0001 | 35.549 | - Décimo Terceiro | 5.650.744 |

| | | | |
|----------------------------|--------------------|---|--------------------|
| - BPC 0023 | 419.707 | - Décimo Quarto | 17.665.855 |
| 1 - Receitas do CFR | 379.417.858 | - Contribuição Social INSS | 22.935.312 |
| 1.1 – Subsect | | - Impostos Sobre o Rendimento do | |
| Electricidade | 376.920.000 | Trab. | 23.766.894 |
| - RNT, EP | 372.708.000 | - Subsídios de Alimentação | 7.740.000 |
| - Hidrochicapa | 4.212.000 | - Fundo de Apoio Social - FASTMINEA | 60.000.000 |
| 1.2 - Subsector de | | | |
| Água | 2.497.858 | - Seguro de Saúde | 30.100.113 |
| - EPAL, EP | 2.497.858 | - Outras Desp. Materiais de | |
| | | Biossegurança | 730.278 |
| | | 2- Despesas em Bens e Serviços | 42.077.530 |
| | | 2.1 - Outras Despesas Operacionais | 38.870.290 |
| | | - Ajudas de custo/ sub. deslocação | 7.881.336 |
| | | - Bilhete de Passagem | 997.371 |
| | | - Combustível e Lubrificantes | 2.714.580 |
| | | - Outros Mat. Consumo corrente | 659.586 |
| | | - Conservação e Manutenção | 10.193.339 |
| | | - Víveres e Géneros Alimentícios | 300.000 |
| | | - Levantamento para reforço de | |
| | | caixa | 5.859.381 |
| | | - Serv. Telecomunicação | 489.169 |
| | | - Seguros Automóvel | 670.642 |
| | | - Limpeza, Higiene e Conforto | 8.508.500 |
| | | - Imposto Industrial retido | 428.394 |
| | | - Emolumentos | 167.992 |
| | | 2.2 - Despesas de Capital | 2.757.845 |
| | | - Equipamento processamento de | |
| | | dados | 2.665.595 |
| | | - Imobilizado Incorpóreo - software | |
| | | de facturação | 92.250 |
| | | 2.3 - Despesas Financeiras | 449.395 |
| | | - Despesas Bancárias | 449.395 |
| | | Saldo Final 31/12/2020 | 4.206.123 |
| | | - BFA | 3.751.017 |
| | | - BPC 0001 | 35.469 |
| | | - BPC 0023 | 419.637 |
| Total (SI + 1) | 399.579.118 | Total (1+2+SF) | 399.579.118 |

Quanto aos movimentos efectuados no caixa, os mesmos são registados nas folhas de caixa com periodicidade diária e são valores provenientes do Banco para o pagamento de despesas, bem como entradas referentes a regularização de subsídios de deslocação.

Tabela 14 - Movimentos Registados no Caixa

| Origem dos Recursos | | Aplicação dos Recursos | |
|----------------------------|--------|----------------------------------|------------------|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Saldo Inicial, em 01/01/20 | 99.334 | 1 - PAGAMENTOS PELO CAIXA | 6.448.593 |

| | | | |
|---|----------------------------------|---|------------------|
| ENTARADAS EM CAIXA - Reforço Proveniente do BFA - Regular. Sub. Desloc | 6.350.371 | 1.1 - Despesas com Pessoal | 4.075.846 |
| | 5.859.381 | - Impostos Sobre o Rendimento do Trab. | 4.027.196 |
| | 490.990 | - Outras desp. Materiais de Biossegurança | 48.650 |
| | | 1.2 - Outras Despesas Operacionais | 2.372.747 |
| | | - Ajudas de custo/ sub. deslocação | 132.500 |
| | | - Combustível e Lubrificantes | 69.539 |
| | | - Outros Mat. consumo corrente | 30.626 |
| | | - Conservação e Manutenção | 439.981 |
| | | - Víveres e Géneros Alimentícios | 422.388 |
| | | - Livros e documentação técnica | 43.015 |
| | - Outros Serviços | 25.077 | |
| | - Serv. Telecomunicação | 14.700 | |
| | - Bilhete de Passagem | 1.163.474 | |
| | - Seguros Automóvel | 31.447 | |
| | Saldo Final em 31/12/2020 | 1.112 | |
| Total SI + Entradas | 6.449.705 | Total Pagamentos + SF | 6.449.705 |

SI - Saldo Inicial

SF - Saldo Final

➤ **CONTAS A PAGAR**

A dívida contraída a terceiros, referente ao ano anterior, bem como as do exercício corrente encontram-se avaliados conforme mapa abaixo.

Contudo, temos a realçar que com as restrições impostas nas regras de execução do OGE, bem como ao rigor instruído pelo BNA, relativo ao processo de aquisição ou pagamento de bens ou serviços em moeda estrangeira, têm condicionado ao aumento anual da dívida com a RERA, organização Regional a qual o IRSEA é membro e que cada membro deve pagar uma subscrição anual.

Não obstante a isso, o Conselho de Administração do IRSEA, no seu plano de priorização das despesas, autorizou ao pagamento de kz. **10.386.700,00**, equivalente em Rands no valor 232.009,00, por formas a amortizar gradualmente a dívida com a RERA, mas não materializado pelo Banco operador em função do incumprimento sobre a prestação de informações do beneficiário, solicitado pelo Banco no âmbito do combate ao branqueamento de capital e as regras de compliance.

Tabela 15 – Situação da Dívida contraída pelo IRSEA

Valores expresso em milhões de kwanzas

| Rúbrica | Exerc. Anterior | Execício corrente | Pagamentos | Final |
|--------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Fornecedores | 32.564.716 | 36.292.830 | 33.552.943 | 35.304.604 |
| - Ensa, SA | 27.077.772 | 36.292.830 | 32.192.733 | 31.177.870 |
| - Realvitur | 1.360.210 | | 1.360.210 | 0 |
| - Técnico plano | 5.112.380 | | | 5.112.380 |
| - Deloitte & Touch | -985.646 | | | -985.646 |
| Estado - Impostos | 4.751.570 | 25.502.109 | 27.794.090 | 2.459.589 |
| Pessoal | 9.288.500 | | 9.288.500 | 0 |
| Outros valores | 79.075.617 | 56.375.383 | 0 | 135.451.000 |
| - RERA* | 79.075.617 | 56.375.383 | 0 | 135.451.000 |
| Total | 125.680.403 | 118.170.323 | 70.635.533 | 173.215.193 |

* Equivalente em rands : 2.990.736,00

➤ CONTAS A RECEBER

Encontram-se escriturados nas contas a receber a facturação emitida para as empresas reguladas (CFR), não pagas a tempo e arroladas como dividas para serem regularizadas em anos seguintes.

Sendo assim, o IRSEA tem um haver avaliado em kz. **349.903.352,00** em posse dos terceiros, nomeadamente as empresas de água.

Tabela 16 – Situação das Contas a receber pelo IRSEA

Valores expresso em milhões de kwanzas

| Operador | Valor em Kwanzas | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| | Saldo Inicial Dívida 2019 | Aumentos 2020 | Diminuição 2020 | Valor em Dívida 2020 |
| Subsector de Electricidade | 82.090.130 | 295.488.000 | 376.920.000 | 658.130 |
| RNT, EP | 81.108.000 | 291.600.000 | 372.708.000 | 0 |
| Hidrochicapa | 324.000 | 3.888.000 | 4.212.000 | 0 |
| KANAZURO | 658.130 | | | 658.130 |
| Subsector das Águas | 294.493.080 | 57.250.000 | 2.497.858 | 349.245.222 |
| Epal, EP | 220.644.087 | 41.630.960 | 2.497.858 | 259.777.189 |
| EASL | 43.898.409 | 8.129.335 | | 52.027.744 |
| EASB | 29.950.584 | 7.489.705 | | 37.440.289 |
| Total | 376.583.210 | 352.738.000 | 379.417.858 | 349.903.352 |

➤ **PATRIMÓNIO E TRANSPORTE**

No ano de 2020, tivemos alguns factos patrimoniais modificativos, referente à aquisição de computadores e impressora, situação que alterou o valor patrimonial do IRSEA.

Contudo, a situação patrimonial do IRSEA é tida como regular e devidamente actualizada, porquanto foi efectuado o cadastramento dos meios fixos e investimentos titulados ao IRSEA, adquirido em 2020, com vista a actualização do respectivo inventário na planta forma SIGFE/SIGPE.

De acordo com a orientação do Ministério das Finanças, deu-se início ao processo de abate extraordinário de veículos do Estado, tendo sido apresentado uma lista com doze (12) viaturas do IRSEA, cujo processo foi instruído internamente obedecendo aos ditames da Lei em matéria de abate da frota de veículos do Estado.

Ao longo do ano findo, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas, reflecte o aumento nos bens móveis, relativo a aquisição de computadores e impressoras, sendo assim, o IRSEA possui um património líquido avaliado em kz. **899.370.086,00**, escriturado no SIGPE, conforme mapa abaixo:

Tabela 17 - Movimentos ocorridos durante o exercício no património

Valores expressos em milhões de Kwanzas

| Rúbrica | Valor Patrimonial Líquido Inicial | Aumentos | Abate | Amort. Acum | Valor Patrimonial Líquido Final |
|--------------------------|-----------------------------------|------------------|-------|-------------------|---------------------------------|
| Bens Móveis | 18.670.732 | 2.757.845 | | 6.383.703 | 15.044.874 |
| Veículos | 64.853.995 | | | 16.485.177 | 48.368.818 |
| Bens Imóveis do D Estado | 847.265.838 | | | 11.309.444 | 835.956.394 |
| Activo Intangível | | | | | 0 |
| Total | 930.790.565 | 2.757.845 | | 34.178.324 | 899.370.086 |

Tendo em conta as duas fontes de financiamento das actividades da Instituição, para o período em análise, o orçamento global aprovado do IRSEA, para execução das despesas no exercício económico de 2020, passou a ser o montante de Akz. **681.507.947,00, (Seiscentos e Oitenta e um Milhões, quinhentos e sete mil e novecentos e quarenta e sete kwanzas)**, tendo sido aprovado para este Órgão, as cifras proveniente dos recursos ordinários do tesouro - OGE/20, decomposto em Actividade Permanente (ACT) e Despesa de Apoio ao Desenvolvimento (DAD), no valor global de Akz.

186.219.947,00 (cento e oitenta e seis milhões, duzentos e dezanove mil, novecentos e quarenta kwanzas).

Apesar de ter sido aprovado o montante acima mencionado, após a revisão do Orçamento Geral do Estado Angolano aprovado pela Assembleia Nacional no início do mês de Agosto/20, justificada pela redução da receita fiscal, motivada pela intensificação da volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, definido para o OGE de 2020, bem como a crise financeira e económica vivida no mundo todo devido a pandemia da COVID-19, provocou o ajustamento do actual montante de receitas e despesas à nova realidade económica, efectuando-se cortes nas dotações orçamentais das despesas em varias rubricas do orçamento 2020, sendo que no cômputo geral tivemos, a revisão orçamental bem como as anulações e provocaram uma redução ao orçamento do IRSEA no montante total de Kz. **81.501.332,00**, o que representa uma perda nas cifras provenientes dos recursos ordinários do tesouro na ordem de **44%** do Orçamento inicialmente aprovado para execução das despesas.

Assim, com a revisão orçamental e anulações efectuadas pelo Ministério das Finanças, o orçamento anual autorizado passou a ser **104.718.614,00**, disponível para execução das despesas, o que corresponde em **56%** Orçamento inicialmente aprovado.

Em relação ao custo da função reguladora, por ponderação, e uma vez que não ter sido divulgado com bastante afinco o novo regulamento tarifário que regulamenta a cobrança do CFR, não foram facturadas as 15 novas empresas do subsector das águas, fazendo com que o Orçamento das receitas próprias sofresse um reajustamento na proposta inicial, passando para kz **432.888.000,00**, tendo como proveniência o subsector de electricidade com uma contribuição de kz. **295.488.000,00** e o subsector das águas com o valor reajustado passando para kz. **137.400.000,00**.

Contudo, após os factos qualitativos e quantitativos registado ao orçamento aprovado, o Instituto passou a contar com um orçamento global para execução no valor de Kz. **618.617.031,00**, constituído pelas duas fontes de financiamento das actividades do Regulador (ROT + CFR), sendo **30%** representa a previsão dos montantes provenientes dos recursos ordinários do tesouro e **70%** financiamento com recurso ao Custo da Função Reguladora.

Ao longo do Ano de 2020, verificaram-se muitos constrangimentos na Execução do Orçamento, visto que, não houve regularidade na atribuição das quotas financeiras e com a agravante dos valores disponibilizados sempre foram irrisórios, tendo sido cabimentado o valor total de Kz. **97.643.927,00**, sendo **75%** representa as despesas com pessoal, **22%** despesas em bens e serviço e **3%** representa as despesas de capital referente ao parcial da cabimentação global de uma viatura e de exercícios anteriores em que a emissão das ordens de saque era emitida pelo MINEA.

Em função do valor das quotas financeiras disponibilizados pelo MINEA, foi possível liquidar as cabimentações emitidas, no valor de Kz, **94.741.407,00**, tendo sido efectivamente pago os **75%** das despesas com o pessoal do quadro e agentes administrativos, no valor de Kz. **73.628.590,00** e dos **22%** cabimentados em bens e serviços foi liquidado o valor total de Kz. **21.112.817,00**, sendo efectivamente pago o valor de Kz. **17.536.684,00** e foi registado em restos a pagar o montante de Kz. **3.576.133,00** para o pagamento em exercícios seguinte.

Em relação aos **3%** cabimentado em bens de capital, no valor de Kz. **2.902.520,35**, não foi liquidado por inexistência de quota financeira em bens de capital para o efeito. Contudo, efectuando-se uma análise vertical sobre a execução orçamental, em termos percentuais, podemos aferir que foi executado, **93%** das dotações autorizadas, tendo sido utilizado **70%** em despesas com o pessoal e **20%** utilizado em bens e serviços e **3%** em Bens de Capital.

Para o custo da função reguladora, do montante orçamentado foi facturado **81%** dos valores previstos para facturação e adicionando os valores a receber relativo a exercícios anteriores, previa-se um encaixe de kz. **729.321.210,00**.

Apenas foi facturado **81%** do orçamento previsto, em função da aplicabilidade da Lei do Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA, na medida em que as entidades reguladas do subsector das águas devolviam as facturas emitidas pelo regulador, pelo facto destas na altura não serem emitidas por um software de facturação certificado pela AGT, motivo pelo qual apenas facturou-se o valor de Kz. **57.250.000,00**, que representa os **16%** da previsão orçamental para o subsistema de águas, sendo que a diferença a facturar será proveitos a serem deferidos no ano seguinte.

O facto de não ter sido emitido a totalidade das facturas para o subsector das águas, não condicionou o pagamento do Custo da Função Reguladora, uma vez que o IRSEA possui um activo sobre essas empresas, relativo a exercícios anterior.

Não obstante a fraca capacidade de liquidez, acrescido da problemática da conjuntura económica e financeira do país, é nosso entendimento de que a falta de um regulamento que sancione as empresas reguladas pelo incumprimento do pagamento do CFR, têm contribuído negativamente para que as empresas reguladas não honrem com regularidade ao pagamento do custo da função reguladora, sendo assim, do montante previsto para encaixe aos cofres do IRSEA, foi efectivamente pago **52%**, o que corresponde em entradas ao banco no montante de Akz. **379.417.858,00**.

Ainda em relação a falta de regularidade dos pagamentos do CFR, temos a destacar que dos **52%** que corresponde aos pagamentos do CFR, **51,7%** foi contribuição do subsector de electricidade e **0,3%** corresponde aos pagamentos do subsector das águas.

De realçar que do total das despesas efectuado no período em análise, **80%** foi efectuado com recurso aos valores do CFR, destacando a grande importância que representa os valores oriundo do CFR, sem os quais não seria possível alcançar os objectivos para qual foi constituído a entidade reguladora, visto que os valores do OGE são sempre insuficientes devido a sua natureza e complexidade e para o exercício findo representou **20%** das despesas do IRSEA.

Assim, com o montante arrecadado, foi possível honrar com os compromissos contemplados no plano de actividades, compromissos que não seriam possíveis materializar com recurso ao OGE, tais como salário do pessoal contratado, remuneração suplementar ao pessoal do IRSEA, complemento alimentar, subsídio de férias para todo pessoal não afecto ao SIGFE e a remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como pagamentos de diversos bem e serviços.

Não obstante o IRSEA ter horado com os seus compromissos com o Estado, pessoal e terceiros, a dívida com a RERA continua a aumentar progressivamente, pese embora o Conselho de Administração do IRSEA, no seu plano de priorização das despesas tenha autorizado ao pagamento de kz. **10.386.700,00**, equivalente em Rands no valor **232.009,00**, por formas a amortizar gradualmente a dívida com a RERA, mas não se materializou pelo em função do incumprimento sobre a prestação de informações do beneficiário, solicitado pelo Banco no âmbito do combate ao branqueamento de capital e as regras de compliance bancário.

Ao longo do ano findo, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas, reflecte o aumento nos bens móveis, relativo a aquisição de computadores e impressoras, sendo assim, o IRSEA possui um património líquido avaliado em kz. **899.370.086,00**, escriturado no SIGPE.

Não obstante a fraca capacidade de liquidez das empresas do sector reguladas pelo IRSEA, e os valores reduzidos das quotas financeiras mensais nos processos de Ordem de Saque para pagamentos das despesas via OGE, no Ano de 2020 demonstrou-se um desempenho positivo uma vez que os principais indicadores deste plano tiveram uma execução, acima de 50%, conforme o mapa resumo abaixo em que se destacam as principais acções do plano de actividade realizadas pelos vários domínios que compõe o Departamento de Administração e Serviços Gerais.

➤ TARIFAS PRATICADAS EM 2020

1. SISTEMA ELÉCTRICO PÚBLICO – SEP

1.1 PRODUTORES DE ENERGIA ELÉCTRICA

Os preços de energia eléctrica dos produtores foram estabelecidos com base nos Contratos de Aquisição de Energia celebrados entre os Produtores e o Comprador Único (RNT-E.P.), com um preço fixado com base nos custos eficientes transferíveis nas tarifas, investimento, custo de operação e manutenção e rendibilidade.

Preço fixado de venda da PRODEL-E.P. para RNT-E.P., 4,26 AKz/KWh.

1.2 TRANSPORTE (Comprador Único)

Com a constituição do Comprador Único (RNT), foi celebrado em 2015 entre a RNT e a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade ENDE, o Contrato de Fornecimento de Energia e fixado o preço de venda, na composição de um preço variável e um fixo conforme formula a seguir indicada que se manteve em vigor durante o ano em análise.

$$F = 748,116 \times P(\text{Ponta Máxima}) + 6,317 \times W \text{ (Kwh)}$$

1.2. DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

As tarifas de energia eléctrica de Comercialização aos clientes finais, foram aprovadas e fixadas pelo Decreto Executivo nº 122/19 de 24 de Maio e publicado pelo Diário da República I Série nº 72, conforme indicação da estrutura tarifária e preços apresentados no quadro que se segue.

Decreto n.122/19-Nova Estrutura Tarifária de 24 de Maio de 2019

| Categoria Tarifária | Preço de Venda do KWh |
|---------------------------------|--|
| BT- Doméstica Social I (BTDSI) | Kz 2,46/KWh |
| BT-Doméstico Social II(BTDSII) | $F=80,00+6,41 \times W$ |
| BT- Iluminação Pública (BTIP) | $F= 45,00 \times pc + 7,05 \times W$ |
| BT- Doméstica Monofásica (BTDM) | $F= 90,00 \times pc + 10,89 \times W$ |
| BT- Doméstica Trifásica (BTDT) | $F= 100,00 \times pc + 14,74 \times W$ |
| BT- Comércio e Serviços (BTCS) | $F= 100,00 \times pc + 14,74 \times W$ |
| BT- Indústria (BTI) | $F= 100,00 \times pc + 12,82 \times W$ |
| MT- Comercio e Serviços (MTCS) | $F = 160,00 \times P + 11,54 \times W$ |
| MT- Industria (MTI) | $F = 160,00 \times P + 9,61 \times W$ |
| AT- Industria (ATI) | $F = 115,00 \times P + 7,31 \times W$ |
| AT- Distribuidores (ATD) | $F = 115,00 \times P + 7,31 \times W$ |

2. SUBSECTOR DAS ÁGUAS

A Estrutura tarifária que se apresenta tem como base o enquadramento dos parâmetros fundamentais para o estabelecimento das tarifas e preços que reflectam adequadamente o conjunto dos custos do sistema de fornecimento de água, com base em mecanismos regulatórios que obedecem os princípios de sustentabilidade do Subsector e o equilíbrio económico-financeiro das empresas.

PLANO TARIFÁRIO DA ÁGUA POTÁVEL

| Decreto Executivo Conjunto nº 230/18 de 12 de Junho | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-------------------------|--------|----------------------------|--------|----------------------------|--------|---------------------------|---------|------------------|---------|-----------------|---------------|-------------------|------|
| EMPRESAS | Doméstico Social | | Doméstico Escalão 1 | | Doméstico Escalão 2 | | Comercio e Serviço | | industria | | Chafariz | Girafa | Água Bruta | |
| | Variável | Fixa | Variável | Fixa | Variável | Fixa | Variável | Fixa | Variável | Fixa | Variável | Variável | Variável | Fixa |
| BENGO | 91,00 | 200,00 | 109,00 | 250,00 | 131,00 | 260,00 | 157,00 | 780,00 | 165,00 | 1170,00 | 82,00 | 142,00 | | |
| BENGUELA | 117,00 | 200,00 | 179,00 | 250,00 | 216,00 | 650,00 | 237,00 | 1625,00 | 249,00 | 1788,00 | 105,00 | 213,00 | | |
| BIE | 109,00 | 200,00 | 131,00 | 250,00 | 144,00 | 350,00 | 165,00 | 1500,00 | 173,00 | 1575,00 | 98,00 | 149,00 | | |
| CABINDA | 109,00 | 200,00 | 143,00 | 250,00 | 159,00 | 350,00 | 181,00 | 1050,00 | 191,00 | 1575,00 | 100,00 | 163,00 | | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|---------|--------|--------|--------|----------|
| CUAN DO CUBANGO | 86,00 | 200,00 | 103,00 | 350,00 | 113,00 | 350,00 | 129,00 | 1050,00 | 136,00 | 1575,00 | 77,00 | 116,00 | | |
| CUANZA NORTE | 109,00 | 200,00 | 172,00 | 250,00 | 206,00 | 350,00 | 227,00 | 1050,00 | 238,00 | 1575,00 | 100,00 | 204,00 | | |
| CUANZA SUL | 109,00 | 200,00 | 151,00 | 250,00 | 172,00 | 350,00 | 194,00 | 1050,00 | 203,00 | 1575,00 | 100,00 | 174,00 | | |
| CUNENE | 109,00 | 200,00 | 143,00 | 250,00 | 158,00 | 350,00 | 181,00 | 1050,00 | 190,00 | 1575,00 | 100 | 163,00 | | |
| HUAMBO | 86,00 | 200,00 | 98,00 | 250,00 | 105,00 | 350,00 | 122,00 | 900,00 | 128,00 | 1350,00 | 77,00 | 109,00 | | |
| HUILA | 109,00 | 200,00 | 150,00 | 250,00 | 210,00 | 350,00 | 268,00 | 1050,00 | 281,00 | 1575,00 | 100,00 | 241,00 | | |
| LUANDA | 117,00 | 250,00 | 211,00 | 400,00 | 267,00 | 760,00 | 287,00 | 1900,00 | 301,00 | 2090,00 | 105,00 | 258,00 | 287,00 | 3,000,00 |
| LUNDA NORTE | 109,00 | 200,00 | 143,00 | 250,00 | 158,00 | 350,00 | 181,00 | 1050,00 | 190,00 | 1575,00 | 100,00 | 163,00 | | |
| LUNDA SUL | 109,00 | 200,00 | 143,00 | 250,00 | 158,00 | 350,00 | 181,00 | 1050,00 | 190,00 | 1575,00 | 100,00 | 163,00 | | |
| MALANGE | 109,00 | 200,00 | 144,00 | 250,00 | 161,00 | 350,00 | 183,00 | 1050,00 | 192,00 | 1575,00 | 100,00 | 165,00 | | |
| MOXI CO | 86,00 | 200,00 | 97,00 | 250,00 | 103,00 | 300,00 | 120,00 | 900,00 | 126,00 | 1350,00 | 77,00 | 108,00 | | |
| NAMI BE | 95,00 | 200,00 | 100,00 | 250,00 | 117,00 | 260,00 | 120,00 | 780,00 | 123,00 | 1170,00 | 77,00 | 105,00 | | |
| UIGE | 109,00 | 200,00 | 167,00 | 250,00 | 196,00 | 350,00 | 218,00 | 1050,00 | 229,00 | 1575,00 | 100,00 | 196,00 | | |
| ZAIRE | 90,00 | 200,00 | 130,00 | 250,00 | 150,00 | 350,00 | 160,00 | 1050,00 | 137,00 | 1575,00 | 77,00 | 117,00 | | |

ANEXOS

Constam como anexo a este Relatório, mapas de Execução e Relatórios elaborados pelos Gabinetes e Direcções Nacionais, bem como os distintos Órgãos Dependentes do MINEA do qual foi extraída a informação para compilação e elaboração do presente Relatório Final.

MINISTÉRIO DA ENERGIA E ÁGUAS, AOS 02 DE MARÇO DE 2020.